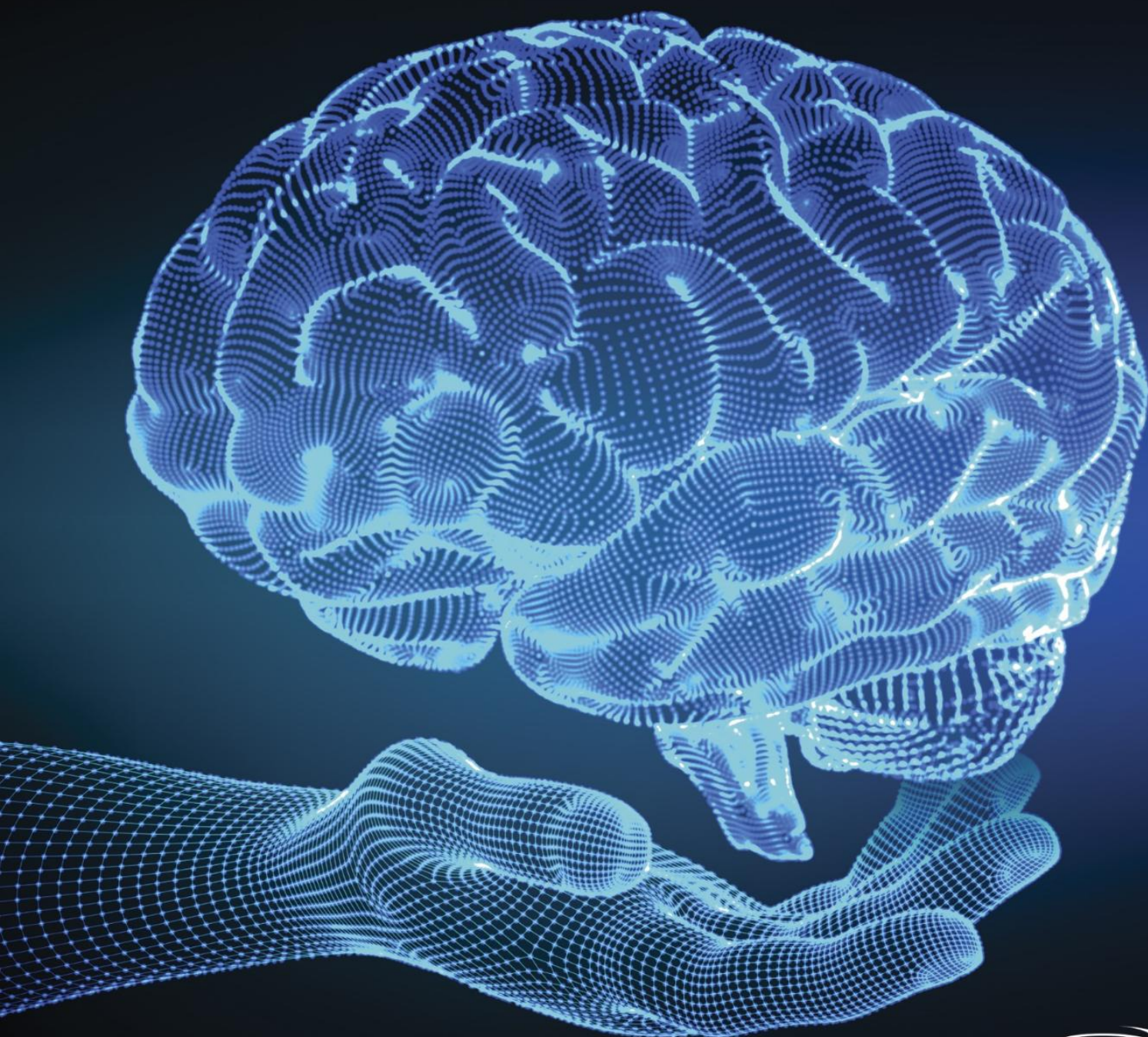


# CIÊNCIA & CIDADANIA

v.10, n.1 - 2023 / Editora: Unibave





**Centro Universitário Barriga Verde**

Orleans – Santa Catarina – Brasil

<http://www.unibave.net>

**Periódico eletrônico mantido pelos grupos de pesquisa:**

Núcleo de Pesquisa e Extensão do Curso de Direito – NUPEDI

Núcleo de Pesquisas e Estudos em Educação– NEPE

Núcleo de Estudos Aplicados à Saúde – NEAS

Núcleo de Pesquisa e Extensão em Engenharia e Tecnologia – NUTEC

Núcleo de Pesquisa e Extensão em Ciências Agroveterinárias – PACA

Núcleo de Pesquisa e Extensão em Administração e Ciências Contábeis – NUPAC

**Endereço Eletrônico:**

[periodicos.unibave.net](http://periodicos.unibave.net)

**Correio Eletrônico:**

[periodicos@unibave.net](mailto:periodicos@unibave.net)

**Editora:**

UNIBAVE

Catálogo na fonte elaborada pela Biblioteca Universitária  
Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE  
Bibliotecária: Eliane Fernandes CRB14/1471

---

Ciência e Cidadania [recurso eletrônico] / Centro Universitário  
Barriga Verde – UNIBAVE.v.10, n.1. Jan/dez. (2023), Dados  
eletrônicos - Orleans, (SC): UNIBAVE, 2015 –

Anual: publicação extra, em 2016 e 2019.

ISSN: 2447-5270 (Versão on-line) Qualis:B1

Modo de acesso: <http://periodicos.unibave.net>

1. Interdisciplinar. 2. Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE.
3. Revista Eletrônica. I Título.

CDD: 050.981

---

**Editor(a)**

Profa. Dra. Ana Paula Bazo, Unibave

**Conselho Editorial**

Prof. Dr. Guilherme Valente de Souza, Unibave

Prof. Esp. Luiz De Noni, Unibave

Prof. Me. Leonardo de Paula Martins, Unibave

Prof. Dr. Dimas Ailton Rocha, Unibave

**Comissão Científica**

Prof. Dra. Ana Paula Bazo, Unibave

Profa. Ma. Camila Lopes Eckert, Unibave

Prof. Me. Ismael Dagostin Gomes, Unibave

Profa. Dra. Janaina Veronezi Alberton, Unibave

Prof. Dr. Kristopher Mendes de Souza

Prof. Me. Lucas Corrêa Preis, Unibave

Profa. Ma. Miryan Cruz Debiasi, Unibave

Prof. Me. Nacim Miguel Francisco Júnior, Unibave

Prof. Pedro Zilli Neto, Unibave

Prof. Me. Rovânio Bussolo, Unibave

Profa. Ma. Tamirys Schulz Westphall, Unibave

Profa. Ma. Vandrega Vigarani Dorregão, Unibave

**Editoração Eletrônica**

Profa. Ana Paula Bazo, Unibave

Paulo André Doneda Jung, Unibave

**Bibliotecária**

Eliane Fernandes (CRB-SC 14/1471)

## EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos esta nova edição da Revista *Ciência e Cidadania*, a qual publica uma série de artigos com enfoque na educação, saúde e direitos fundamentais. As contribuições desta edição oferecem uma análise crítica e reflexiva de temas que tocam diretamente a vida cidadã, buscando fomentar o diálogo entre academia, prática profissional e a realidade social.

O artigo **"Profissão professor e juventude: a percepção de estudantes do novo ensino médio em um município da região da AMREC"** abre a edição com uma reflexão acerca de novas demandas educacionais e as expectativas de alguns estudantes do Novo Ensino Médio em relação à profissão docente.

Em seguida, o artigo **"Adolescências na escola: saúde mental pós-pandemia"** aborda um dos temas mais urgentes no cenário atual: a saúde mental dos adolescentes. Este trabalho explora os impactos emocionais e psicológicos que os estudantes enfrentam e como a escola pode ser um espaço de apoio e cuidado.

A reflexão acerca do futuro é aprofundada no artigo **"Projeto(s) de vida: “o que eu planejo para meu futuro?”**", que explora como os jovens estão lidando com suas aspirações e planejamentos de vida. Ainda na área da saúde, o artigo **"Estratégias para aumento da adesão ao exame citopatológico do colo do útero nas Estratégias de Saúde da Família e na Rede Feminina de Combate ao Câncer de um município do sul de Santa Catarina"** apresenta uma análise dos desafios da adesão ao exame preventivo do câncer de colo do útero. Com foco na saúde da mulher, o estudo propõe estratégias que podem servir de modelo para outros municípios, promovendo um debate essencial acerca da prevenção e políticas de saúde pública.

Por fim, o artigo **"Liberdade de imprensa: limites da manifestação de pensamento nas redes sociais e suas consequências jurídicas em nível nacional e regional"** discute o delicado equilíbrio entre liberdade de expressão e os limites jurídicos impostos às manifestações nas redes sociais. Esta análise jurídica é fundamental para entender os desafios enfrentados pelo jornalismo e pelas comunicações no mundo digital, em que as fronteiras entre opinião, informação e responsabilização jurídica são constantemente debatidas.

Boa leitura!

Ana Paula Bazo  
Editora da Revista Ciência e Cidadania.



---

## SUMÁRIO

### CIÊNCIAS HUMANAS

|                                                                                                                                                                                                                              |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>PROFISSÃO PROFESSOR E JUVENTUDE: A PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DO NOVO ENSINO MÉDIO EM UM MUNICÍPIO DA REGIÃO DA AMREC</b> <i>Natália Estevão; Miryan Cruz Debiasi; Alcione Damásio Cardoso; Janaina Niero Mazon</i><br>..... | 08 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|

### CIÊNCIAS DA SAÚDE

|                                                                                                                                                                                     |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>ADOLESCÊNCIAS NA ESCOLA: SAÚDE MENTAL “PÓS-PANDEMIA”</b> <i>Vandrega Vigarani Durigon; Helena Bitencourt Teixeira; Maria Júlia Galdino Salasário; Rafael Rodrigues Ana</i> ..... | 30 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|

|                                                                                                                                                                                                          |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>PROJETO(S) DE VIDA: “O QUE EU PLANEJO PARA MEU FUTURO?”</b> <i>Vandrega Vigarani Durigon; Fernanda Lembeck Clemente; Gabriela Caetano Moraes; Kaio Mason Rabelo; Maria Laura Ferreira Lessa</i> ..... | 46 |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>ESTRATÉGIAS PARA AUMENTO DA ADESÃO AO EXAME CITOPATOLÓGICO DO COLO DO ÚTERO NAS ESTRATÉGIAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA E NA REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE UM MUNICÍPIO DO SUL DE SANTA CATARINA</b> <i>Thalia Schulz; Ana Paula Bazo; Greice Lessa; Mislene Beza Gordo Sarzana; Lucas Corrêa Preis</i> ..... | 65 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|

### CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

|                                                                                                                                                                                                                                    |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>LIBERDADE DE IMPRENSA: LIMITES DA MANIFESTAÇÃO DE PENSAMENTO NAS REDES SOCIAIS E SUAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS À NÍVEL NACIONAL E REGIONAL</b> <i>Bruna Meurer; Lara Niehues Cechetto; Hermínio Antônio da Silva Filho</i> ..... | 88 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|

## CIÊNCIAS HUMANAS

---

## PROFISSÃO PROFESSOR E JUVENTUDE: A PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DO NOVO ENSINO MÉDIO EM UM MUNICÍPIO DA REGIÃO DA AMREC

Ciências Humanas  
Artigo Original

Joice Estevão dos Santos<sup>1</sup>; Eduarda Arent<sup>1</sup>; Kauany Dimon<sup>1</sup>; Miryan Cruz  
Debiasi<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Centro Universitário Barriga Verde – Unibave

**Resumo:** O Novo Ensino Médio ainda está em constante debate no país e desperta muitas disputas em torno da formação dos estudantes. Além disso, o recuo ou até mesmo exclusão de disciplinas de formação geral podem contribuir para que a escolha profissional dos jovens seja antecipada ainda no Ensino Médio, dificultando escolhas menos pragmáticas, como a profissão de professor. Nesse contexto, o objetivo deste estudo foi analisar a percepção de estudantes do Novo Ensino Médio sobre a profissão professor em um município da Região da AMREC. Os resultados foram obtidos por meio de uma pesquisa qualitativa e o instrumento para coleta dos dados foi um questionário com perguntas abertas e fechadas, aplicado a estudantes do primeiro e segundo ano do Novo Ensino Médio em uma escola pública. Evidenciou-se que os estudantes não gostam do modo de organização do Novo Ensino Médio, preferem maior ênfase nas disciplinas “tradicionais” e poucos consideram ou já consideraram ser professor, motivados tanto pela desvalorização da profissão na sociedade quanto pela ênfase negativa atribuída à profissão pelos próprios educadores. Diante desse cenário relatado pelos alunos, indica-se um olhar atento ao currículo dessa etapa de ensino e a reorganização de situações externas e internas para que os jovens possam ter uma percepção diferente da profissão de professor.

**Palavras-chave:** profissão professor; novo ensino médio; estudantes; educação básica.

## TEACHER PROFESSION AND YOUTH: THE PERCEPTION OF NEW HIGH SCHOOL STUDENTS IN A MUNICIPALITY IN THE AMREC REGION

**Abstract:** The New High School system remains a topic of ongoing debate in the country, sparking numerous disputes regarding student education. Furthermore, the reduction or even elimination of general education subjects may lead to early career choices among young students during high school, making less practical paths, such as pursuing a teaching career, more difficult. In this context, the objective of this study was to analyze the perceptions of New High School students concerning the teaching profession in a municipality within the AMREC Region. The results were obtained through qualitative research, using a questionnaire with both open- and closed-ended questions administered to first- and second-year students at a public



New High School. It became clear that students are dissatisfied with the organization of the New High School, expressing a preference for greater emphasis on traditional subjects. Few students have considered or are considering a career in teaching, due to both the devaluation of the profession in society and the negative portrayal of it by educators themselves. Given the concerns raised by the students, it is recommended to closely examine the curriculum at this stage of education and reorganize both external and internal factors so that young individuals may develop a more positive perception of the teaching profession.

**Keywords:** profession teacher; new high school; students; basic education.

## Introdução

No contexto da educação atual, sobretudo em se tratando de estudantes do Ensino Médio, iniciam-se as exigências de escolha profissional e, em alguns casos, se prospecta para a formação no Ensino Superior tendo em vista as exigências de determinadas qualificações profissionais. No cenário atual de ajustes da formação dos jovens para o Novo Ensino Médio – NEM, essa “escolha” é forjada por meio de aprofundamento de estudos em determinadas áreas definidas pelas Secretarias Estaduais de Educação, em atendimento às normativas do Ministério da Educação e das orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A formação de professores, por exemplo, poderia ser instigada dentro desse cenário, por meio da área das Ciências Humanas. Porém, deve-se considerar que nem todas as escolas têm todos os itinerários formativos, algumas áreas do conhecimento podem ser preteridas por outras.

Diversas pesquisas e estudos têm apontado que é um desafio cada vez maior atrair os jovens para a carreira docente. Por exemplo, em audiência pública realizada no mês de outubro do ano de 2023, a Comissão de Educação do MEC tratou sobre projeto que busca incentivar os jovens a optarem pela profissão de professor da Educação Básica. Dentre as propostas da audiência, apontou-se que melhores condições de trabalho e formação mais qualificada são fundamentais para tornar a profissão mais interessante (Tv Senado, 2023).

Uma outra publicação no site da Revista Ensino Superior (2022), destaca que faltam professores qualificados e que há muitos estereótipos, tal como o sofrimento da profissão. No mesmo modo, o estudo do Instituto Península (2021) sobre a atratividade da carreira docente no país, indica que apenas 7% dos entrevistados pretendiam trabalhar com a educação. Destes, 61% das mulheres, “[...] de famílias

---

com renda até R\$ 1.999 (49%), de escolas públicas (90%), de cidades com menos de 100 mil serão professores habitantes (41%) e 25% filhas de professores” (Instituto Península, 2021, local. 40).

Portanto, aliado à baixa atratividade da carreira docente ao novo cenário da formação dos jovens no NEM, por meio da Reforma do Ensino Médio, aprovada pela Lei 13.415/2017 (Brasil, 2017), esses desafios podem se tornar ainda maiores tendo em vista que a área das Ciências Humanas e o debate de uma educação menos pragmática, historicamente, oriunda dessa área, podem ser oferecidos em poucas escolas. Neste cenário, nos interessa compreender a percepção dos estudantes do Novo Ensino Médio sobre a carreira de professor, tendo em vista ser nesta etapa da Educação Básica que acontecem as maiores disputas e investidas em torno de um projeto de nação via formação escolar.

Assim, surgiu o problema de pesquisa, qual seja: Qual a percepção de estudantes do Novo Ensino Médio sobre a profissão professor em um município da Região da AMREC? Como objetivo geral, elencamos: analisar a percepção de estudantes do Novo Ensino Médio sobre a profissão professor em um município da Região da AMREC. Para auxiliar na investigação, definimos como objetivos específicos: identificar, na visão dos jovens, se há possibilidades para a profissão professor no currículo do NEM; investigar, na percepção dos estudantes, possibilidades para atrair os jovens para a profissão de professor, a partir da oferta dos itinerários formativos oferecidos pela escola; elencar possíveis pontos positivos e/ou negativos, na percepção dos estudantes, sobre a profissão do professor.

A presente pesquisa se justifica tendo por base os históricos déficits da formação de professores e a desvalorização social e baixa atratividade dos jovens pela profissão. Considerando também, as mudanças engendradas a partir do NEM, diversos mecanismos de ‘escolhas’ são dados aos estudantes para que possam ingressar em uma profissão a partir do NEM ou em um curso de graduação, mas que, como dito, ainda é preciso entender como estão sendo observadas pelos estudantes possibilidades de atração para suas futuras profissões a partir dos itinerários formativos do NEM.

Na sequência é apresentada a fundamentação teórica do estudo, abordando inicialmente acerca da temática de formação de professores. Em seguida, apresentamos o debate teórico acerca do Novo Ensino Médio, com ênfase nas

possibilidades para formação de professores, seguido da apresentação dos procedimentos metodológicos, análise dos resultados e as considerações finais do artigo.

### **A formação de professores no final do século XX**

A educação no século XX, segundo Darius e Darius (2018), foi marcada por muitas transformações e ressignificações. A universalização do ensino tem acontecido de modo quantitativo e qualitativo para as grandes camadas da população em geral, mas ainda permanece em debate a questão da qualidade e infraestrutura do ensino público, que continua sucateado.

Para Saviani (2011, p.8) “a trajetória do século XX representou, do ponto de vista quantitativo, um significativo avanço no campo educacional”. Porém,

[...] o problema da qualidade do ensino, a formação de professores se converteu, atualmente, numa das questões mais controvertidas e de maior visibilidade, uma vez que os professores e as instituições formadoras tendem a ser apontados como vilões pelas autoridades educacionais assim como por diversas modalidades de intelectuais influentes na mídia (Saviani, 2011, p.8).

Sob o aspecto da formação de professores, a partir de 1990, tem sido temática e objeto de constantes discussões e mudança, tanto no âmbito das políticas públicas quanto nas concepções pedagógicas, o que influenciou diretamente a formação inicial e continuada dos docentes.

A década de 1990 foi marcada por um intenso debate sobre a formação dos professores no Brasil em decorrência dos acontecidos pós-ditadura. A partir da redemocratização do país e discussões da área, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961 (Lei nº 4.024/61) foi reanalisada. O ano de 1996 foi um marco importante para a educação no país por meio da aprovação da nova LDB (Lei 9.394/96). No que tange à formação de professores, a LDB definiu que a formação deveria ocorrer em cursos de nível superior, reconhecendo a importância da qualificação acadêmica para o exercício da profissão (Brasil, 1996).

Houve uma ampliação na oferta de cursos de licenciatura, visando atender a demanda por professores nas diferentes áreas do conhecimento, com formação na área de atuação e avanços, com o objetivo de construir um ensino de qualidade, aperfeiçoar profissionais e torná-los capacitados para o exercício da profissão

docente, organizar o âmbito educacional que outrora se encontrava em situações catastróficas no início da redemocratização.

De acordo com a alteração da LDB:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (Brasil, 2017, Art. 62).

Além disso, a formação inicial passou a contemplar não apenas os conteúdos específicos das disciplinas, mas também os fundamentos teórico-metodológicos da educação. Isso possibilitou uma visão mais abrangente da prática docente, preparando os futuros professores para lidar com os desafios da sala de aula (Brasil, 1996).

Destaca-se também a criação, em 1997, do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que tem como objetivo incentivar a formação de professores desde o início da graduação. Por meio desse programa, os estudantes de licenciatura têm a oportunidade de vivenciar a prática docente nas primeiras fases do curso, participando de atividades em escolas e recebendo uma bolsa de estudos. Essa iniciativa visa aproximar teoria e prática, contribuindo para uma formação mais qualificada dos futuros docentes.

Além disso, vale mencionar a criação do Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional (PROINFO) em 1997. Esse programa tem como objetivo capacitar os professores para o uso das tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem. A formação dos professores nessa área tornou-se essencial, considerando o avanço tecnológico e a necessidade de promover uma educação alinhada às demandas da sociedade contemporânea.

O Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 (Lei nº 13.005/2014) redefine novas metas que ficam vigentes no período de 2014 a 2024. Com relação à profissão de professores, o PNE define que na meta 17: “Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE” (Brasil, 2014).

Na atualidade, discute-se o PNE que entrará em vigência a partir de 2024 e tem validade de dez anos (2024-2034). Certamente a temática da valorização da profissão estará novamente em pauta e será objeto de futuras análises e estudos. Para o intuito do nosso estudo, cumpre entendermos de que maneira a necessidade da formação de novos professores tem se articulado, ou não, no currículo do Novo Ensino Médio – NEM, tratado na próxima seção.

### **O Novo Ensino Médio e o papel das Ciências Humanas**

O Ensino Médio, historicamente, enfrenta o desafio de preparar os jovens não apenas para o ambiente de trabalho e a universidade, mas também para uma ampla gama de oportunidades que possam surgir em suas trajetórias pós vida escolar (Codes; Fonseca; Araújo, 2021).

A mudança no Ensino Médio representa uma transformação significativa para todo o sistema educacional e tem por objetivo melhorar a qualidade e a relevância da educação oferecida, para que se faça a aproximação com o contexto social em que os alunos estão inseridos (Brasil, 2018). Com a implementação de novas orientações curriculares, o NEM passa a se adaptar às necessidades dos alunos, preparando-os de forma mais eficaz para os desafios do século XXI.

Por conta das diversas e grandes mudanças houve e continua havendo muitos debates em torno dessa reforma. Conforme Codes, Fonseca e Araújo (2021, p.10) “essa recursividade mostra que o modelo preponderante de ensino médio em cada época responde aos problemas do momento”. Para Ferretti (2018), a justificativa do governo para a reforma se dá por: a) a “baixa qualidade” do ensino e; b) seria preciso tornar essa etapa de ensino mais atraente para os jovens em função da evasão e abandono.

Conforme orientações oficiais, essa reestruturação busca proporcionar uma educação mais flexível e personalizada, oferecendo uma variedade de itinerários formativos que permitam aos estudantes escolherem caminhos que estejam alinhados aos seus interesses e aspirações, contribuindo para um ensino mais dinâmico e relevante (Brasil, 2018). Na mesma linha de raciocínio, Codes, Fonseca e Araújo (2021) indicam que, há pouco tempo, o ensino médio era uma oportunidade restrita, acessível principalmente às classes sociais mais privilegiadas, e muitas

vezes, a maioria da população sequer considerava essa modalidade como um caminho viável a seguir.

Para poder ser colocada em movimento, a mudança do NEM prescindiu uma alteração também na LDB. Assim, a Lei nº 13.415/2017 promoveu alterações significativas na estrutura do Ensino Médio ao modificar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Isso incluiu o aumento do tempo mínimo de presença do estudante na escola, passando de 800 horas para 1.000 horas anuais até 2022. Além disso, a legislação estabeleceu uma nova organização curricular mais flexível, incorporando a Base Nacional Comum Curricular e introduzindo itinerários formativos que permitem escolher entre diversas áreas de conhecimento e oportunidades de formação técnica e profissional (Brasil, 2018).

Antes da reforma, o currículo de ensino era dividido em disciplinas específicas, sendo elas: português, literatura, língua estrangeira, matemática, história, geografia, filosofia, sociologia, artes, educação física, química, biologia e física. Atualmente, ele é organizado pela BNCC e por 5 itinerários formativos sendo quatro áreas de conhecimento – Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – e o percurso da Formação Técnica e Profissional. O aluno, como dito anteriormente, pode escolher o itinerário que mais lhe interessa (Brasil, 2018).

A finalidade dessas áreas de conhecimento é integrar dois ou mais componentes do currículo para uma melhor compreensão e transformação de uma realidade complexa. Para Simões (2017), as mudanças que estão acontecendo com a educação e os currículos sugerem que essa reforma é impulsionada pelos interesses de grandes privadas e suas conexões políticas e econômicas, tanto em nível nacional quanto internacional. A reforma se inspira em modelos empresariais neoliberais, como os adotados em países como Austrália, Coréia do Sul e Finlândia e a proposta está sendo promovida por diferentes atores governamentais e não governamentais, com o apoio da mídia de massa, como a única solução para os problemas crônicos do sistema educacional, especialmente o ensino médio.

Nas palavras de Simões (2017, p.48) [...] “desta forma, tudo pode em nome da crise, até mesmo um “novo ensino médio, quem conhece aprova”, com isso, surgem problemas que ao invés de resolvê-los, apenas se intensificam. Como, por exemplo, onde está lugar das ciências humanas com tais modificações tão intensas?



Em relação aos sistemas de ensino que oferecerem um "itinerário formativo integrado", isso significa que em situações em que há uma falta de professores em certas disciplinas, como Física, Química, Sociologia e Filosofia, as autoridades educacionais podem combinar essas disciplinas de maneira criativa para formar um novo itinerário, neste caso chamado "Ciências Humanas e da Natureza," que inclui Geografia, História e Biologia. Isso permite que os estudantes tenham acesso a uma educação abrangente, mesmo quando há carência de professores em áreas específicas (Simões, 2017).

Entre as mudanças propostas, destaca-se a relevância das Ciências Humanas nesse novo cenário. Esta área do conhecimento constrói um potencial pedagógico capaz de contribuir na formação de sujeitos na contemporaneidade, constituindo um lugar de poder no processo de escolarização.

As Ciências Humanas englobam disciplinas como História, Geografia, Sociologia e Filosofia. Com a flexibilização curricular do Novo Ensino Médio, os estudantes agora têm a oportunidade de escolher itinerários formativos que incluam essas áreas. Isso é fundamental, uma vez que as Ciências Humanas desempenham um papel muito importante no desenvolvimento de habilidades cognitivas essenciais, como o pensamento crítico, a análise de informações complexas e a compreensão das dinâmicas sociais e históricas que moldam o mundo.

Mas, o documento da BNCC deixa claro que no NEM a diversidade das juventudes requer uma escola que respeite os direitos humanos e permita aos alunos serem ativos em sua educação, influenciando o currículo, o ensino e a aprendizagem. Isso implica fornecer uma educação que os ajude a moldar seu futuro, abrangendo estudo, carreira e escolhas de vida saudáveis, sustentáveis e éticas, alinhadas com suas histórias individuais (Brasil, 2018).

Para os sistemas de ensino, surge como desafio acomodar essas diferenças e escolhas, como vamos preparar os alunos na educação do Novo Ensino Médio, pois consideramos que cada estudante é um universo ímpar, com diversos caminhos a trilhar. Inesgotáveis são os estilos de aprendizagem, visões de futuro e metas, graus de perseverança, condições socioeconômicas e familiares, parâmetros de sucesso e valores relativos ao modo como desejam contribuir para o bem-estar da sociedade, tudo isso ao mesmo tempo em que se preparam para conquistar seu próprio bem-estar (Codes, Fonseca; Araújo, 2021).

No que se refere aos objetivos desse estudo, é nossa principal linha de investigação entender de que forma o NEM pode ou não possibilitar aos jovens considerar a profissão de professor. Assim, o debate sobre as Ciências Humanas no NEM se torna importante na medida em que possibilita aos jovens considerarem carreiras e profissões para além de modismos e *status*. É sobre essa perspectiva que analisamos a percepção dos estudantes, a ser apresentada no decorrer deste estudo.

### **Procedimentos Metodológicos**

Para a realização desse estudo foi realizada uma pesquisa básica, sem intenção de conhecimentos para aplicação prática imediata. Assim, os objetivos são de caráter descritivo em que se espera estabelecer uma relação entre fenômenos e as características da população pesquisada (Gil, 2022).

A pesquisa, aprovada por meio do Parecer Consubstanciado de número 6.264.446 pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP do Unibave, é de abordagem qualitativa, tendo em vista que a percepção dos estudantes do NEM sobre o objeto de estudo é o principal foco para o desenrolar desse trabalho. Por se priorizar uma interrogação direta aos pesquisados com apoio de questionário, em relação aos procedimentos, a pesquisa é de levantamento.

A escolha pelos alunos do 1º e 2º ano do Ensino Médio para realizar o questionário, se deu pelo motivo que, na escola pesquisada, são os estudantes dessas séries os primeiros submetidos ao currículo do NEM. Ressalta-se que, o Termo de Consentimento de Livre Esclarecido foi aplicado à escola, local da pesquisa, aos estudantes e aos seus pais/responsáveis, quando aqueles eram menores de 18 anos.

O local da pesquisa foi uma escola estadual situada em um município da Região da AMREC, a qual possuía vinte sete turmas de Ensino Médio, divididas entre os períodos (matutino, vespertino e noturno). A escola contava com 28 professores efetivos, 34 temporários e 09 pessoas responsáveis pela parte diretiva da escola, somando um total de 76 servidores.

Sobre a característica de oferta das turmas, no período matutino havia 5 (cinco) turmas de primeiro ano, totalizando 130 (cento e trinta) alunos; no segundo ano, 99 (noventa e nove) estudantes divididos em 5 (cinco) turmas e no terceiro ano,

três turmas totalizando sessenta e seis (66) estudantes. No período vespertino a escola ofertava duas turmas de 1º ano com o total de 56 (cinquenta e seis) alunos; duas turmas do segundo ano, com 54 (cinquenta e quatro) alunos e uma turma do terceiro ano com 25 estudantes. O período noturno funcionava com duas turmas de 1º ano, com 58 alunos no total, 70 (setenta) alunos divididos em três turmas de 2º ano e 105 (cento e cinco alunos) do 3º ano divididos em quatro turmas. O total de estudantes do 3º ano da escola é de 196 (cento e noventa e seis) estudantes.

Quanto aos participantes da pesquisa, definiu-se uma amostra de 40% dos estudantes do período matutino, sendo selecionados por sorteio, visto que, as turmas do 3º ano do período noturno só finalizarão o NEM no 4º ano, ou seja, são 4 anos de Ensino Médio ao invés de 3 anos de conclusão, como as turmas do período diurno. Assim, o total de estudantes participantes da pesquisa, era de 26 (vinte e seis) estudantes. Justifica-se a escolha do percentual de 40% do total de alunos, tendo em vista que a pesquisa colheu dados dos alunos para posterior cruzamento dos dados empíricos, considerou-se o tempo necessário para a aplicação do instrumento, análise dos dados e finalização da pesquisa. Quando citados textualmente, os estudantes foram identificados por letras do alfabeto.

Quanto ao instrumento da pesquisa, foi aplicado um questionário contendo 04 (quatro) questões semiabertas. Com o intuito de otimizar a participação dos envolvidos, o instrumento de pesquisa foi aplicado diretamente na escola pelos pesquisadores responsáveis em data combinada com a direção da escola, sendo que, 22 (vinte e dois) foram os estudantes que responderam ao questionário.

Considerando que se trata de uma pesquisa exploratória, é a partir da coleta de dados que buscamos compreender o fenômeno investigado. Desta forma, a discussão dos dados está apresentada a partir de categorias de análise definidas *a priori*: a) interesse na profissão professor e o currículo do NEM e; b) A visão dos jovens e atratividade da profissão de professor a partir do currículo do NEM.

## **Resultados e Discussão**

Conforme mencionado na sessão anterior, este item tem por objetivo apresentar o resultado e o debate sobre a percepção dos estudantes acerca da formação de professores, bem como a profissão de professores e os itinerários formativos do NEM e a percepção dos jovens sobre a profissão de professor a partir

do currículo do NEM. Nas respostas discursivas, apresentamos apenas as dos estudantes que justificaram os questionamentos feitos. Iniciaremos a apresentação com a primeira categoria de análise, qual seja: interesse na profissão professor e o currículo do NEM.

O primeiro questionamento buscou identificar dos pesquisados a percepção deles sobre o currículo e as disciplinas que são oferecidas no NEM. As respostas são apresentadas, na íntegra, no quadro 1:

**Quadro 1** - Opinião dos estudantes sobre o currículo e as disciplinas oferecidas pelo NEM

| Alunos: | Respostas:                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|---------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| A       | Acredito que poderia ser melhor, de uma forma mais clara e aumentando as matérias mais importantes como português e matemática.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| B       | São boas disciplinas, porém há um problema: a forma como estão dispostas no programa de ensino parece ser confusa, diminuindo mais aulas de formação básica e aumentando a carga horária do ensino médio, fazendo com que haja uma menor receptividade pela grande parte dos alunos.                                                                                                                                                                                      |
| C       | Cansativo, muitos conteúdos e quase nada importante. Com o aumento das disciplinas para serem estudadas, veio o aumento de provas e trabalhos, a maior parte dos estudantes estão se sentindo sobrecarregados.                                                                                                                                                                                                                                                            |
| D       | Achei bem desnecessário contando que tiraram muitas aulas necessárias como as de humanas e exatas para aplicar conteúdo tais quais não abrangem em matéria alguma.                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| E       | Poderia melhorar.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| F       | Acho que prejudicou muito nós alunos, com a diminuição de aula nas principais matérias. Acho que PV e a eletiva de educação financeira foi muito bom terem colocado, mas o restante não.                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| G       | Péssimos e bem desorganizados, um exemplo é dois dias de trilha, qual a necessidade? aulas importantes que poderíamos estar tendo e perdendo tempo com essas trilhas de aprofundamento, aulas importantíssimas como física e química 1 aula por semana, o que acontece é que a gente não absorve o conteúdo e não conseguimos aprender.                                                                                                                                   |
| H       | Acho ótimas disciplinas, aprendi muito. Porém eu não gosto da estrutura do novo ensino médio. O ministério da educação jogou o peso de planejar todos os tópicos de aula apenas com um Manual de instruções, muitos nem tem formação na área exercida e são 12 aulas por semana que perdemos sem ter nenhum tipo de preparação para o ENEM ou vestibular que já são realidades limitadas e elitistas principalmente para estudantes da rede pública de ensino brasileiro. |
| I       | Na minha opinião esse Novo Ensino Médio sobrecarregou todos os alunos e professores.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| J       | As eletivas são boas mais as trilhas só nos dar mais trabalho retira muitas aulas que são mais necessárias.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| K       | Desnecessário as trilhas de aprofundamento e redução de algumas matérias importantes.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| L       | Sobrecarrega muito os alunos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |

|   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|---|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| M | Acredito que as escolas públicas não tenham estrutura, nem profissionais suficientes para manter essas matérias, tanto que isso aumentou ainda mais a desigualdade social entre escolas públicas e particulares, pois a maioria das escolas privadas, tem uma preparação muito melhor para manter o novo ensino médio e suas novas disciplinas. |
| N | Disciplinas estão bastante complicadas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| O | As propostas são boas, mas quando foram aplicadas não saíram como o planejado. Com isso acabaram prejudicando o ensino dos alunos, e não crescendo.                                                                                                                                                                                             |
| P | Achei bom pelo fato de a gente precisar para nosso futuro algum dia.                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Q | Boas, ajudam muito os jovens a saberem o que querem seguir.                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| R | Ruim muitos conteúdos aleatórios que não fazem sentido muita das vezes da impressão de que nem o professor sabe o que está fazendo.                                                                                                                                                                                                             |
| S | É legal, eu acho interessante.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

É possível percebermos que os alunos, em sua maioria, estão descontentes com a nova organização curricular do Ensino Médio. Exceto alguns que apontaram ser importante no futuro (alunos P e Q) e interessante para sua formação (aluno S).

Os estudantes apresentaram diversos argumentos que corroboram com a desconstrução de um ideal de Novo Ensino Médio que foi bastante anunciado e “enfeitado”. Embora alguns estudantes considerem que partes do NEM sejam interessantes (alunos O, J e B), as condições estruturais ofertadas pelo ensino público não atendem às demandas necessárias para que seja efetivada a qualidade de ensino publicamente anunciada pelo NEM.

Os estudantes N, R, K e G, por exemplo, enfatizam a falta de organização e dificuldades, tanto que se referem à enxurrada de conteúdos ofertados, sobrecarga de trabalhos, e com isso, o aumento das disciplinas fez com que houvesse a diminuição das “disciplinas básicas”, conforme apontou o aluno D. Também foi indicado pelos estudantes que se sentem em desvantagem e despreparados para vestibulares que são importantes para ingressar no Ensino Superior.

Também destacamos a resposta do aluno H, que na sua percepção, existe dificuldade e despreparo dos professores para lecionar os itinerários, uma vez que professor não tem formação, quando muito, o notório saber. Este relato vai ao encontro das ideias de Saviani (2011) ao indicar que a formação dos professores enfrenta mudanças frequentes associadas às políticas governamentais brasileiras.

Não há uma organização e uma política de formação docente sólida, em termos de políticas públicas. Um outro desafio que vem sendo debatido no último

ano, como por exemplo, a retomada da discussão das Diretrizes de Formação Inicial de professores e da reorganização da formação no formato em Ead. Portanto, conclui-se que as respostas refletem uma variedade de percepções sobre o Novo Ensino Médio, destacando a necessidade de uma revisão cuidadosa para atender às demandas e expectativas dos alunos, garantindo uma educação de qualidade e acessível a todos.

A segunda categoria de análise diz respeito ao interesse dos alunos pela profissão professor e à influência do NEM para escolha da mesma (quadro 2).

**Quadro 2 – Interesse dos participantes da pesquisa pela carreira de professor e a contribuição do NEM para escolha dessa profissão**

| Alunos: | Respostas:                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|---------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| A       | Apesar de não querer ser professora já tive vontade, na minha percepção acredito que vai muito do professor, alguns mostram bastante amor pelo que fazem e acaba despertando sim um interesse maior nos alunos!                                                                                                                                                                                 |
| B       | Acho a profissão de professor fascinante, mas não me interessa em ser por me interessar por outros tipos de profissão. Não muito, o que vejo em maior parte das vezes são alunos que se veem desgastados pela forma de ensino do Novo Ensino Médio e muitos acabam por não quererem seguir alguma faculdade. Poucos são os alunos que se sentem encorajados para seguir a profissão pedagógica. |
| C       | Sim, não. Os estudantes no geral se demonstram insatisfeitos e decepcionados com o NEM.                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| D       | Em ser professora já me interessei, mas não que foi incentivo do ensino médio                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| E       | Não, depende do aluno e professor, tem aulas que são boas e tem pessoas que dá vontade, mas tem aulas que são ruins.                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| F       | Com certeza não, acho que isso só prejudicou as escolas e os alunos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| G       | Não tenho interesse                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| H       | Não. Professor é uma profissão extremamente desvalorizada, e o novo ensino médio é uma máquina de tortura para os professores, já que eles não receberam quase nenhuma orientação ou FORMAÇÃO.                                                                                                                                                                                                  |
| I       | Não, depende de cada aluno, mas sim alguns têm muito interesse com esse novo ensino médio                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| J       | Não eu não tenho mais nada posso falar dos outros                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| K       | Não tive interesse e não sei                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| L       | Não, só mostra que a gente vai fazer muito por nada                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| M       | Não, vejo muita desvalorização salarial para os professores, principalmente nessa região, conheço diversos profissionais que trabalham o dia todo e recebem apenas 4 mil. Com esse valor é muito difícil manter uma estabilidade financeira, principalmente para famílias grandes.                                                                                                              |
| N       | Sim já pensei em ser professor... de Educação física, eu amo esportes e exercícios físicos, tudo que envolve esporte eu amo kk                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| P       | pensei em ser professora de história, mas com a experiência do NEM acredito que não seria mais, pois além da pressão, existe um buraco gigante na aplicação da nova grade escolar                                                                                                                                                                                                               |



|   |                                                                             |
|---|-----------------------------------------------------------------------------|
| Q | no meu caso não, nunca mudaria minha escolha                                |
| R | Não, pois ali nos ensinam as saber em qual Área seguir                      |
| S | Não me interesse                                                            |
| T | Não, não também, muito tempo de escola. Além de estar difícil de aposentar. |

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Conforme os dados apresentados (quadro 2), podemos constatar que o futuro da profissão de professor apresenta grandes desafios. Os alunos relatam indignação ao que presenciam na vida cotidiana escolar no que se refere às dificuldades da profissão professor, a qual é muito importante para a sociedade. O aluno T comenta as burocracias para se ter o direito de aposentadoria, já o aluno P cogitou, algum dia, ingressar nessa carreira, mas perdeu a vontade após as experiências no NEM. O aluno H indica que a profissão tem sido uma tortura para o profissional professor com a reforma do NEM.

A minoria dos alunos demonstrou interesse na carreira de professor, mas suas motivações não vieram dos itinerários do NEM e sim dos gostos pessoais. Os participantes da pesquisa, no geral, demonstram muito respeito e admiração por este profissional, mas relatam que não têm vontade por dificuldades e experiências que vivenciam com esses profissionais que estão à frente do ensino.

Para que o professor enfrente as dificuldades na sua carreira, no cenário atual, é importante que escolas, secretarias de educação e outros profissionais colaborem efetivamente. Algumas ideias incluem o uso de métodos que envolvam os alunos na resolução de problemas reais, o acompanhamento constante da aprendizagem, a revisão das formas de avaliação, a adaptação dos materiais de ensino, a disposição para mudar as práticas diárias e o investimento contínuo na formação de professores. (Mind Lab, 2019).

No que se refere ao estímulo para ingresso na carreira de professor, rodas de conversa, ouvir a visão dos professores enquanto uma profissão, pesquisa com prós e contras e vivências com professores de outros colégios e universidades poderiam ampliar a percepção dos estudantes e valorizar, também, a profissão. De fato, nenhuma profissão é valorizada por ela mesma, assim, é importante que essa situação seja problematizada com os estudantes, para que, ainda que não queiram seguir esse caminho profissional, não contribuam para desmerecer a profissão que é tão importante para o desenvolvimento de todos os países.

A terceira categoria analítica buscou saber a percepção dos estudantes sobre atratividade da profissão de professor a partir do currículo do NEM. Assim, o primeiro questionamento dessa categoria buscou saber, na percepção dos estudantes, se os itinerários formativos oferecidos pela escola apresentam conteúdos e conhecimentos que podem fazer com que o jovem escolha a profissão de professor. Para 70% dos estudantes, os itinerários formativos da escola não possibilitam a escolha para a profissão de professor enquanto na percepção de 30% deles a resposta é sim. As justificativas são apresentadas no quadro 3.

**Quadro 3** - Percepção dos estudantes quanto ao papel dos itinerários formativos do NEM na escolha pela profissão de professor

| Alunos | Respostas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|--------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| A      | Repito que os estudantes estão decepcionados e insatisfeitos, o NEM não apresenta conteúdos interessantes, de acordo com a opinião dos estudantes.                                                                                                                                                                                                                           |
| B      | Para ser mais exato, os itinerários não conseguem promover temas e o interesse ao ramo pedagógica com tanta frequência. O incentivo maior vem dos próprios professores, por se esforçar sempre para passar um melhor aprendizado aos alunos. Aqueles que pretendem ser professores carregam sua admiração pessoal pela profissão pela forma como os acompanham no dia a dia. |
| C      | Buscam sempre por coisas mais voltadas a realidade, então acaba facilitando sim a escolha.                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| D      | Sim, alguns.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| E      | Considerarei que não, porém em projeto de vida estudamos sobre alguns profissionais e isso nos trouxe bastante conhecimento sobre diversas profissões, incluindo professor. Talvez seja um pouco difícil atrair os alunos para essa profissão, principalmente porque está se tornando cada vez mais desvalorizada.                                                           |
| F      | Não sei.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| H      | Acho que vai de cada um, mas com esse novo ensino médio sem condições.                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| I      | Não, não trabalham sobre isso.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| J      | Acho que eles são interessantes para ajudar na escolha da profissão, mas não adianta de nada escolher a profissão e não conseguir passar em uma universidade porque não teve aulas o suficiente para aprender os conteúdos necessários para provas de ingresso.                                                                                                              |
| K      | Os professores não têm ensino o suficiente para ensinar esses itinerários. Com isso a falta de capacidade só atrapalha o nosso aprendizado como alunos e o desempenho dos professores ensinando.                                                                                                                                                                             |
| L      | Porque se eu estudo para ser professor de matemática, quero ser isso, não ficar colocando matemática para ligar outras matérias além deles ter apenas 1 aula por semana na matéria que eles estudaram.                                                                                                                                                                       |
| M      | Os professores tornam as aulas enjoativas e repetitivas, e os alunos não se interessam nisso, por esse motivo uma grande parte dos adolescentes estão desistindo dos estudos ou indo para o turno da noite.                                                                                                                                                                  |
| N      | Não tenho a mínima vontade em ser professor e também nada mostra que devo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| O      | Não, incentivam aos jovens quererem seguir a profissão como professor.                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |

|   |                                                                                                                                                                                                          |
|---|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Q | Não entendi muito bem essa pergunta, mas vou responder de uma forma GERAL não somente a profissão de professor, dependendo dos conhecimentos passados faz sim com que a gente escolha nossas profissões. |
| R | Tem bastante coisas interessantes para quem gosta da área de Pedagogia ou mesmo Professor.                                                                                                               |
| S | Cada professor oferece um ensino diferente e que um se interessa no conteúdo que ele está expondo então sim.                                                                                             |
| T | Acho q nenhuma que está disponível faz os alunos sentirem interesse em serem professores.                                                                                                                |

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

As respostas dos alunos evidenciam uma variedade de percepções em relação aos itinerários formativos e à possível influência na escolha pela profissão de professor. Alguns não responderam essa questão, outros destacam insatisfação e falta de conteúdos interessantes (aluno A), enquanto outros ressaltam a importância do envolvimento dos professores na motivação dos alunos (aluno B).

Há alunos que percebem uma conexão mais direta entre os itinerários e a realidade, facilitando a escolha profissional (aluno C). Entretanto, há quem considere que o NEM não aborda adequadamente a preparação para provas de ingresso na universidade (aluno J) e que os professores podem não estar capacitados para ministrar os itinerários (aluno K).

Em linhas gerais, o importante é estimular a formação de indivíduos receptivos e com mentalidades abertas, capazes de aproveitar novas oportunidades, libertar-se de preconceitos, vieses e parcialidades. Para realizar um trabalho dessa natureza, a escola precisaria atuar em colaboração com a família e contar com profissionais de orientação e aconselhamento. Embora os próprios professores possam ajudar nesse processo, seria ideal dispor de psicólogos ou de pessoas com qualificações afins, para desempenhar o papel de adulto-referência junto aos estudantes (Asca, 2019).

A análise geral destaca a dualidade de opiniões, evidenciando desafios na implementação do NEM, como a falta de capacitação dos professores, a desvalorização da profissão de professor e a dificuldade em despertar o interesse dos alunos. Essas questões são frequentemente discutidas em pesquisas sobre a reforma do ensino médio, destacando a necessidade de investimentos na formação docente e na estruturação dos itinerários para alcançar os objetivos propostos.

Diversas seriam as atribuições desses profissionais, entre elas, estariam conversas com os jovens acerca dos caminhos disponíveis, os itinerários que os levariam alcançar as metas e as notas necessárias. Esse tipo de apoio incentivaria o estudante a seguir em frente e a ampliar seus horizontes de planos futuros. Em casos de problemas comportamentais ou pessoais, barreiras à conclusão do curso, esses profissionais ofereceriam escuta, ajuda e atenção. Como muitas vezes os problemas são de foro familiar, seria necessária uma melhor comunicação escola – família – aluno, conduta desde sempre necessária e que vem se tornando cada vez mais natural e contextualizada nestes tempos de consolidação e legitimação do ensino a distância. Existem pesquisas que endossam esse tipo de atuação, mostrando seus efeitos benéficos no aumento das taxas de conclusão de cursos, na redução de problemas comportamentais e na passagem para universidade ou trabalho (Asca, 2019).

O segundo questionamento dessa categoria quis saber dos estudantes possíveis sugestões de melhorias no formato do NEM para que a profissão de professor se tornasse mais atraente aos jovens. As respostas são apresentadas no quadro 4.

**Quadro 4** - Possíveis sugestões de melhorias no NEM para atrair os jovens para a profissão de professor

| ALUNOS | RESPOSTAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|--------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| D      | Melhoraria muito se voltasse a ser como era antes do novo ensino médio                                                                                                                                                                                                                                              |
| E      | Fazer aulas legais, se mostrar interessado e geralmente os professores passam um lado ruim de sua profissão.                                                                                                                                                                                                        |
| F      | Voltar a ser como era antes, e adicionar projeto de vida e educação financeira                                                                                                                                                                                                                                      |
| G      | Dinâmicas e não somente falas e falas e a gente ser obrigado a ficar 45 minutos escutando o professor explicar algo e não ter uma dinâmica, uma conversa com os alunos sobre a matéria e perguntar se estão entendendo, enfim.                                                                                      |
| H      | Aumentar o salário dos professores<br>Reduzir o trabalho que eles têm em eventos da escola e disponibilizar pessoas preparadas e específica para essas situações.<br>Abolir o novo ensino médio e deixar alguém que realmente esteve em uma sala de aula de colégio público fazer as mudanças no novo ensino médio. |
| I      | Mais aulas com dinâmicas diferentes                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| J      | Tudo                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| K      | Não sei                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| L      | Mostrar o que realmente é ser professor e não fazer um professor ficar mais chato do que já é.                                                                                                                                                                                                                      |
| M      | Aumento salarial, diminuição da carga horária e reconhecimento social.                                                                                                                                                                                                                                              |

|   |                                                                                                                                                                                     |
|---|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| O | Aulas práticas, fazer que os alunos participem das aulas e não apenas jogarem conteúdo no quadro, fazerem copiarem, explicar e logo em seguida fazer uma prova em cima do conteúdo. |
| P | Tirar o dia inteiro na escola e os 4 anos a noite                                                                                                                                   |
| R | Eles terem mais cursos para o NEM, cursos que eles realmente aprendam mais                                                                                                          |
| S | a carga horária e o conteúdo                                                                                                                                                        |
| T | Mudanças de conteúdos e mostrar mais como funciona realmente a vida de um professor fora e dentro da escola                                                                         |
| U | Retirar as trilhas de aprofundamento                                                                                                                                                |
| V | Não gosto do novo ensino médio, quem sabe... os professores fazer alguma dinâmica pra explicar a matéria, palestra algo assim                                                       |

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

De acordo com os comentários descritos no quadro 5, pode-se verificar que os alunos têm diversas opiniões a respeito de algumas melhorias no Novo Ensino Médio para a profissão do professor ser mais bem valorizada. Os participantes D, F e P apontam a forma de como era o ensino médio anterior e o novo ensino agora, que o ensino poderia voltar para forma antiga, pois era algo mais dinâmico, em que os professores não ficavam somente falando e os alunos escutando. Algumas argumentações focam que o professor deveria propor algo mais dinâmico, não ficar somente na dinâmica em que o professor fala e aluno escuta.

Para Freire (1968), a metodologia de ensino deve estar integrada ao cotidiano dos estudantes e suas experiências vividas. Sua forma de ensino está baseada no diálogo do professor e do aluno, de maneira a possibilitar ao aluno, a participação no processo de estudo e não apenas que seja um depósito de conteúdos desconexos e sem articulação. Ainda conforme Freire (1968), a educação é um ato político, que liberta os indivíduos por meio percepção e consciência crítica para além das áreas básicas, como o português e a matemática. Fato que, como visto, está muito longe da educação oferecida no NEM.

### **Considerações Finais**

Neste estudo, buscamos analisar a percepção de estudantes do NEM em relação à profissão de professor. Sabemos que o currículo do NEM ainda está em discussão e apresentou muitos desafios e mudanças no bojo da organização escolar, e da rotina de estudos dos estudantes.

Buscamos conciliar no estudo uma investigação tendo em vista a baixa procura dos jovens pela profissão de professor e, de que forma, essa situação pode ser evidenciada ou não no currículo do NEM. Os achados do estudo evidenciam que os estudantes não concordam com a proposta do NEM, consideram que muitas disciplinas importantes foram retiradas no currículo e, no que diz respeito à profissão de professores, ainda permanece uma visão negativa dos jovens em relação à profissão.

Dentre os indicativos que poderiam ser considerados como melhoria interna das escolas, o estudo evidenciou que muitos professores contribuem para uma visão negativa da profissão, o que pode ser um dos sintomas da falta de interesse dos jovens.

Outros estudos se tornam importantes na medida em que o debate sobre a configuração do NEM continua em andamento e o descontentamento dos estudantes é quase uma unanimidade. Em relação à profissão de professor, ainda que essa também dependa da valorização social, posturas como as de professores, relatadas pelos estudantes, afastam ainda mais uma possível possibilidade de estudantes por essa carreira profissional. Em ambos os fenômenos, há necessidade de continuar com estudos e debates, tendo em vista que são problemáticas históricas, no caso da profissão de professores, e emergente, em relação ao NEM, mas que convergem no que diz respeito ao futuro da educação no país.

## Referências

ASCA – AMERICAN SCHOOL COUNSELOR ASSOCIATION. **Empirical research studies supporting the value of school counseling**. [S.l.]: [s.n.], 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3544Vlb>. Acesso em: 27 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 26 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho -CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm). Acesso em: 18 set. 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base#:~:text=As%20%C3%A1reas%20do%20conhecimento%20definidas,Geografia%20Sociologia%20e%20Filosofia>). Acesso em: 14 set. 2023.

CODES, A. FONSECA, S. ARAÚJO, H. Ensino Médio: contexto e reforma. Afinal, do que se trata? **Texto para discussão**, Brasília, p. 1-38, junho, 2021. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10650/1/td\\_2663.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10650/1/td_2663.pdf). Acesso em: 27 set. 2023.

DARIUS, Rebeca Pancotte; DARIUS, Fábio Augusto. A educação pública no Brasil no século XX: considerações à luz da formação dos grupos escolares e do manifesto dos pioneiros da educação nova. **Doxa: Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v. 20, n. 1, p. 32-41, jan./jun., 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/download>. Acesso em: 25 jan. 2024.

FERRETTI, C. J. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 32, n. 93, p. 25-42, 2018. DOI: 10.5935/0103-4014.20180028. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/152508>. Acesso em: 13 jun. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. Barueri - SP: Atlas, 2022.

INSTITUTO PENINSULA. **Atratividade da carreira docente no Brasil**. [S. l.]:[s. n.], 2021. Disponível em: <https://institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2022/01/Pesquisa-atratividade-2021.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

MIND LAB; EDUCADOR 360. **Socioemocional: educação para a vida**. [S. l.]:[s. n.], 2019. Disponível em: [https://www.mindlab.com.br/?utm\\_source=google&utm\\_medium=cpc&utm\\_campaign=site&gclid=CjwKCAiA5L2tBhBTEiwAdSxJX6\\_2MK4GKCHjzmRpdIBzqVW928YNs0\\_Cgf58MqcVbcYTr2CKf7nZxRoCLXAQAvD\\_BwE](https://www.mindlab.com.br/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=site&gclid=CjwKCAiA5L2tBhBTEiwAdSxJX6_2MK4GKCHjzmRpdIBzqVW928YNs0_Cgf58MqcVbcYTr2CKf7nZxRoCLXAQAvD_BwE). Acesso em: 12 dez. 2023.

REVISTA ENSINO SUPERIOR. **Carreira de professor não atrai os jovens**. [S. l.]:[s. n.], 2022. Disponível em: <https://revistaensinosuperior.com.br/2022/01/27/carreira-professor-nao-atrai-jovens/>. Acesso em: 10 set. 2023.



---

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores no brasil: dilemas e perspectivas. **Revista Poíesis Pedagógica**, Catalão, GO, v.9, n.1, p .07-19, jan/jun.2011. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/poiesis/article/view/15667>. Acesso em: 23 out. 2023.

SIMÕES, W. O lugar das Ciências Humanas na “reforma” do ensino médio. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 45-59, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 27 set. 2023.

TV SENADO. **É possível atrair os jovens para a profissão de professor?** [S.l]:[s.n], 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/tv/programas/noticias-1/2023/10/e-possivel-atrair-os-jovens-para-a-profissao-de-professor>. Acesso em: 20 out. 2023.

## CIÊNCIAS DA SAÚDE

---

## ADOLESCÊNCIAS NA ESCOLA: SAÚDE MENTAL “PÓS-PANDEMIA”

Ciências da Saúde

Artigo original

Vandreça Vigarani Durigon<sup>1</sup>; Helena Bitencourt Teixeira<sup>2</sup>; Maria Júlia Galdino Salasário<sup>3</sup>; Rafael Rodrigues Ana<sup>4</sup>

<sup>1-4</sup>Centro Universitário Barriga Verde – Unibave

**Resumo:** No ano de 2020 o mundo vivenciou o início de uma grande crise em saúde, mas que em muito potencializou as condições de desigualdades sociais, que dificultaram a sobrevivência de muitas pessoas, não só pela doença Covid-19, mas também pelas consequências econômicas sofridas durante a pandemia. Estas ainda refletem no cenário mundial, inclusive no Brasil. A pandemia despertou a necessidade de medidas para garantir o bem-estar de toda uma geração. Essa crise em saúde, sem precedentes, levantou muitas preocupações acerca das consequências do isolamento e dificuldades econômicas para a saúde mental de jovens e adolescentes). Nessa Direção, essa pesquisa teve como objetivo geral, analisar as condições de saúde mental de adolescentes do Ensino Médio, em escola pública estadual da região da Associação de Municípios da Região Carbonífera (AMREC), no “pós-pandemia” Covid-19. Foi realizada uma pesquisa exploratória, qualitativa, em uma Escola da Rede Estadual de Educação, num município da região da AMREC. Para coleta de dados, foi aplicado um questionário. Os resultados demonstraram que os jovens vivenciaram episódios de ansiedade, mas a maioria nunca foi diagnosticada com algum tipo de transtorno. Além disso, a busca pelo profissional psicólogo ou psiquiatra, também não é uma realidade para a maioria dos jovens entrevistados.

**Palavras-chave:** adolescência; saúde mental; pandemia.

## ADOLESCENCES AT SCHOOL: “POST-PANDEMIC” MENTAL HEALTH

**Abstract:** In 2020, the world faced the onset of a major health crisis, which significantly exacerbated social inequalities, making survival difficult for many, not only due to the Covid-19 disease but also because of the economic consequences experienced during the pandemic. These challenges continue to resonate globally, including in Brazil. The pandemic underscored the urgent need for measures to ensure the well-being of an entire generation. This unprecedented health crisis raised many concerns about the impact of isolation and economic hardships on the mental health of young people and adolescents. In this context, the objective of this research was to analyze the mental health conditions of high school adolescents in a state public school in the Association of Municipalities of the Carbonífera Region (AMREC) in the post-pandemic period of Covid-19. An exploratory, qualitative study was conducted in a State Education Network school located in a municipality within the

AMREC region. Data collection was carried out through a questionnaire. The results revealed that young people experienced episodes of anxiety, though the majority had never been diagnosed with any disorder. Additionally, seeking help from a professional psychologist or psychiatrist was not a common practice among most of the adolescents interviewed.

**Keywords:** adolescence; mental health; pandemic.

## Introdução

Para o Estatuto da Infância e Adolescência, a adolescência é caracterizada como a etapa da vida entre os 12 e 18 anos de idade (Brasil, 2017). Já para a Organização Mundial de Saúde, é o período entre os 10 e 19, se estendendo até os 24 anos, o período de adultos jovens (ONU, 2015).

No entanto, conceituar a adolescência vai muito além do que apenas definir o período da vida em que acontece. Muitos estudiosos se dedicaram-se e ainda se dedicam para contribuir com essas definições. Erickson em 1976 formalizou o conceito de adolescência, apresentando-a como uma fase especial no processo de desenvolvimento, caracterizada por alguns aspectos como a confusão de papéis, as dificuldades para estabelecer uma identidade própria, sendo um modo de vida entre a infância e a vida adulta (Bock; Furtado; Teixeira., 2018).

Ao trazer essa discussão para o campo da psicologia, tem-se algumas divergências de abordagem, mas há um consenso ao estabelecer que a adolescência é o período que inicia quando começa a puberdade, com ocorrência de mudanças fisiológicas, anatômicas e psicológicas (Bock; Furtado; Teixeira, 2018). Do ponto de vista biológico, inúmeras transformações são vivenciadas pelo adolescente em nível hormonal, conduzindo-o a um processo de maturação sexual, por exemplo. A intensa emotividade e instabilidade de humor nessa fase são atribuídas às alterações hormonais (Papalia *et al.*, 2013).

No entanto, para o desenvolvimento desta pesquisa, o foco para estudo e atendimento dos objetivos propostos, terá como base a psicologia sócio-histórica, que concebe a adolescência como uma construção da modernidade, a partir das necessidades e formas de vida impostas pela sociedade industrial, a crianças e adolescentes (Bock; Furtado; Teixeira, 2018). Para os autores, compreender a adolescência como historicamente construída, significa entender que essa fase não acontece sempre da mesma forma, ou seja, que o período da adolescência não é

---

igual para todos e que os adultos são corresponsáveis pela forma como esta fase se configura em uma sociedade.

Para Ozella (2003, p. 20) “é preciso superar as visões naturalizantes presentes na psicologia e entender a adolescência como um processo de construção sob condições histórico-culturais-sociais específicas”, a partir de necessidade sociais, econômicas e culturais, em que os modelos são transmitidos a partir das relações sociais, meios de comunicação, literatura, dentre outros. Nessa direção, a forma como cada um viverá sua adolescência dependerá das relações que estabelecerem, a partir das instituições escola, família e outros. Mas, não se pode esquecer da imagem e conceito social de adolescência que são transmitidos diariamente pelos meios de comunicação, pelas ciências, pelas pessoas adultas e jovens que se relacionam e têm expectativas em relação a essa fase do desenvolvimento. Logo, busca-se se comportar de forma “adolescente” (Ozella, 2003).

No entanto, no Brasil tem-se algumas condições que determinam uma diversidade de adolescências, que impossibilitam muitos sujeitos de “adolescer” da mesma forma: a desigualdade na distribuição de renda, acesso aos benefícios da cultura e adultização precoce, em que o jovem precisa enfrentar o mundo do trabalho muito cedo. As desigualdades sociais produzem cotidianos diferentes, pois o acesso a bens e direitos e o exercício da cidadania, diferem conforme suas condições de vida (Bock; Furtado; Teixeira, 2018). Por isso, não se pode negar a importância de marcadores sociais como raça, classe e gênero, na constituição de subjetividades, ou seja, nas formas de ser e estar no mundo.

No ano de 2020 o mundo vivenciou o início de uma grande crise em saúde, que em muito potencializou as condições de desigualdades sociais, que dificultaram a sobrevivência de muitas pessoas, não só pela doença Covid-19, mas também pelas consequências econômicas sofridas durante a pandemia.

No Brasil e no mundo, as taxas de mortes e contaminação pela Covid-19, diminuírem, graças à vacinação da população que iniciou em janeiro de 2021. No entanto, as consequências da pandemia ainda refletem no cenário mundial, inclusive no Brasil. Pode-se dizer que a pandemia despertou a necessidade de medidas para garantir o bem-estar de toda uma geração. Essa crise em saúde, sem precedentes, levantou muitas preocupações acerca das consequências do isolamento e

dificuldades econômicas para a saúde mental de jovens e adolescentes (UNICEF, 2023).

Nessa direção, este trabalho abordará, a partir do campo da psicologia, as condições de saúde mental dos adolescentes neste período “pós-pandemia”, considerando o contexto das escolas públicas.

Com a pandemia, as desigualdades no contexto educacional brasileiro ficaram ainda mais evidentes, pois problemas como a falta de recursos digitais, dificuldades de aprendizagem dos alunos e o impacto disso na saúde mental de crianças e jovens, vieram à tona (UFSM, 2021).

Nesse contexto, destaca-se a importância de estudos e intervenções no campo da psicologia, pois na adolescência, sintomas depressivos ou de ansiedade podem surgir, fazendo-se importante a sua detecção e o respectivo tratamento. Entende-se que esse momento de vida pode ser propício ao aparecimento de sintomas e transtornos relacionados à depressão (Grolli; Wagner; Dalbosco, 2017).

Para Bock; Furtado e Teixeira (2018), pais, professores e outros adultos participam ativamente na construção e constituição dos sujeitos adolescentes, a partir das relações que estabelecem, pois, a adolescência é um fenômeno construído no convívio social.

Diante disso, elaborou-se a seguinte problemática de pesquisa: Quais as condições de saúde mental de adolescentes do primeiro ano do Ensino Médio, em escola pública estadual da região da Associação dos Municípios da Região Carbonífera, no “pós-pandemia” Covid-19?

E para responder à problemática, tem-se enquanto objetivo primário, analisar as condições de saúde mental de adolescentes do primeiro ano do Ensino Médio, em escola pública estadual da região da Associação dos Municípios da Região Carbonífera, no “pós-pandemia” Covid-19. A fim de alcançar o objetivo proposto, foram elencados os seguintes objetivos secundários: levantar os dados sociodemográficos dos adolescentes participantes da pesquisa; investigar as condições de estudo e trabalho dos adolescentes; investigar as condições de saúde física e mental dos adolescentes e identificar a rede de apoio (família, amigos e outros) disponível e acessível aos adolescentes.

---

## Adolescências construídas

A adolescência pode ser entendida como a fase de desenvolvimento que ocorre entre a infância e a vida adulta. Esse é um momento de consideráveis mudanças físicas, psicológicas, cognitivas e socioculturais, sendo considerado por alguns autores, como período esperado de crise (Carter; McGoldrick, 2001 *apud* Miliauskas; Faus, 2020).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o período da adolescência está localizado dos 10 aos 19 anos de idade, sendo subdividido em fase inicial (dos 10 aos 14 anos) e final (dos 15 aos 19 anos) (Brasil, 2007). Apesar disso, podemos pensar além das idades, uma variedade de pesquisadores aponta que o conceito de adolescência se transforma com as mudanças da sociedade em que o sujeito está presente, um inter jogo entre a evolução na estrutura do pensamento, dessa forma como o indivíduo visualiza e compreende seu contexto social, modifica o seu contexto de adolescência dentro da sua sociedade.

Assim como a infância, a adolescência é também compreendida hoje como uma categoria histórica, que recebe significações e significados que estão longe de serem especialistas.

O pai da Psicologia da Adolescência, Stanley Hall, considerava que a adolescência era a retirada dramática das crianças do paraíso da infância, constituindo-se, deste modo, num período de crises, tempestades e tormentas. E é desta forma que ainda hoje muitos teóricos têm se detido a falar sobre a adolescência uma fase difícil, geradora de crises, um foco de patologias, um poço de sofrimentos para os jovens e suas famílias. (Frota, 2007, p. 154).

Segundo Ozella (2003, p. 20), "é necessário superar as visões naturalizantes presentes na psicologia e entender a adolescência como um processo de construção sob condições histórico-culturais específicas". Isso significa pensar que a adolescência deve ser vista e compreendida como uma categoria construída socialmente, a partir das necessidades sociais e econômicas dos grupos sociais, que lhe constituem como pessoas, enquanto são constituídas por elas.



---

## **Pandemia Covid-19: condições de vida e saúde mental**

A pandemia pela Covid-19 evidenciou a necessidade de garantir medidas para garantir o bem-estar a toda uma geração (UNICEF, 2023). Destaca-se o contexto da saúde mental da população, especialmente de adolescentes.

Assim que a pandemia foi decretada, o estilo de vida da população mundial mudou drasticamente. A restrição social fez com que as pessoas reduzissem as atividades físicas, mudou hábitos alimentares (Malta *et al.*, 2020). O *home office* passou a fazer parte da vida da maioria das pessoas, muitos perderam o emprego e buscaram no trabalho informal alternativas para sobreviver. Os professores utilizaram-se de recursos digitais, quando possível, para ensinar os seus alunos. As medidas severas de isolamento social contribuíam para amenizar a transmissão da doença, mas em contrapartida, resultaram em prejuízos nas relações interpessoais. A perda de entes queridos, em função da Covid-19, não poderia seguir os rituais previstos por algumas religiões.

Malta *et al.* (2020) ressaltam que “espera-se das ações de Saúde Pública, também, uma capacidade de minimizar os efeitos adversos da restrição social prolongada.”

Enfim, novas dinâmicas de vida foram estabelecidas, e junto disso, vieram as consequências que se estenderam para além do período pandêmico, no cenário econômico, político, cultural e social.

Considera-se a adolescência como um período que envolve mudanças no âmbito biológico, psicológico e social do indivíduo, tão logo, é um período complexo que demanda estudos e aprofundamentos de inúmeras abordagens. O entendimento acerca dessa fase do desenvolvimento humano colabora, inclusive, com a elaboração de políticas públicas direcionadas a esse público, a exemplo do Programa Saúde na Escola, instituído em 2007, e pelas Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde de 2010 (Oliveira, *et al.*, 2020). Os autores destacam ainda:

As intervenções decorrentes desses documentos enfatizam a importância de não se considerar o adolescente e o processo de adolecer como problemas, mas como uma janela de oportunidades de um sujeito em desenvolvimento inserido nos contextos social, cultural e coletivo (Oliveira *et al.*, 2020, p. 2).

É notável como a pandemia afetou todos com relação à educação, tanto os alunos quanto os professores, pois no início da situação pandêmica, tiveram que se adaptar ao formato virtual. O processo de adaptação tecnológica vai além, pois deve considerar também as relações culturais, linguagens, tempos e espaços, necessitando assim, de mudanças comportamentais de alunos e professores (Carneiro *et al.*, 2020).

Para além disso, destaca-se que no caso das mudanças provocadas no adolescente, pela puberdade e a situação de distanciamento social (fechamento das escolas e nenhuma atividade de interação com pares, por exemplo) fizeram com que esses jovens avaliassem negativamente seu *status* no grupo e nos relacionamentos interpessoais (Oliveira *et al.*, 2020).

Por isso, é preciso estar atento às possibilidades individuais de cada adolescente, assim como de cada núcleo familiar. No tocante ao momento da pandemia, destaca-se como foi o acesso ao computador, à internet, se dispunham de local adequado para os estudos e para além desses elementos mais concretos, a questão da motivação e interesse pelos estudos, que podem dificultar o aprendizado ou favorecer o adoecimento mental. Coube aos profissionais da educação dispensarem atenção necessária para readequações dos conteúdos escolares, mas com prioridade também para os elementos que priorizassem a saúde mental, reformulando as formas de aprendizado (Santos, 2020 *apud* Miliauskas; Faus, 2020).

O papel familiar também é muito importante para auxiliar o adolescente se engajar melhor na escola. Percebe-se que a falta de diálogo tem sido cada vez mais constante entre pais e filhos, o que pode afetar o bem-estar e a saúde psíquica dos adolescentes. Nesse contexto, Drummond e Drummond Filho (1998, *apud* Pratta; Santos, 2007) salientam que, além do recurso do diálogo, quando a família busca desde cedo estabelecer relações de respeito, confiança, afeto e civilidade entre seus membros, tende a lidar com essa fase do desenvolvimento de uma maneira mais adequada e com menos dificuldades do que uma outra família na qual tais valores não foram praticados.

Por essas razões, torna-se importante investir em programas de orientação para pais com a finalidade de instrumentalizá-los para poderem lidar de forma mais

---

adequada com seus filhos adolescentes, auxiliando-os a fornecer orientações mais precisas que sirvam de referência para os adolescentes.

### **Adolescência(s) e sua relação com as Instituições: Família e Escola**

O conceito de família atualmente, é considerado um conjunto de pessoas que se ligam por vínculos sanguíneos, pela afinidade ou afetividade, que possuam o propósito comum de praticar entre seus membros a solidariedade nos planos assistencial e da convivência. A família é a base da sociedade, sendo um núcleo fundamental de toda organização social, é um lugar de acolhimento, proteção e de grande aprendizagem. A adolescência se caracteriza como uma etapa na construção de valores sociais e interesse por questões éticas e ideológicas, além de ser o momento final na estruturação da personalidade. A família, portanto, tem um papel fundamental na determinação e organização da personalidade individual por meio de ações e medidas educacionais que podem ser tomadas nesse sentido, a família é considerada o primeiro espaço de socialização dos indivíduos sendo indispensável no processo de desenvolvimento integral (Dessen; Polonia, 2007).

A instituição familiar é responsável pela contribuição afetiva e pela construção de valores éticos sobre os quais os laços de solidariedade começam a ser absorvidos e aprofundados. O valor das relações interpessoais para adolescentes e jovens que, em investigação de âmbito nacional com adolescentes e jovens, identificaram que amigos e família, independentemente de serem monoparentais ou recompostas, possuem maiores índices de confiança, com altos níveis de expectativa dos adolescentes receberem ajuda destas pessoas (Assis; Constantino; Avanci, 2010).

No processo de nosso desenvolvimento as nossas relações pessoais se imprimem na construção das identidades. Adicionamos que, para além disso, tais relações vivenciadas nos diferentes contextos e cotidianos possíveis dão suporte às possibilidades de engajamento nas atividades significativas, bem como às diferentes expressões do ser, impulsionando-nos para a vida. Assim, relacionamentos familiares e interpessoais quando vivenciados de forma violenta, nas diferentes formas de violência, e inclusive aqueles que repercutem no sujeito como desvalor e abandono objetivo e subjetivo/emocional, que podem ser fatores de

---

desencadeamento e até de causa do sofrimento psíquico (Drummond; Drummond Filho, 1998, *apud* Pratta; Santos, 2007).

### **Procedimentos Metodológicos**

Com relação ao objetivo geral do estudo, a pesquisa se classifica como exploratória, a qual se define como investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com a finalidade de desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno e modificar e clarificar conceitos (Marconi; Lakatos, 2021).

Quanto à abordagem, foi uma pesquisa qualitativa, a qual tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental, utilizando o enfoque indutivo na análise de dados e dando maior importância aos significados atribuídos pelas pessoas às coisas e à vida (Almeida, 2014).

A pesquisa foi realizada com adolescentes matriculados no primeiro ano do ensino médio de uma escola de um município da AMREC. A escolha por este público se deu mediante contato prévio com a escola, a qual, os profissionais responsáveis pelo Núcleo de Educação e Prevenção (NEPRE) sugeriram a realização da pesquisa com as turmas do primeiro ano. Para a realização da pesquisa, foi estabelecido, também, contato com a direção da escola para solicitar autorização para proceder a coleta dos dados.

O instrumento de pesquisa foi um questionário, elaborado a partir dos objetivos específicos da pesquisa, o qual foi aplicado com as 12 turmas de primeiro ano do ensino médio da escola do estudo

Os pesquisadores fizeram uma breve contextualização sobre o conceito de saúde mental antes da aplicação dos instrumentos de pesquisa, de forma a esclarecer a temática para os adolescentes participantes. A aplicação dos instrumentos foi acompanhada pelos pesquisadores, de forma que puderam esclarecer qualquer dúvida durante o preenchimento.

O processo de coleta de dados iniciou após a aprovação do Projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa - CEP<sup>1</sup>, do Centro Universitário Barriga Verde – Unibave. As coletas seguiram protocolos éticos indicados pelo Comitê no que diz

---

<sup>1</sup> Processo nº 60939522.1.0000.5598.

---

respeito à autorização das instituições e dos sujeitos participantes da pesquisa e divulgação científica dos dados.

Para análise dos dados, foram organizadas categorias, a partir dos objetivos propostos, e que foram analisadas qualitativamente, a partir da análise de conteúdo, e que serão apresentadas na sequência.

## **Resultados e Discussão**

Participaram da pesquisa, 94 adolescentes. Os participantes tinham entre 14 e 20 anos de idade, sendo 55,3% do sexo feminino, 43,62% do sexo masculino e 1,1% não identificado. Quanto à identidade de gênero, 96,8% identificam-se como sendo cisgênero. Quanto à cor, a maioria (71,3%) se reconhece como de cor branca, 24,5% como sendo de cor parda e apenas 2,1% se reconhecem como sendo de cor preta.

No que se refere à residência, 96,8% informaram que residem em casa ou apartamento com familiares, sendo a maioria dos grupos familiares compostos pelo pai e/ou mãe e/ou irmãos, sendo que 56,4% dos entrevistados informaram que a situação conjugal dos seus pais é “vivem juntos”; 26,6% estão separados, e 17%, categorizaram a situação conjugal dos pais, como “outros”.

Neste cenário, a família enquanto grupo humano, que tem vivenciado inúmeras mudanças na sociedade contemporânea nas últimas décadas, aparece nesse cenário de pesquisa como essencialmente tradicional - família nuclear ou família conjugal – pai, mãe e filhos (Bock; Furtado; Teixeira, 2018).

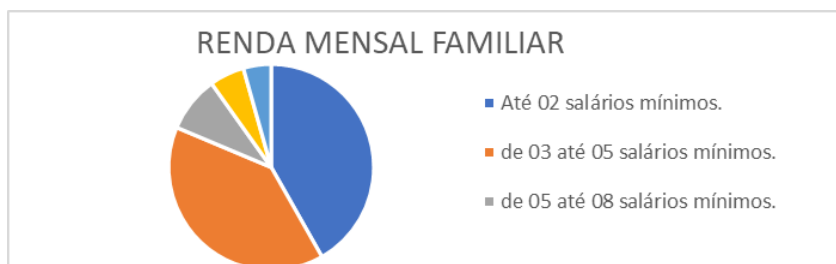
De acordo com Dessen e Polonia (2007) a família como primeiro espaço de socialização se faz indispensável para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Seu papel é fundamental, pois se configura em lugar de acolhimento, proteção e aprendizado, onde são constituídos valores e a visão de mundo dos indivíduos. A família, portanto, tem um papel fundamental na determinação e organização da personalidade individual por meio de ações e medidas educacionais que podem ser tomadas nesse sentido.

Para Bock, Furtado e Teixeira (2018) é impossível responsabilizar unicamente os adolescentes pelos seus comportamentos. Segundo os autores, pais, professores e adultos em geral exercem grande influência e são referência para esses indivíduos

na constituição de suas vidas. A adolescência se constitui no convívio social, por isso, não é um fenômeno individual.

No Gráfico 1, apresenta-se a situação da renda familiar mensal dos entrevistados. É possível visualizar que a maioria das famílias tem renda familiar mensal entre 02 e 05 salários-mínimos.

**Gráfico 1** - Renda mensal familiar dos adolescentes participantes da pesquisa



Fonte: Autores (2023).

### **Condições de estudo e trabalho**

Nesta categoria, apresenta-se a condição dos entrevistados, no que se refere aos aspectos que compõem a vida no campo do trabalho e dos estudos. Nessa direção, 67% dos entrevistados já desenvolvem atividade remunerada, ou seja, já estão inseridos de alguma forma no mundo do trabalho. E destes, 52,4% já têm carteira profissional assinada. Os demais, 17,5% têm vínculo de Estágio; outros 17,5% caracterizaram seu vínculo de trabalho como “outros” e 12,7% informaram estar atuando como autônomos.

Os dados coletados mostram que a maioria dos jovens já se encontra inserido no mundo do trabalho de alguma forma. No período da adolescência considera-se que a atividade mais importante seriam os estudos em relação ao trabalho. No entanto, dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) mostram que o Brasil ainda enfrenta sérias dificuldades para garantir que os jovens concluam a educação básica (Silva; Oliveira, 2016).

Quando questionados se conseguem conciliar a rotina de trabalho com os estudos e com a vida social, 79,3% e 75,3%, respectivamente, informaram que conseguem conciliar e apenas 7,6% e 24,7%, respectivamente, disseram que não conseguem. Apesar de grande parte dos entrevistados dizer que consegue conciliar o trabalho com os estudos e vida social, quando perguntados sobre a organização

da rotina de estudos e se realizam as tarefas com antecedência, o cenário é diferente, pois 51,1% e 56,5%, respectivamente, disseram que são organizados, mas 48,9% e 43,5%, respectivamente informaram que “não” para as duas perguntas, demonstrando um percentual bem expressivo. No entanto, apesar das dificuldades, 79,5% dos entrevistados informaram que entregam as tarefas em dia.

Importante destacar o papel da família, pois 94,6% dos entrevistados responderam que a família desempenha um papel central no incentivo aos estudos. Como apontam Assis, Constantino e Avanci (2010), a instituição familiar é responsável pela contribuição afetiva e pela construção de valores éticos sobre os quais os laços de solidariedade começam a ser absorvidos e aprofundados

### **Condições de saúde**

Um ponto central dessa pesquisa foi investigar as condições de saúde dos adolescentes. O processo de adolecer dos jovens implica um período potencial para o desenvolvimento de problemas em torno da sua saúde mental (Rossi *et al.*, 2019). Ainda segundo os autores, o cenário mundial aponta o suicídio como causa morte dos jovens (entre 15 e 29 anos), ficando apenas atrás dos acidentes automobilísticos.

Na pesquisa realizada, 59,1% dos adolescentes disseram nunca ter sido diagnosticado com algum tipo de transtorno mental, mas um percentual expressivo disse já ter sido, 40,9%. E neste percentual, a maioria citou transtornos de ansiedade. E ainda 65,2% dos entrevistados relataram já ter tido em algum momento, episódio de ansiedade.

Para Rossi *et al.* (2019) a sociedade tem uma percepção da adolescência enquanto uma fase problemática, o que inviabiliza e fragiliza a manutenção de um sistema ou rede de apoio, para escuta e cuidado desses adolescentes, dificultando a busca de novas possibilidades para seguir a vida, potencializando, assim, o sofrimento psíquico.

Com a pandemia, evidenciou-se um crescimento quanto ao adoecimento psíquico da população, especialmente entre jovens e adolescentes. No entanto, conforme apontam os dados dessa pesquisa, 57,6% dos adolescentes nunca foram ao psicólogo e 92,3% nunca foram ao psiquiatra. O que chama atenção, no que se refere à medicação é que 34,8% dizem tomar ou já ter tomado medicação para



problemas de ordem de saúde mental. Nesse contexto, fica-se o questionamento: Quem prescreveu essa medicação?

Ainda acerca da saúde mental, 80% dos jovens entrevistados informaram que já se sentiram sozinhos em algum momento da vida, 78,5% disseram ser incompreendidos, porém 96,7% relataram ter amigos. E ainda, 77,8% disseram ter apoio da família em relação aos sentimentos. Para Rossi *et al.* (2019, p. 05):

O valor das relações interpessoais para adolescentes e jovens pode ser visto no estudo de Pessoa & Libório 27 que, em investigação de âmbito nacional com adolescentes e jovens, identificaram que amigos e família, independentemente de serem monoparentais ou recompostas, possuem maiores índices de confiança, com altos níveis de expectativa dos adolescentes receberem ajuda destas pessoas.

Tão logo, as relações vivenciadas pelos adolescentes em diferentes contextos podem ser um importante suporte ao engajamento nas atividades e rotinas do dia a dia, bem como as necessidades de expressarem o que sentem, o que vivem. (Rossi, *et al.*, 2019). O suporte de amigos, família e escola é fundamental para esses jovens se permitirem ser quem são e expressarem essas questões sem medo. As autoras destacam que relacionamentos familiares e interpessoais são fundamentais para condições de vida saudável.

Com relação à organização do tempo, 81,7% dos participantes disseram ter algum tempo livre. E nesse tempo livre, dizem realizar atividades como: dormir, praticar atividade física; ficar no celular; assistir TV; conversar com amigos e outros.

Já quanto a doenças físicas, 90,4% disseram não ter doença diagnosticada e 63,4% disseram que não têm uma alimentação saudável. Porém, chama a atenção o percentual dos entrevistados (61,5%) que pratica atividade física (academia, esportes diversos), pelo menos duas vezes na semana e 65,6% dizem ter uma boa qualidade de sono.

## **Considerações Finais**

A realização dessa pesquisa demonstrou o quanto ainda é preciso avançar nos estudos e compreensões acerca dos impactos das condições de saúde mental na vida de jovens e adolescentes no atual contexto da sociedade. A pandemia pela Covid-19 deixou consequências ainda desconhecidas na vida de todos, mas

especialmente na vida de crianças e jovens. Os resultados serão sentidos a médio e longo prazo.

Falar de saúde mental ainda é um tabu e parar para pensar acerca da sua condição, mais ainda. Isso pode ser sentido durante a coleta de dados, quando a maioria dos jovens das turmas convidadas a participar da pesquisa não trouxeram seus Termos de Consentimento e Assentimento, assinados. Essa condição pode sugerir a falta de interesse desses alunos e de seus responsáveis, em lidar com a temática.

De qualquer forma, entende-se que o objetivo geral da pesquisa foi alcançado, e que o cenário, em linhas gerais, leva a considerar que ainda falta entendimento do que implica e significa ter saúde mental no cenário atual. A maioria dos jovens participantes sinalizou em algum momento ter tido sintomas de ansiedade, mas um percentual bem significativo disse nunca ter procurado ajuda profissional de psicólogo ou psiquiatra. Sabe-se que a Rede de Atenção Psicossocial do município em que a escola está localizada, oferece atendimento psicológico via Unidades Básicas de Saúde, além do Serviço de psicologia que é oferecido via Universidade, que também está localizada no município. Entretanto, ainda se faz necessário um trabalho de conscientização acerca da importância da ajuda especializada para os cuidados em saúde mental.

## Referências

ALMEIDA, Mário de Souza. **Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese**: uma abordagem simples, prática e objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia; AVANCI, Joviana Quintes (org.). **Impactos da violência na escola**: um diálogo com professores. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/livro/impactos-da-violencia-na-escola-um-dialogo-com-professores>. Acesso em: 07 dez. 2023.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 15. ed. Santo André, SP: Editora Saraiva, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Marco legal**: saúde, um direito de adolescentes. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07\\_0400\\_M.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0400_M.pdf). Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília: Senado Federal, 2017.115 p. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca\\_1ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf). Acesso em: 12 dez. 2023.

CARNEIRO, Leonardo de Andrade *et. al.* Uso de tecnologias no ensino superior público brasileiro em tempos de pandemia COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, p. 01-18, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5485>. Acesso em: 07 dez. 2023.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. da C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21–32, jan. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/dQZLxXCSTNbWg8JNGRCv9pN/?format=html&lang=pt#>. Acesso em: 07 dez. 2023.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jun. 2007. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812007000100013&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812007000100013&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 07 dez. 2023.

GROLLI, Verônica; WAGNER, Marcia Fortes. DALBOSCO, Simone Nenê Portela. Sintomas Depressivos e de Ansiedade em Adolescentes do Ensino Médio. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 9, n. 1 p. 87-103, jan-jun. 2017.

MALTA, Deborah Carvalho *et al.* A pandemia da COVID-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal, 2020. **Epidemiol. Serv. Saude**, Brasília, v.29, n.4, e2020407, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/VkvxmKYhw9djmrNBzHsvrxr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 dez. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MILIAUSKAS, Claudia Reis; FAUS, Daniela Porto. Saúde mental de adolescentes em tempos de Covid-19: desafios e possibilidades de enfrentamento. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, n. 4, p.01-08, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/W578M6SCTxdZQxCCtFJSbrH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 07 dez. 2023.

OLIVEIRA, Wanderlei Abadio de *et al.* A saúde do adolescente em tempos da COVID-19: scoping review. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 8, p.01-14, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/HFr6JFJ7SqTLk8KLBPgTQZP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 07 dez. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Adolescência, juventude e redução da maioridade penal**. Brasília: ONU- BR, 2015. Disponível em:

---

<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-07/Position-paper-Maioridade-penal-1.pdf#:~:text=1%20Diversas%20ag%C3%A2ncias%20do%20sistema,adotadas%20por%20esses%20organismos%20internacionalmente..> Acesso em: 12 dez. 2023.

OZELLA, Sergio. **Adolescências Construídas**: a visão da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2003.

PAPALIA, Diane E. **Desenvolvimento humano**. 12. Porto Alegre ArtMed, 2013.

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS Manoel Antonio dos. Família e Adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 247-256, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/3sGdvzqtVmGB3nMgCQDVBgL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 20 ago. 2023.

ROSSI, L. M. *et al.* Crise e saúde mental na adolescência: a história sob a ótica de quem vive. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 3, p. 01-12, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/BNyxgYRcymPMMDTkLdF5PDN#>. Acesso em: 07 dez. 2023.

SILVA, Enid Rocha A.; OLIVEIRA, Raissa M. Os jovens adolescentes no Brasil: a situação socioeconômica, a violência e o sistema de justiça juvenil. *In*: SILVA, Enid Rocha Andrade; BOTELHO, Rosana Ulhôa. **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília: Ipea. 2016. p. 293 - 329. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/160513\\_livro\\_dimensoes.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/160513_livro_dimensoes.pdf). Acesso em: 07 dez. 2023.

UNICEF. **Saúde mental de adolescentes**: a pandemia reforçou a urgência de medidas para garantir o bem-estar de toda uma geração. [S.l.]: UNICEF, [2023]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/saude-mental-de-adolescentes>. Acesso em: 12 dez. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM. **Impactos da pandemia na educação brasileira de jovens e adultos**. Santa Maria/RS: Íntegra, Agência Experimental, 2021. Disponível em: <https://www.ufsm.br/midias/experimental/integra/2021/01/22/impactos-da-pandemia-na-educacao-brasileira-de-jovens-e-adultos/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

### Dados para contato:

**Autor:** Vandrega Vigarani Durigon

**E-mail:** van.vigarani@unibave.net

---

## PROJETO(S) DE VIDA: “O QUE EU PLANEJO PARA MEU FUTURO?”

Ciências da Saúde

Artigo completo

Vandreça Vigarani Durigon<sup>1</sup>; Fernanda Lembeck Clemente; Gabriela Caetano Moraes; Kaio Mason Rabelo; Maria Laura Ferreira Lessa

<sup>1</sup>Centro Universitário Barriga Verde – Unibave

**Resumo:** Quando se ouve a expressão “projetos de vida”, consequentemente remete-se ao futuro, ao amanhã, ao que as pessoas pretendem e organizam para suas vidas, o que “eu quero”, o que “pretendo ser”. No Brasil, as desigualdades sociais significam diferentes possibilidades de exercício de cidadania, com direitos distintos, inclusive a vivência e constituição da(s) adolescência(s). Logo, isso pode impactar na organização ou no sentido atribuído à relevância dos projetos de vida para estes jovens e adolescentes. Nessa direção, essa pesquisa teve como objetivo geral, compreender os sentidos atribuídos ao(s) projeto(s) de vida por adolescentes e/ou jovens do Terceiro Ano do Ensino Médio, matriculados em Escolas da Rede de Educação Básica, de municípios da Associação de Municípios Região de Laguna-AMUREL. Foi realizada uma pesquisa exploratória, qualitativa, com jovens e/ou adolescentes regularmente matriculados no Terceiro Ano do Ensino Médio, em Escolas da Rede Estadual de Educação, em três municípios da região da AMUREL. Para coleta de dados, foi aplicada uma entrevista semiestruturada. Os resultados apontaram para a falta de entendimento e compreensão dos jovens acerca da importância de se pensar projetos de vida.

**Palavras-chave:** projeto de vida; adolescências; juventude.

## LIFE PROJECT(S): “WHAT DO I PLAN FOR MY FUTURE?”

**Abstract:** "When we hear the expression 'life projects,' it typically refers to the future—what people plan and aspire to achieve in their lives, encompassing their goals and ambitions for 'what I want' and 'who I intend to become.' In Brazil, social inequalities create differing opportunities for exercising citizenship, resulting in unequal access to rights, including during adolescence, which can take on diverse forms. These disparities may influence how adolescents and young people perceive the relevance of life projects and how they organize their futures. This research aimed to understand the meanings that adolescents and young people in their third year of high school, attending schools in the Basic Education Network in municipalities within the Association of Municipalities in the Laguna-AMUREL Region, attribute to their life projects. The study employed an exploratory, qualitative approach, focusing on adolescents and young people regularly enrolled in their third year of high school at State Education Network Schools in three AMUREL region municipalities. Data were collected through semi-structured interviews. The results

indicated a general lack of awareness among young people about the importance of reflecting on and planning life projects."

**Keywords:** life project; adolescences; youth.

## Introdução

Quando se ouve a expressão "projetos de vida", conseqüentemente remete-se ao futuro, ao amanhã, ao que as pessoas pretendem e organizam para suas vidas, o que "eu quero", o que "pretendo ser". "O futuro é o espaço para a construção de um projeto de vida e, ao mesmo tempo, para a definição de si: projetando que coisa se fará no futuro, projeta-se também, paralelamente, quem eu serei" (Leccardi, 2005, p. 36).

Esta temática nunca se fez tão atual, especialmente no que se refere aos jovens e adolescentes. Vivemos em uma sociedade que se preocupa com o futuro dos jovens e deposita sobre eles a expectativa de manutenção da ordem social e política, e conseqüentemente a responsabilidade para o desenvolvimento da sociedade (Leccardi, 2005). No entanto, é preciso superar visões naturalizantes e individualistas que depositam unicamente no sujeito a responsabilidade por ser quem se é.

No caso dos adolescentes, Bock; Furtado e Teixeira (2018) chamam a atenção para o perigo que é responsabilizá-los unicamente pelos seus comportamentos, uma vez que o jovem entra "num filme que já iniciou", ou seja, este jovem insere-se em uma sociedade que já está em funcionamento, que já dispõe de um conjunto de valores, crenças, hábitos, culturas, dentre outros. Assim, as gerações anteriores têm responsabilidades na constituição desses jovens a partir das relações que estabelecem entre si.

Portanto, o que se pretende aqui, é trazer à luz a partir do campo da Psicologia (Social) os elementos que nos dizem acerca do conceito de projeto de vida, e como este se coloca para o contexto da adolescência, esta "fase" tão relevante do desenvolvimento humano.

"Os projetos de vida são como uma bússola que orienta os indivíduos durante seu desenvolvimento integral na busca de um sentido de vida" (Araújo, 2020, p. 8). O sujeito é a luz que guia o barco pelas águas, e o vento, a chuva, a maré, podem tirar o barco do seu curso ou mudar o percurso, mas a luz que está à frente, forte,

---

projeta seu caminho. Dessa maneira, uma pessoa que tem um projeto de vida dispõe de uma força que lhe dá impulso e direção (Malin, 2018 *apud* Araújo, 2020).

O intuito não é negar ou inviabilizar a importância dessas questões, afinal, a busca por um sentido e propósito de vida é uma questão milenar, presente na história (Araújo, 2020), e que está presente nos estudos da Filosofia, um campo de conhecimento que há séculos se debruça acerca das questões fundamentais da vida humana. No entanto, é preciso considerar os elementos que permeiam a constituição de projetos de vida, é preciso compreender os elementos sociais, psicológicos que colaboram na organização de seus projetos a partir da concepção de sujeito, que neste trabalho será norteadada pelos fundamentos da Psicologia Sócio-histórica.

A relevância desta pesquisa está na necessidade de compreender a dinâmica de constituição de projeto(s) de vida dos jovens e adolescentes em fase de conclusão do ensino médio.

Pretende-se problematizar, a partir da Psicologia Sócio-histórica, acerca da concepção que os jovens e adolescentes têm sobre projetos de vida, bem como dos fatores que podem colaborar ou interferir na definição de seus projetos de vida. Além disso, pretende-se problematizar acerca das possibilidades de mudança em relação às definições em seus projetos de vida, uma vez que esses não são estáticos, e que a exemplo da escolha profissional, podem mudar conforme o contexto de vida das pessoas.

Atualmente, observa-se o movimento do próprio Estado no sentido de colaborar, a partir de políticas educacionais inovadoras, com os projetos de vida dos jovens. O Novo Ensino Médio, que passou a vigorar nas Escolas em 2022 propõe uma nova estrutura curricular, com mais flexibilidade, incluindo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de itinerários formativos com foco em áreas do conhecimento e na formação técnica e profissional, a qual inclui aulas com temas direcionados ao Projeto de Vida (Brasil, 2017).

Nesse íterim, elaborou-se a problemática que será a base para o desenvolvimento desta pesquisa, a qual fundamenta-se na necessidade de compreendermos as condições tidas na atualidade para constituição de projetos de vida desses jovens e adolescentes: Quais os sentidos atribuídos ao(s) projeto(s) de vida, por adolescentes e/ou jovens do Terceiro Ano do Ensino Médio, matriculados



em Escolas da Rede de Educação Básica de municípios da Associação de Municípios Região de Laguna-AMUREL? Para responder a essa problemática, elaborou-se enquanto objetivo geral, compreender os sentidos atribuídos ao(s) projeto(s) de vida por adolescentes e/ou jovens do Terceiro Ano do Ensino Médio, matriculados em Escolas da Rede de Educação Básica de municípios da AMUREL.

Para atender ao objetivo proposto, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: caracterizar, a partir de dados socioeconômicos, os adolescentes e/ou jovens participantes da pesquisa; identificar a concepção dos adolescentes e/ou jovens, acerca de projeto de vida; verificar, a partir da percepção dos adolescentes e/ou jovens, o papel da escola, família, trabalho e outros contextos, no(s) seu projeto(s) de vida e investigar a relevância da escolha profissional, nas definições para o(s) projeto(s) de vida dos adolescentes e/ou jovens pesquisados.

### **Adolescência; juventude: conceito, definições, problematizações, a partir da Psicologia Sócio-histórica.**

Segundo a Organização Mundial da Saúde, a adolescência corresponde à segunda década da vida (de 10 a 19 anos), considera-se então, que a juventude se estende dos 15 aos 24 anos. Esses conceitos comportam desdobramentos, identificando-se adolescentes jovens (de 15 a 19 anos) e adultos jovens (de 20 a 24 anos) (Brasil, 2007).

Para Papalia, Olds e Feldman (2006), a adolescência consiste em um período de aproximadamente 10 anos (que se inicia por volta de 11 anos e termina pouco antes ou depois dos 20 anos de idade). Esses conceitos confundem-se porque a adolescência não é uma fase natural do desenvolvimento humano, mas um derivado da estrutura socioeconômica. Em outras palavras, nós não temos adolescência e sim adolescentes (Bock; Furtado; Teixeira, 2018).

O período da adolescência depende da relação do indivíduo com o campo social, em cada cultura a adolescência pode ser vista e se manifestar de formas diferentes a depender do contexto sociocultural. Em nossa cultura especificamente é uma fase típica do desenvolvimento do jovem que começa a ser o responsável por si próprio, e que deve começar a se inserir na sociedade como cidadão ativo. Isso porque uma sociedade evoluída tecnicamente, isto é, industrializada, exige um

---

período para que o jovem adquira os conhecimentos necessários para dela participar (Bock; Furtado; Teixeira, 2018).

A adolescência corresponde ao momento da vida em que todo indivíduo percebe que deve ocupar um lugar, um papel social no mundo, que precisa fazer escolhas que impactam seu futuro de forma significativa. Comumente acredita-se que é na adolescência e juventude que fazemos as maiores e mais importantes escolhas para a vida adulta. É nesse período da vida que o adolescente “se vê obrigado a responder as exigências da sociedade ao nível afetivo, cultural e social, a fim de adentrar na vida adulta” (Pereira; Stengel, 2015, p. 585).

Porém, construir um projeto de vida, aquele construto individual e singular que organiza os objetivos pessoais e profissionais, não é algo simples se considerarmos as intensas desigualdades sociais presentes nesse país. Para desenvolver esse projeto o adolescente necessita de “um processo de tomada de consciência de si mesmo e a possibilidade de fazer um projeto que significa imaginar-se antecipadamente cumprindo um papel social e ocupacional” (Müller, 1988, p. 141).

Em alguns casos, pensar em habilidades, aspirações e futuro profissional pode ser complicado, tendo em vista que milhares de jovens e adolescentes, se quer terminam o ensino médio, evadem da escola para conseguir trabalhar integralmente, possuir alguns lazeres que a família por falta de recursos financeiros não pode ofertar, entre tantos outros motivos.

Segundo o IBGE, um total de 52 milhões de pessoas, de 14 a 29 anos no país, cerca de 18% (9,5 milhões) não completaram o ensino médio, por terem abandonado antes do tempo ou por nunca terem ido à escola. Paralelo a isso, sabe-se da dificuldade dos jovens brasileiros de classe baixa ou média de ingressar em cursos superiores no âmbito público no Brasil, tendo em vista o número escasso de vagas e a grande concorrência, isso impacta diretamente muitos jovens que têm seus planos de vida frustrados quando não conseguem entrar em cursos superiores, pois não conseguem competir com o alto nível técnico de alunos de escolas particulares (IBGEEduca, 2022).

Levando em consideração a análise descrita acima, a pergunta que aflige muito os jovens que estão finalizando o último ano escolar do ensino médio é: *Qual será a minha escolha profissional?* Podemos concordar que é um questionamento

cuja resposta, automaticamente, acaba alterando algumas situações na vida do indivíduo, assim deixando-o ainda mais nervoso sobre a situação.

Uma pesquisa realizada com 200 alunos do ensino médio em uma escola, relatou várias hipóteses que podem influenciar nessa escolha, algumas relatando características pessoais, a maneira de observar o mundo, suas crenças, entre outros. Também indicando o quanto a família faz um trabalho importante nessa decisão, não esquecendo as questões econômicas do indivíduo, que é uma das maiores implicações para os adolescentes escolherem seu futuro (Sobrosa *et al.*, 2015).

Talvez não pensemos nessa possibilidade, mas infelizmente ainda existem muitos jovens com dificuldade de encontrar um emprego por motivos socioeconômicos, lugar onde o indivíduo reside ou até mesmo a família da qual ele vem. Mais uma vez influenciando na escolha do jovem sobre seu futuro. Uma das dificuldades relatadas também neste estudo é a maneira que raramente os jovens são influenciados por alguém externamente, de modo que contribua em sua escolha futura (Sobrosa *et al.*, 2015).

### **Trabalho, Família e Escola e constituição de projetos de vida dos jovens**

O âmbito familiar é um fator importante quando pensamos em escolha profissional, principalmente porque os pais são responsáveis por grande parte da formação dos valores e ideais do indivíduo, são eles que em muitos casos dispõem o capital para custear a formação dos filhos, seja ela acadêmica ou não. Segundo Preto e Andrade (1995; 1997 *apud* Santos, 2005) a adolescência impacta tanto os filhos como os pais, de forma significativa, gera uma transformação no seio familiar, em que ambos, entram em novos estágios. Há uma renegociação de papéis, em que os pais precisam compreender o papel do filho, que agora torna-se dotado do poder de escolha.

A família é o ponto de partida para que o indivíduo construa conceitos sobre si mesmo, suas habilidades e aptidões, ademais as próprias escolhas futuras do sujeito quanto à profissão são influenciadas pelo juízo de valor que os familiares têm acerca de determinada profissão Lucchiari (1997 *apud* Santos, 2005).

Segundo Freitas e Barbosa (2006 *apud* Terruggi; Cardoso; Camargo, 2019), a família possui grande interferência no processo de escolha profissional dos filhos, de

modo que podem auxiliar ou interferir negativamente nessa escolha. Bohoslavsky (2015 *apud* Terruggi; Cardoso; Camargo, 2019) salienta que as figuras parentais são os modelos de comparação e referência para os jovens, é devido a isso que exercem influência na decisão da profissão, através de apoio financeiro, diálogos e ações subjetivas como aprovação/reprovação.

A pesquisa de Santos (2005 *apud* Terruggi; Cardoso; Camargo, 2019) envolveu 16 alunos que participaram de orientações profissionais, mostrou o papel decisivo que a família possui no jovem quanto à elaboração de projetos de vida e profissão, tornando-se “a escolha profissional uma oportunidade de provar lealdade à família e de cumprir com a sua missão não apenas individual, mas familiar” (Santos, 2005, p. 59). Os jovens sentem que precisam honrar os desejos dos pais, e não obstante, muitos deles acabam por escolher profissões para satisfazer as aspirações dos genitores, em detrimento dos próprios desejos.

No entanto, o papel dos pais é reduzido se comparado ao ambiente. O contexto em que vivem e os pares, ou seja, os outros significados da vida do indivíduo são os responsáveis pela construção de valores e por conseguinte, impactam também de forma significativa nas escolhas de vida (Santos, 2005).

Paralelo a isso, cabe ressaltar, que escola tem buscado ter um papel significativo na vida dos indivíduos e por conseguinte, na escolha profissional, papel esse de prepará-los com confiança para adentrarem na vida adulta e o mercado de trabalho, tendo em vista as novas reformulações do ensino médio, que implementaram ao currículo as disciplinas de projeto de vida, educação financeira e outros, demonstrando a preocupação, por parte dos órgãos governamentais, em fazer da escola uma preparação para a vida adulta.

A escola tem buscado ampliar as vivências por meio de diversas atividades realizadas que amparam a escolha dos jovens quanto ao futuro (Cazatti, 2022). De acordo com Silva (2011), o papel da escola não deve ser de apenas aplicar conteúdo, mas propiciar um aprendizado mais efetivo e o desenvolvimento integral do educando. Ainda segundo a autora, os professores devem facilitar o autoconhecimento dos alunos por meio de atividades diversificadas a exemplo de dinâmicas de grupos.

Fanfani [200\_] encontra três disposições típicas dentre os jovens, na busca de significado que a escola assume em suas vidas cujo primeiro é da obrigação, os

---

jovens vêm como imposição a frequência na escola, o segundo é da justificativa, visando os lucros do estudo como ingressar em ensino superior, bom emprego entre outros, e por último; a sede de conhecimento.

Klein (2011) cita um estudo de Sposito sobre o papel da escola na vida dos jovens, o qual diz que atualmente a escolarização básica não garante mais a entrada no mundo de trabalho, a autora ressalta que os jovens reconhecem que a escolarização possibilita que se situem no mundo, aproximando-os de questões contemporâneas relevantes, mas que há limites quanto ao poder da escola frente à inserção no mercado de trabalho.

Logo, a escola propicia melhores condições para que os jovens alcancem o sucesso desejado, porém ela por si só não garantirá esse resultado.

### **Escolha/Orientação Profissional: afinal, quem escolhe?**

É comum a sociedade difundir a ideia de que a escolha profissional é a mais importante na vida de um sujeito, e que se errar nessa escolha, vai fracassar em toda sua vida profissional.

Silva (2011) enfatiza que as teorias vocacionais podem ser classificadas em teorias psicológicas, sociológicas e econômicas. As teorias psicológicas levam em consideração os elementos psíquicos e as características individuais que influenciam as escolhas profissionais do sujeito. As teorias sociológicas consideram a estrutura social do sujeito, analisando, por exemplo, como o *status* dos pais pode oferecer mais ou menos oportunidades à criança. Por fim, as teorias econômicas dizem sobre a questão dos salários e outros fatores econômicos que vão influenciar no fluxo da força de trabalho, ou seja, para onde é necessária essa força de trabalho. Em última instância, essas teorias são descritas e caracterizadas a partir das condições que lhe são possíveis, a partir de um ideal liberal de escolha, ou seja, basta o indivíduo querer, se esforçar, dedicar e se adaptar para alcançar o que almeja.

Bock (2011) traz contribuições relevantes e uma crítica à orientação vocacional tradicional, que considera a centralidade da individualidade, liberdade e igualdade entre os indivíduos para explicar o fenômeno da escolha. O que temos é [...] a aceitação acrítica de que cada pessoa reúne em si características que devem orientar sua escolha e que, se não respeitadas, apontam para um fracasso na vida

---

do indivíduo (Bock, 2011, p. 62). Nessa direção, já existem funções e ocupações prontas no mercado de trabalho e cabe ao indivíduo se adaptar a elas.

Em um processo de orientação profissional tradicional, o jovem passa a acreditar que faz suas escolhas sozinho, que nada interfere nas suas decisões. Dessa maneira, a família, o grupo de amigos e os meios de comunicação de massa não são vistos como possíveis determinantes nesse processo; os jovens não conseguem visualizar a força que os elementos externos, contextuais e relacionais têm na sua decisão de seguir esta ou aquela profissão e a escola tende a reforçar essa condição (Bock, 2011).

Numa perspectiva crítica a essa concepção, questiona-se a quem serve essa orientação profissional, se não, a reforçar um modelo que destaca desigualdades e precariza as relações do sujeito com o mundo do trabalho. Afinal, não há igualdade de oportunidades, não há liberdade de escolha e nem individualidade como preconizado pelo liberalismo (Bock, 2011). Logo, as “escolhas” são enviesadas por elementos e condições que colocam a vontade do sujeito em último plano. Tem-se estruturas macro que vão direcioná-lo a uma escolha possível, a partir das suas condições socioeconômicas, relacionais, territoriais e outras.

Não se nega a possibilidade de intervenção desse indivíduo sobre a sua trajetória de vida. E nessa direção, a orientação profissional deve ser um processo que favoreça a conscientização do indivíduo quanto às suas possibilidades de escolhas e que tenha, de fato, condição de modificar sua situação se assim o desejar, mas sempre considerando que o sujeito é um ser multideterminado por condições biológicas, sociais, culturais e econômicas, que vão ter peso sobre qualquer processo de escolha (Bock, 2011).

### **Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa classifica-se como de natureza pura/básica, e enquanto objetivos, classifica-se como exploratória. A pesquisa exploratória define-se como investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com a finalidade de desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisados com um ambiente, fato ou fenômeno e modificar e clarificar conceitos (Marconi; Lakatos, 2021).

Enquanto abordagem, foi uma pesquisa qualitativa, a qual, dispõe do ambiente natural como fonte direta para coleta de dados de forma que o pesquisador é o instrumento fundamental (Almeida, 2014). Para González Rey (2005), a pesquisa qualitativa em Psicologia define-se pelo estudo da subjetividade, para elucidação dos seus complexos processos e não tem como objetivo a medição, controle ou a descrição. Logo, não corresponde a uma definição instrumental, é epistemológica e teórica, apoiando-se em processos de construção de conhecimento, voltados para o estudo de um objeto diferente da pesquisa quantitativa tradicional.

Os sujeitos de pesquisa, foram jovens e/ou adolescentes matriculados no Terceiro Ano do Ensino Médio, em três Escolas de Educação Básica. Uma Escola está localizada no município de Rio Fortuna; outra Escola, está localizada no município de Braço do Norte; e por último, uma Escola que está localizada no município de Armazém. Os municípios compõem a Associação Municípios Região de Laguna.

Nesta pesquisa, foi utilizado o termo Jovens e Adolescentes, considerando que:

[...] o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, aprovada no Brasil como referência nacional para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes define a adolescência como uma etapa da vida entre os 12 e 18 anos. E, em 2013, foi aprovado o Estatuto da Juventude, Lei n. 12.852/13 que se refere à faixa etária de 15 a 29 anos [...]. (Bock, *et al.*, 2018, p. 330).

Para a coleta de dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada, elaborada a partir dos objetivos da pesquisa, a qual foi conduzida com 08 alunos do Terceiro Ano do Ensino Médio.

Para a realização da pesquisa, foi estabelecido contato com a Direção das respectivas Escolas, por meio da Carta de Apresentação dos acadêmicos pesquisadores, de forma a solicitar autorização para proceder a coleta dos dados, as quais deram o aceite para realização da pesquisa, ao assinarem a Declaração de Ciência e Concordância das instituições envolvidas.



A coleta de dados foi iniciada após a aprovação do Projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa - CEP<sup>2</sup>, do Centro Universitário Barriga Verde – Unibave. As coletas seguiram protocolos éticos indicados pelo Comitê. Os sujeitos participantes da pesquisa manifestaram o aceite pela assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e/ou pelo Termo de Assentimento, no caso de alunos menores de idade. As entrevistas foram agendadas conforme disponibilidade dos jovens e/ou adolescentes.

As entrevistas foram gravadas, para posterior transcrição e análise dos dados coletados. Estes, foram analisados a partir de categorias as quais foram elaboradas a partir da metodologia proposta por González Rey. Nesta, o pesquisador definiu os indicadores, os quais são elementos que adquirem significado a partir da sua interpretação (González Rey, 2005). A partir daí, foram construídas as categorias de análise que organizarão o item de Resultados e Discussões.

## Resultados e Discussão

### ***Apresentando os participantes da pesquisa***

Os participantes da pesquisa, foram 08 jovens que estavam no Terceiro Ano do Ensino Médio, de escolas da região da AMUREL. No quadro 1 encontra-se uma breve caracterização dos entrevistados.

**Quadro 1 – Caracterização dos entrevistados**

|           | Idade   | Sexo      | Gênero | Grupo familiar                           | Exerce atividade remunerada |
|-----------|---------|-----------|--------|------------------------------------------|-----------------------------|
| <b>E1</b> | 17 anos | Feminino  | Hétero | Mãe, duas irmãs, irmão e dois sobrinhos. | Sim                         |
| <b>E2</b> | 17 anos | Feminino  | Hétero | Pai, mãe, duas três irmãs.               | Sim                         |
| <b>E3</b> | 17 anos | Feminino  | Hétero | Mãe, avó, um irmão e uma irmã            | Sim                         |
| <b>E4</b> | 18 anos | Feminino  | Hétero | Pai, mãe e um irmão                      | Sim                         |
| <b>E5</b> | 18 anos | Masculino | Hétero | Pai e mãe                                | Não                         |
| <b>E6</b> | 18 anos | Feminino  | Hétero | Mãe, padrasto, um irmão e duas irmãs.    | Sim                         |
| <b>E7</b> | 18 anos | Feminino  | Hétero | Pai, mãe e irmão                         | Sim                         |
| <b>E8</b> | 17 anos | Feminino  | Hétero | Pai e madrasta                           | Sim                         |

Fonte: Autoras (2023).

<sup>2</sup> O Projeto foi aprovado pelo Parecer nº CAAE: 70602023.1.0000.5598.

Os jovens entrevistados têm entre 17 e 18 anos de idade, a maioria do sexo feminino, havendo apenas 01 masculino. E quanto à orientação sexual, todos se consideram heterossexuais.

Quanto ao grupo familiar, os jovens, na sua maioria, informaram residir com pai, mãe e irmãos. Apenas um participante não exerce atividade remunerada, os demais atuam como: vendedor(a), empresa dos pais, confecção, creche, setor financeiro, limpeza e reposição de mercadorias.

### ***Projeto de Vida: caminhos possíveis***

Quando questionados acerca da expressão “projeto de vida”, os jovens entrevistados relataram que o projeto de vida é “como um guia para o futuro”, que os ajudará a seguir em frente após a conclusão do ensino médio. De acordo com E1: “visão e consciência dos atos momentâneos que influenciam a nossa vida futura”, logo o projeto de vida é uma ação imprescindível a se tomar para obter uma melhor qualidade de vida.

Durante as entrevistas, apareceram elementos que indicam que existe uma consciência de que precisam pensar de forma responsável no futuro, mas não aparecem planos e objetivos extremamente concretos em suas respostas, pois estão ainda no plano das expectativas e não de uma realidade concreta.

Em suas respostas, aparece o desejo de passar no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, cursar faculdade, fazer cursos técnicos e demais desejos, porém como foi citado, ainda não aparentam ter muitos planos práticos ou detalhados para o futuro, de todos os entrevistados apenas dois comentaram de forma mais prática sobre seu futuro.

O primeiro diz que os pais custearão as despesas da faculdade, o segundo relatou a esperança de que o irmão, depois de formado médico, ajude a custear sua formação no curso superior. Os outros não citam como entrarão na faculdade, ou como irão custear os seus sonhos, a exemplo de uma das entrevistadas que diz querer cursar medicina, porém não comenta como pretende entrar no curso, se irá prestar Enem, ou cursinhos preparatórios, ou mesmo como bancará suas despesas.

Em paralelo, um dos entrevistados ressaltou a importância da nova disciplina implementada na grade curricular do Novo Ensino Médio intitulada “Projeto de vida”.

Segundo ele, essa disciplina tem se mostrado importantíssima para a orientação profissional, visto que tem ajudado os jovens a entenderem a importância de uma organização e um plano prático para que se obtenha o sucesso que almejam. Essa disciplina, segundo E3, “tem mostrado que o sucesso depende do esforço e do empenho, mas também da organização e priorização das metas e objetivos traçados pelos jovens”. As mudanças estabelecidas pelo Novo Ensino Médio em 2017, tinham como objetivo garantir uma educação de qualidade aos jovens brasileiros, considerando as novas demandas do mundo do trabalho, e dentre as adequações dos currículos está a inclusão da disciplina de Projeto de Vida (MEC, 2017).

Os entrevistados sinalizaram de que forma acontece a influência da família, nesse momento de suas vidas. Ressaltaram seu papel de apoio e carinho, apesar de algumas discussões e dificuldades, “no final é muito amor e tudo dá certo” (E4). No entanto, é importante ressaltar que alguns jovens relataram haver bastante discussão, até pressões por parte dos pais para que estes ingressem logo em uma faculdade, ou escolham determinado curso. A entrevistada E7 diz: “vivo uma relação de amor e ódio com a minha mãe, ela coloca a culpa nos signos e diz que isso dificulta muito a relação, mas apesar disso, diz, somos muito amigas, eu conto tudo pra ela”. Outro entrevistado diz que sua família “é minha inspiração, eles são muito importantes e me influenciam totalmente na escolha dos cursos que eu pretendo fazer, mas eu sei que eles irão me apoiar naquilo que eu escolher” (E5).

Bock e Aguiar (2011) enfatizam que a influência da família na escolha profissional, em uma perspectiva mais liberal, acontece a partir das expectativas que deposita sobre o jovem. Nessa direção, na medida em que as escolhas do jovem não correspondem a essas expectativas, surgirão problemas significativos, inclusive sobre a sexualização das profissões (profissões para homens e profissões para as mulheres).

Diante disso, pode-se dizer que apesar das discordâncias, a família possui sim um papel muito importante para os jovens. Papel esse de influência, mas que deveria ser também de amor e apoio, contribuindo de alguma forma na escolha profissional dos jovens entrevistados, embora seja clara, durante as entrevistas, a determinação destes em seguir seus próprios caminhos sem deixarem ser totalmente guiados pelos desejos de sua família.

Quanto à escola, percebeu-se que o envolvimento nas atividades escolares visa apenas as notas de participação, “participo nas aulas daquilo que me convém, atividades importantes, que vão me trazer resultados em relação a notas” (E6). Os jovens não demonstram nenhum entusiasmo com a escola, uma das entrevistadas inclusive ressalta que “a escola é falha em preparar os alunos para a vida adulta e a entrada no mercado de trabalho”, relata ainda “que mesmo no fim do ensino médio, sinto que não estou pronta, que não aprendi o suficiente” (E2).

Os entrevistados relatam que suas relações com professores e diretoria são satisfatórias, alguns relatam ter problemas com alguns professores, mas em um panorama geral afirmam ter uma relação saudável.

Quanto às atividades, alguns relatam participar na medida do possível, uma das entrevistadas afirma que “por conta do horário de trabalho não consigo participar integralmente das atividades propostas pela escola” (E1).

A escola tem buscado ampliar as vivências por meio de diversas atividades realizadas, as quais amparam a escolha dos jovens quanto ao futuro (Cazatti, 2022). De acordo com Silva (2011), o papel da escola não deve ser apenas aplicar conteúdo, mas propiciar um aprendizado mais efetivo e o desenvolvimento integral do educando. Ainda segundo a autora, os professores devem facilitar o autoconhecimento dos alunos por meio de atividades diversificadas a exemplo de dinâmicas de grupos.

Com relação à atividade remunerada, os que trabalham estão exercendo atividades “simples”, que não exigem por exemplo, uma formação superior. Esses jovens parecem estar satisfeitos com seus atuais empregos, não aparentam estar inconformados ou lutando por promoções e melhorias, apenas uma participante afirma que apesar de gostar da atual função “pretendo no futuro trabalhar no escritório da empresa e não na função que exerce atualmente” (E5).

Apesar de afirmarem estar satisfeitos, é notória a falta de empolgação com os empregos, com exceção de uma participante que relatou estar muito feliz “trabalhando com algo que eu gosto, que é roupa, moda” (E2). Os demais não evidenciaram insatisfação com sua situação.

---

## **Escolha profissional**

No que tange à escolha profissional, apesar de alguns dos entrevistados ainda não saberem com certeza que caminho irão tomar, todos afirmam que continuarão os estudos, cursando faculdades ou cursos técnicos. Alguns relatam já estarem decididos quanto à escolha do curso: Direito, Psicologia, Administração. Outros relatam ainda não ter certeza.

Cabe ressaltar que vários dos entrevistados foram vagos em suas respostas e ao falarem da escolha do curso não a diziam com animação, empolgação, não houve falas que justificassem a escolha, exceto uma participante que afirmou querer fazer pedagogia pois amava crianças.

É notável que muitos jovens são influenciados pela mídia e a visão estereotipada das profissões, muitos decidem seu futuro sem realmente se questionarem acerca do que realmente faz aquele profissional, ou questionarem a si próprios.

Fica evidente a renegociação de papéis supracitada por Preto e Andrade (1995; 1997 *apud* Santos, 2005) em que os jovens sentem que são autônomos, devem escolher por si seu futuro, podendo criar atritos com os pais, que terão que se adaptar a ver os filhos como seres autônomos. Ademais, apesar de possíveis atritos e desafios, a família permanece como a figura de apoio, carinho e amor para esses adolescentes.

Dessa forma os jovens escolhem, sem estarem conscientes que suas escolhas são multideterminadas por diversas questões, as quais ele ao menos se dá conta. Em alguns dos seus textos Ana Bock afirma que “é preciso superar visões naturalizantes e individualistas que depositam unicamente no sujeito a responsabilidade por ser quem se é”. A autora está criticando a responsabilidade que se coloca sobre os jovens, de escolher e bancar suas decisões até o fim, sem lhes dizer que podem mudar de ideia, que os planos para o futuro não são estáticos, de pressioná-los para obterem o sucesso, sem considerar suas condições de vida, suas oportunidades, suas subjetividades. A autora atenta para o fato que a sociedade historicamente produziu a adolescência como se apresenta na atualidade, a adolescência como já citado é resultado de elementos sociais e culturais.

Ressalta-se que é preciso olhar com mais atenção para cada jovem em sua escolha profissional, pensando nos desafios e barreiras que este encontrará no

---

caminho, olhando para a sua vida individual, afinal o Brasil é um país desigual que produz adolescências e juventudes desiguais, dessa forma escolhas e oportunidades desiguais. Preparar os jovens para que estejam prontos a escolher conscientes de todos os elementos presente em sua escolha é fundamental.

### **Considerações Finais**

Na presente pesquisa, a partir dos dados, percebeu-se a dificuldade que os jovens têm de pensar a longo prazo, de pensar em seus projetos de vida. Logo, apesar de o jovem construir um projeto de vida, muitas vezes ele o faz sem pensar em todas as questões envolvidas nessa escolha profissional, ele não faz uma reflexão interiorizada para descobrir seus próprios desejos.

Ademais, podemos ter um vislumbre das diferentes constituições de adolescências resultado de questões sociais, econômicas e culturais e a própria desigualdade muito presente em nosso país. Todos os jovens, com exceção de um deles, já exercem algum tipo de atividade remunerada, o que demonstra a valorização do trabalho em detrimento da formação, uma vez que nem todos pensam em seguir estudando.

Além disso, foi possível perceber que os adolescentes não veem sua escolha influenciada pelos mais diversos elementos externos e internos, ou seja, na sua percepção, estão sozinhos nas suas escolhas de vida, embora a família influencie, ela não é maior que a força do ambiente, que interfere na escolha do jovem.

Nesse ponto, destaca-se a orientação profissional como importante ferramenta que permite a conscientização do indivíduo quanto as suas possibilidades de escolha, sem esquecer o poder de intervenção do indivíduo na sua trajetória.

A família mostrou ser um ponto importante na escolha profissional dos jovens, porém não ao ponto de fazê-los tomar decisões em áreas que não se identificam, apenas para satisfazer às vontades e anseios dos pais. Nossos entrevistados revelam, por meio de suas respostas, que não são guiados pela opinião dos pais, apesar de estes influenciarem muito sua opinião, pois a família é “inspiração”, é a referência, e muitas vezes, o apoio financeiro tão necessário para o jovem que está ingressando em uma faculdade.

O papel da escola dever ser muito além de apenas aplicar conteúdo, precisa propiciar um aprendizado mais efetivo e o desenvolvimento integral do educando. No entanto, nossos entrevistados relatam que a escola não cumpre todas essas funções, mesmo após as novas modificações nas grades curriculares que vão em direção a preparar o aluno para ingressar na vida adulta, no mercado de trabalho. Nossos entrevistados relatam se sentir despreparados.

A partir dessa pesquisa, fica evidente a necessidade de ampliar os estudos acerca das condições e possibilidades de escolhas profissionais que os jovens e adolescentes da nossa região, dispõem. Para além disso, investigar e problematizar o papel da família e da escola quanto ao suporte e orientação para esse momento de escolha.

E ainda, faz-se necessário futuros estudos para compreender qual o sentido atribuído pelos jovens quanto à continuidade dos estudos, visto que a partir dos jovens entrevistados, essa não é uma questão central. Qual a valorização do Ensino Superior na contemporaneidade? Como os jovens veem a importância da qualificação profissional para obterem melhores condições de vida? Como os jovens visualizam seu futuro? Enfim, são questões iniciais, e que podem ser ampliadas, na medida em que podem colaborar para pensar a situação do jovem no nosso país.

## Referências

ALMEIDA, Mário de Souza. **Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese**: uma abordagem simples, prática e objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ARAÚJO, Ulisses. **Projetos de vida**: fundamentos psicológicos, éticos e práticas educacionais. 1 ed. São Paulo: Summus, 2020.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 15. ed. Santo André, SP: Editora Saraiva, 2018.

BOCK, Ana Mercês Bahia; AGUIAR, Wanda Maria Junqueira. Por uma prática promotora de saúde em Orientação Vocacional. *In*: BOCK, Ana Mercês Bahia, *et al.* **A escolha profissional em questão**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 09-22.

BOCK, Silvio Duarte. Concepções de indivíduo e sociedade e as teorias em Orientação Profissional. *In*: BOCK, Ana Mercês Bahia, *et al.* **A escolha profissional em questão**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 61-70.



BRASIL. Ministério da Educação. **Novo Ensino Médio**: perguntas e respostas. Brasília/DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#barra-brasil>. Acesso em 06 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Marco legal**: saúde, um direito de adolescentes. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

CAZATTI, V. L. A importância da Orientação Vocacional no Ensino Médio: o papel da escola e da família na escolha dos alunos. **Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo Entre As Ciências**, v.11, n.2, p.136-148. 2022. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/view/10932>. Acesso em: 07 dez. 2023.

FANFANI, Emilio Tenti, **Culturas jovens e cultura escolar**, [S.l.]: [s.n.], [200-]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/EmilioTentiF.pdf>. Acesso em 07 dez. 2023.

GONZÁLEZ REY, Fernando L. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia**: caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

IBGEEDUCA. **Conheça o Brasil – População - Educação**. [S.l.]: IBGE, 2022. Disponível em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>. Acesso em: 24 nov. 2023.

KLEIN, Ana Maria. **Projetos de Vida e Escola**: a percepção de estudantes do Ensino Médio sobre a contribuição das experiências escolares aos seus projetos de vida. 2016. 292 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: [https://repositorio.minedu.gob.pe/bitstream/handle/20.500.12799/1675/2011\\_Klein\\_Projetos%20de%20vida%20e%20escola\\_%20a%20percep%3a7%3a3o%20de%20estudantes%20do%20ensino%20m%3a9dio%20sobre%20a%20contribui%3a7%3a3o%20das%20experi%3aancias%20escolares.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.minedu.gob.pe/bitstream/handle/20.500.12799/1675/2011_Klein_Projetos%20de%20vida%20e%20escola_%20a%20percep%3a7%3a3o%20de%20estudantes%20do%20ensino%20m%3a9dio%20sobre%20a%20contribui%3a7%3a3o%20das%20experi%3aancias%20escolares.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 25 ago. 2023.

LECCARDI, C. Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 35-57, 2005. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2318-92822019000200002](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822019000200002). Acesso em: 02 maio 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MÜLLER, Marina. **Orientação vocacional**: contribuições clínicas e educacionais. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

PAPALIA, Diane E; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento Humano**. 8 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. Disponível em:

[https://scholar.google.com/scholar\\_lookup?title=+Desenvolvimento+Humano&author=Papalia+D.&author=Olds+S.&author=Bueno+D.&publication\\_year=2000](https://scholar.google.com/scholar_lookup?title=+Desenvolvimento+Humano&author=Papalia+D.&author=Olds+S.&author=Bueno+D.&publication_year=2000). Acesso em: 15 ago. 2023.

PEREIRA, Heloisa C.; STENGEL, Márcia. Projetos de vida na Pós-Modernidade: possibilidades e limites aos jovens. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 21, n.3, p. 582-598, 2015. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-11682015000300011](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682015000300011). Acesso em: 15 ago. 2023.

SANTOS, Larissa. O papel da família e dos pares na escolha profissional. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 1, p. 57-66, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/qBqcryfLqbvsnf7y6HkXNrv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SILVA, Laura Belluzzi de Campos. Contribuições para uma teoria psicossocial da escolha da profissão. In: BOCK, Ana Mercês Bahia, *et al.* **A escolha profissional em questão**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 23-43.

SOBROSA, Gênesis Marimar Rodrigues *et al.* Influências percebidas na escolha profissional de jovens provenientes de classes socioeconômicas desfavorecidas. **Psicol. rev.**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 314-333, ago. 2015. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-11682015000200007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682015000200007&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 26 ago. 2023.

TERRUGGI, Tatiana Petroni; CARDOSO, Hugo Ferrari; CAMARGO, Mário Lázaro. **Escolha Profissional na Adolescência: a família como variável influenciadora, Pensando Famílias**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p.162-176, dez. 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v23n2/v23n2a13.pdf>. Acesso em 07 dez. 2023.

#### Dados para contato:

**Autor:** Vandrega Vigarani Durigon

**E-mail:** van.vigarani@gmail.com

---

## ESTRATÉGIAS PARA AUMENTO DA ADESÃO AO EXAME CITOPATOLÓGICO DO COLO DO ÚTERO NAS ESTRATÉGIAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA E NA REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE UM MUNICÍPIO DO SUL DE SANTA CATARINA

Ciências da Saúde

Artigo Original

**Thalia Schulz<sup>1</sup>; Ana Paula Bazo<sup>1</sup>; Greice Lessa<sup>1</sup>; Mislene Beza Gordo Sarzana<sup>1</sup>; Lucas Corrêa Preis<sup>1</sup>; Leonardo de Paula Martins**

<sup>1</sup> Centro Universitário Barriga Verde - Unibave

**Resumo:** O câncer do colo do útero ainda é um grave problema de saúde no mundo, é um tipo de neoplasia de evolução lenta e, portanto, com grandes oportunidades de prevenção e cura, chegando a 100% de recuperação se descoberto precocemente. Seu controle depende de medidas preventivas, como o rastreamento por exame citopatológico. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo geral analisar as estratégias utilizadas pelas Estratégias de Saúde da Família (ESFs) e pela Rede Feminina de Combate ao Câncer de um município do sul de Santa Catarina para aumentar a adesão ao exame citopatológico do colo do útero. Para atingir esse objetivo, foi realizada uma pesquisa de levantamento, de caráter exploratório-descritivo e com abordagem qualitativa. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada com as enfermeiras responsáveis por cada ESF e pela Rede Feminina do município pesquisado. Os dados foram organizados em categorias de análise, com aspectos relacionados às ações de sensibilização, funções da equipe no processo de sensibilização, acolhimento no momento do exame e avaliação das ações. As estratégias de sensibilização incluem a busca ativa conduzida pelas agentes comunitárias de saúde, a extensão do horário de atendimento nas Unidades de saúde, a realização de sessões de sensibilização nas próprias unidades, palestras, além de distribuição de material educativo em mercados, escolas, empresas. Observa-se que os profissionais de enfermagem desempenham uma função bastante relevante, ao fornecerem informações detalhadas durante as consultas e exames, promovendo a conscientização acerca da prevenção e benefícios do rastreamento.

**Palavras-chave:** prevenção do câncer de colo do útero; exame citopatológico do colo do útero; saúde da mulher.

---

## STRATEGIES TO INCREASE ADHERENCE TO CERVICAL CYTOPATHOLOGICAL EXAMINATION IN FAMILY HEALTH UNITS AND IN FEMALE NETWORK AGAINST CANCER IN A CITY IN THE SOUTH OF SANTA CATARINA

**Abstract:** Cervical cancer is still a serious health problem in Brazil, it is a neoplasia that slow development and, therefore, has great opportunities for prevention and cure, reaching 100% recovery if discovered early. Its control depends on preventive measures, such as screening by cytopathological examination. In this context, the present study had the objective of reporting the strategies used by the Family Health Units (FHU) and the Female Network against Cancer in a city in the south of Santa Catarina to increase adherence to cervical cytopathological examination. To reach this objective, it was carried out exploratory, descriptive and survey research with a qualitative approach. Data collection was carried out through semi-structured interviews with the nurses responsible for each FHU and the Female Network Against Cancer in the researched municipality. The data was organized into analysis categories: actions to increase adherence, roles of the healthcare team, reception at the time of the exam and evaluation of the actions. Awareness-raising strategies include active search conducted by community health agents, extending opening hours at health units, holding awareness-raising sessions in the units themselves, lectures, in addition to distributing educational material in markets, schools, companies. It is observed that nursing professionals play a very important role by providing detailed information during consultations and exams, promoting awareness about prevention and the benefits of screening.

**Keywords:** cervical cancer prevention; cytopathological examination of the cervix; women's health.

### Introdução

O câncer do colo do útero (CCU) é um dos mais frequentes tumores na população feminina, causado pela infecção por alguns tipos do papilomavírus humano (HPV). Devido ao grande número de casos, o rastreamento eficaz e o tratamento precoce são ferramentas essenciais para o controle e diminuição da doença. No Brasil, ocorreram, em 2020, 6.627 óbitos por este tipo de câncer e a taxa de mortalidade bruta por câncer do colo do útero foi de 6,12 mortes a cada 100 mil mulheres. Ainda, de acordo com os dados do Instituto Nacional do Câncer, para o triênio 2023 – 2025 são estimados 17.010 casos novos, o que representa um risco considerado de 15,38 casos a cada 100 mil mulheres (INCA, 2022).

Vale ressaltar que o processo de desenvolvimento do câncer cervical, na maioria dos casos, tem um amplo período de lesões precursoras assintomáticas, sendo curado em quase a sua totalidade de casos, quando adequadamente

tratadas, isso reforça a importância do diagnóstico precoce, por meio da realização do exame citopatológico de colo útero (Monteiro *et al.*, 2021).

A atenção primária à saúde (APS) é considerada o eixo estrutural do Sistema Único de Saúde (SUS) e se enquadra como o primeiro nível de atendimento nas redes de atenção à saúde (RAS), que tem como função realizar ações de promoção e proteção à saúde e prevenção de doenças, diagnósticos, tratamento, reabilitação e manter a saúde coletiva e individual (INCA, 2016). No caso do câncer de colo uterino, a APS tem como objetivo promover ações preventivas, por meio de ações educativas, vacinação e detecção precoce do câncer e de suas lesões precursoras por meio do rastreamento (Machado; Ferreira; Sousa, 2023).

Nesta perspectiva, a Unidade Básica de Saúde (UBS) e as Estratégias de Saúde da Família (ESFs) são a primeira porta de entrada do usuário na rede, por meio de acolhimento e contato estabelecidos com os serviços prestados por suas equipes (Azevedo *et al.*, 2021).

Com relação às ações de prevenção do câncer do colo do útero, no Estado de Santa Catarina, além das ESFs, tem-se os serviços prestados pelas Redes Femininas de Combate ao Câncer (RFCC), associações sem fins lucrativos que têm como missão atuar na prevenção do câncer e na promoção da saúde (RFNCC, 2023).

No contexto das equipes tanto das ESFs, como das RFCC, os enfermeiros detêm funções importantes, que fazem parte de suas atribuições, tais como planejamento, gerenciamento e execução de ações de promoção, prevenção, cura e reabilitação, no âmbito da saúde individual e coletiva (Machado; Ferreira; Sousa, 2023).

Com base nas informações anteriormente dispostas, a pergunta norteadora que guiou a presente pesquisa foi: Quais as estratégias utilizadas pelas ESFs e pela Rede Feminina de Combate ao Câncer de um município do sul de Santa Catarina para aumentar a adesão ao exame citopatológico do colo do útero?

Para responder a esta pergunta delineou-se o seguinte objetivo geral: Analisar as estratégias utilizadas pelas ESFs e pela RFCC de um município do sul de Santa Catarina para aumentar a adesão ao exame citopatológico do colo do útero. Os objetivos específicos foram: Evidenciar as ações utilizadas em cada ESF e na Rede Feminina de Combate ao Câncer; apontar as funções dos integrantes da

equipe da ESF e da RFCC nas ações; identificar como é feito o acolhimento das mulheres que vão fazer o exame; verificar se existe algum tipo de avaliação das ações realizadas.

### **Aspectos gerais do câncer do colo de útero**

O câncer do colo do útero, também chamado de câncer cervical, representa uma das neoplasias mais prevalentes no Brasil, ocupando a terceira posição na lista de cânceres mais comuns entre as mulheres. Quando esse dado é analisado por região, verifica-se que no Norte e Nordeste ocupa o segundo lugar, no Centro Oeste está na terceira posição, no Sul na quarta e Sudeste, quinta posição (INCA, 2022).

O principal e determinante fator causal para o desenvolvimento do câncer cervical é a infecção pelos HPVs de alto risco. Os HPVs são vírus classificados em alto e baixo risco oncogênico com base em suas características, sendo 15 HPVs de alto risco atualmente identificados (HPV-16 responsável por 60% dos casos de CCU; HPV-18 por 10% e outros tipos, individualmente, por aproximadamente 5% dos casos). A infecção por HPV requer a entrada do vírus em células epiteliais basais imaturas, uma vez que o colo uterino possui várias áreas de epitélio metaplásico escamoso imaturo, torna-se vulnerável à infecção por HPV (Ellenson; Pirog, 2023).

O HPV é transmitido por contato direto, na maioria das vezes por atividade sexual, mas a contaminação pode ser também pela passagem do feto pelo canal de parto, por material contaminado e exposição a roupas contaminadas. Uma vez que a transmissão pode se dar por contato com os lábios, o escroto, a mucosa anal e outras superfícies contaminadas, o uso de preservativo nem sempre evita o contágio (Andrade; Paulino Júnior; Pedrosa, 2021).

Embora o HPV seja reconhecido como a principal causa do CCU, existem outros fatores relacionados ao hospedeiro, os quais contribuem para o desenvolvimento da doença, dentre eles: constituição genética, resposta imune, comportamento sexual (iniciação sexual precoce; diversidade de parceiros; parceiro único do sexo masculino, porém este com várias parceiras do sexo feminino), idade (infecções por HPV em mulheres com idade inferior a 30 anos regredem mais facilmente) e tabagismo (Santos, 2019).

As lesões cervicais precursoras do CCU eram classificadas em displasia leve e displasia/carcinoma grave *in situ*. Surgiu então, a classificação de neoplasia

intraepitelial cervical (NIC), com displasia leve denominada NIC I, displasia moderada denominada NIC II e displasia grave denominada NIC III. Recentemente, a classificação de três níveis foi alterada para um sistema de dois níveis, sendo NIC I renomeado lesão intraepitelial escamosa de baixo grau (LSIL, *low-grade squamous intraepithelial lesion*) enquanto NIC II e NIC III foram agrupados em uma categoria denominada lesão intraepitelial escamosa de alto grau (HSIL, *high-grade squamous intraepithelial lesion*) (Ellenson; Pirog, 2023).

Dentre os tipos de câncer cervical, o carcinoma de células escamosas é o mais comum, responsável por aproximadamente 80% dos casos, seguido pelo adenocarcinoma, carcinomas adenoescamosos e carcinomas neuroendócrinos, todos causados pela infecção por HPV de alto risco. Mais da metade dos CCU invasivos é detectada em mulheres que não fazem os exames preventivos (Andrade; Paulino Júnior; Pedrosa, 2021; Ellenson; Pirog, 2023). Com relação aos sintomas, os mais incidentes surgem apenas nos estágios avançados da doença, como a hemorragia vaginal, que é o resultado de um processo inflamatório causado a longo prazo, que pode ou não estar associado à infecção secundária do tumor (Mascarenhas *et al.*, 2020).

Quanto ao tratamento, os carcinomas de células escamosas superficiais podem ser tratados apenas pela excisão do cone cervical, já os mais invasivos levam à histerectomia com dissecação de linfonodos e, em lesões mais avançadas é necessário o uso da radioterapia e quimioterapia. Com esses tratamentos, a taxa de sobrevida em 5 anos é de 100% no caso de carcinomas de células escamosas superficialmente invasivos e menos de 20% para tumores que se estendem para além da pelve. A maioria das pacientes com CCU avançado vai a óbito em decorrência da invasão local do tumor (p. ex., obstrução ureteral, pielonefrite e uremia) (Ellenson; Pirog, 2023).

### **Prevenção, triagem e rastreamento**

O controle do câncer cervical está relacionado à atenção integral à saúde da mulher, sendo uma das principais ações, o rastreamento, em que as lesões precursoras são identificadas na fase inicial, antes da progressão para doença invasiva em mulheres assintomáticas. Esse rastreamento é realizado por meio do exame citopatológico do colo do útero, que é reconhecido mundialmente sendo



eficiente e seguro, reduzindo a morbimortalidade associada à doença (Ferreira *et al.*, 2022).

O exame citopatológico do colo do útero foi desenvolvido pelo médico George N. Papanicolaou. Em 1928 ele publicou dados de sua pesquisa em que descreveu aspectos citológicos de esfregaços cervicovaginais utilizados para diagnóstico de lesões precursoras do carcinoma cervical., esse exame foi denominado teste de Papanicolaou. As mulheres que apresentam alterações no exame Papanicolaou, devem realizar a colposcopia e biópsia das lesões, sendo que o padrão-ouro para a definição da conduta e do tratamento é o diagnóstico histológico da biópsia. Além disso, testes moleculares vêm sendo empregados em alguns locais para a detecção dos tipos de HPV de alto e de baixo risco, apresentando relevante contribuição para o rastreamento do CCU (Andrade; Paulino Júnior; Pedrosa, 2021).

As diretrizes brasileiras para rastreamento do CCU estabelecem que o exame citopatológico deve ser iniciado aos 25 anos para as mulheres que já tiveram ou têm atividade sexual, e devem seguir até os 64 anos. Os dois primeiros exames devem ser realizados uma vez por ano e quando os resultados de ambos forem negativos, os próximos testes devem ser realizados a cada três anos. Para mulheres com mais de 64 anos e que nunca se submeteram ao exame citopatológico, recomenda-se realizar dois exames com intervalo de um a três anos e se esses dois testes derem negativo, essas mulheres não precisam fazer mais exames (INCA, 2018).

A razão da realização do exame ser estabelecida para mulheres de 25 até 64 anos é porque nessa faixa etária é maior a ocorrência de lesões invasivas, que podem ser tratadas e não evoluírem para o câncer, possibilitando minimizar a ocorrência dessa doença e diminuir a mortalidade (Ferreira *et al.*, 2022).

O exame deve ser realizado, preferencialmente, em uma unidade de saúde e coletado por um profissional que precisa explicar, detalhadamente, como será o procedimento. A mulher é preparada para o exame, em seguida, é realizada a verificação dos órgãos genitais, após essa etapa, é introduzido na vagina da paciente um espécule. A partir dessa etapa, o profissional com uma espátula e uma escovinha raspa, de maneira circunferencial, a zona de transformação do colo uterino e as células são preparadas em um esfregaço ou espalhadas em uma lâmina. Após fixação e coloração da lâmina pelo método de Papanicolaou, essas

são examinadas microscopicamente, seja a olho nu ou em sistemas automatizados de análise de imagens (Ellenson; Pirog, 2023; Martins, 2022).

Quanto ao profissional responsável pela coleta do material, a Resolução do COFEN 381/2011, determina que:

Art. 1º No âmbito da equipe de Enfermagem, a coleta de material para colpocitologia oncótica pelo método de Papanicolaou é privativa do Enfermeiro, observadas as disposições legais da profissão.  
Parágrafo único: O Enfermeiro deverá estar dotado dos conhecimentos, competências e habilidades que garantam rigor técnico-científico ao procedimento, atentando para a capacitação contínua necessária à sua realização (COFEN, 2011).

Além do exame citopatológico, outra forma relevante de prevenir o CCU é a vacinação profilática, que é segura e eficaz na prevenção da infecção pelo HPV e suas complicações (Carvalho *et al.*, 2021). No Brasil, essa vacina faz parte do Programa Nacional de Imunização (PNI), desde 2014 e protege contra as principais complicações causadas pelos tipos 6,11,16 e 18 do HPV (Moura; Codeço; Luz, 2021).

A vacina, distribuída, gratuitamente pelo SUS é indicada para: meninas e meninos de 9 a 14 anos, vítimas de abuso sexual de 9 a 45 anos (homens e mulheres) que não tenham tomado a vacina ou estejam com esquema incompleto; mulheres e homens que vivem com HIV, transplantados de órgãos sólidos, de medula óssea ou pacientes oncológicos na faixa etária de 9 a 45 anos (Brasil, 2023a).

### **A prevenção do câncer de colo de útero e a Estratégia Saúde da Família**

No contexto das ações de rastreamento e prevenção do CCU, destaca-se o papel da Atenção Primária à Saúde. No entanto, as altas taxas de morbimortalidade pelo câncer cervical ainda observadas na atualidade, podem estar associadas a falhas nos sistemas de saúde, tais como dificuldades de acesso ao rastreamento e cobertura insuficiente (Diniz *et al.*, 2013).

Importante acrescentar, que existem problemas relacionados aos valores culturais das mulheres, discriminação institucional por questões étnicas, sexuais e de gênero. Diante disso, a APS tem uma função que vai além da captação de

mulheres e realização de exames citopatológicos, precisam mobilizar a comunidade, desenvolver educação em saúde e aconselhamentos para garantir a prevenção do CCU (Diniz *et al.*, 2013).

No contexto da APS é relevante citarmos o Programa Previne Brasil, criado pela Portaria nº 2.979, datada de 12 de novembro de 2019, o qual tem a função de promover o fortalecimento das ações neste nível de atenção à saúde. Esse Programa propõe um modelo de financiamento que se baseia na avaliação de indicadores a cada quadrimestre, sendo um desses indicadores a abrangência dos exames citopatológicos do colo do útero (Brasil, 2019).

Para que as equipes de saúde consigam registrar e mensurar os indicadores avaliados no Programa Previne Brasil, existe o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB) instituído pela Portaria GM/MS nº 1.412, de 10 de julho de 2013 (Brasil, 2013), que passa a ser o sistema de informação da Atenção Básica vigente para fins de financiamento e de adesão aos programas e estratégias da Política Nacional de Atenção Básica. O SISAB integra a estratégia do Departamento de Saúde da Família denominada e-SUS Atenção Primária, que propõe o incremento da gestão da informação, a automação dos processos, a melhoria das condições de infraestrutura e a melhoria dos processos de trabalho (Brasil, 2023b).

Como um dos componentes da APS, tem-se a Estratégia Saúde da Família, implantada juntamente com o Pacto pela saúde, por meio da Portaria Nº 399, de 22 de fevereiro de 2006.

O Pacto pela Vida está constituído por um conjunto de compromissos sanitários, expressos em objetivos de processos e resultados e derivados da análise da situação de saúde do País e das prioridades definidas pelos governos federal, estaduais e municipais [...]. As prioridades do PACTO PELA VIDA e seus objetivos para 2006 são: [...]

#### ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE

Consolidar e qualificar a estratégia da Saúde da Família como modelo de atenção básica à saúde e como centro ordenador das redes de atenção à saúde do SUS (Brasil, 2006).

Dentro do referido Pacto pela vida também se pontua a prioridade de contribuir para a redução da mortalidade por câncer de colo do útero e de mama (Brasil, 2006).

Um dos objetivos das ESFs é deixar de lado o modelo assistencial centrado na doença e ter como foco ações de prevenção, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde voltadas a famílias cadastradas em determinado território, por meio de vínculos estabelecidos. Dentre essas ações, citam-se estratégias de prevenção, rastreamento e controle do câncer cervical (Nogueira, 2010).

O papel desempenhado pela atenção primária reflete nas ações de prevenção posteriormente adotadas pela população, por meio de medidas simples e eficazes. É evidente a necessidade do trabalho das equipes de saúde na Estratégia de Saúde da Família para executar medidas de prevenção e rastreamento do CCU, sendo um espaço que abrange todos os estágios necessários do cuidado, visando a qualidade de vida da comunidade (Mascarenhas *et al.*, 2020).

No entanto, ainda de acordo com o estudo de Mascarenhas *et al.* (2020), dentre as mulheres que frequentam uma ESF, mais da metade não realiza o exame citopatológico na periodicidade correta, relatando falta de conhecimento a respeito das recomendações para o rastreamento do CCU. Os autores discutem a necessidade de realizar ações de educação em saúde efetivas, que gerem impactos positivos na saúde da população feminina.

Sousa (2010) ressalta que as equipes de saúde devem utilizar meios de comunicação eficazes e ter um grande cuidado com a linguagem utilizada, com o intuito de sensibilizar mulheres para realização do exame, tornando-as multiplicadoras de informações para outras mulheres, com isso aumentar a adesão ao exame e reduzir o CCU.

Dentre os profissionais que atuam na ESF, o profissional de enfermagem exerce um papel de suma importância no âmbito social, especialmente no que se refere ao processo saúde/doença da população. Sua atuação visa reestruturar o modelo assistencial, envolvendo mudanças, de acordo com as necessidades sociais, articulando com os recursos disponíveis para enfrentar e resolver os problemas de saúde de uma coletividade (Lopes *et al.*, 2020).

---

## **A prevenção do câncer de colo de útero e a Rede Feminina de Combate ao Câncer**

A Rede Feminina Nacional de Combate ao Câncer é uma Associação, também denominada pela sigla RFNCC que abrange, atualmente, 22 estados e o Distrito Federal, com Sedes instaladas em mais de 400 municípios (RFNCC, 2023).

Em Santa Catarina, a Rede Feminina Estadual de Combate ao Câncer (RFECC) foi fundada em 6 de maio de 1961, em Florianópolis. Inicialmente, as voluntárias atendiam as mulheres acometidas de câncer nos hospitais. Após 12 anos de existência na capital, foi criada a primeira Rede no interior do estado, na cidade de Blumenau. Com a demanda apresentada, outras Redes foram sendo criadas. No município do estudo, a RFCC foi fundada em 1998 (RFCCO, 2021).

A RFCC do estudo tem como Missão: “Proporcionar atendimento humanizado nos serviços ofertados, contribuindo para a prevenção do câncer e a melhoria da qualidade de vida aos pacientes” e como visão: “Ser entidade de referência do município na prevenção do câncer, em especial, de mama e colo de útero” (RFCCO, 2021, p.7).

Um dos principais serviços de prevenção oferecidos pela Rede em questão, é a coleta de material para o exame preventivo do câncer de colo de útero. Os exames são realizados por uma enfermeira, que encaminha o material para a Unidade de Saúde local, que por sua vez, envia o material coletado a laboratórios da região conveniados com o Ministério da Saúde (RFCCO, 2021).

### **Procedimentos Metodológicos**

Trata-se de estudo exploratório descritivo, com abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos, a pesquisa classifica-se como de levantamento. Os locais da pesquisa foram as unidades de saúde e a Rede Feminina de Combate ao Câncer de um município localizado no sul de Santa Catarina, com uma população de 23.661 habitantes (IBGE, 2023).

O município conta com nove Estratégias Saúde da Família, Núcleo de Apoio Saúde da Família, Centro de Atenção Psicossocial, Centro de fisioterapia, Centro de especialidades e um Hospital como referência municipal com 35 leitos, para serviço de urgência, emergência e internação. Possui também, a Rede Feminina de Combate ao Câncer.

A população da pesquisa foi composta por todas as enfermeiras que trabalhavam nas nove ESFs e na Rede Feminina. Foi utilizado como critério de inclusão, a enfermeira ter, pelo menos, um ano atuando na ESF ou Rede Feminina. Dessa forma, a amostra final foi formada por sete enfermeiras, uma vez que duas profissionais atuavam na Unidade há menos de 1 ano e uma enfermeira de uma das ESFs não aceitou participar do estudo.

A coleta dos dados foi realizada por meio de uma entrevista semiestruturada, elaborada pelas autoras, com perguntas relacionadas aos objetivos específicos do estudo: descrever as ações utilizadas em cada ESF; apontar as funções dos integrantes da equipe da ESF nas ações; descrever as formas de acolhimento no momento do exame e verificar se existe algum tipo de avaliação das ações realizadas. A entrevista foi aplicada na própria ESF e Rede Feminina, em local privativo, gravada em áudio digital e transcrita na íntegra, durante a segunda quinzena do mês de outubro e início do mês de novembro de 2023.

Após a transcrição, os dados foram analisados dentro da abordagem qualitativa, por meio da análise de conteúdo, tendo-se como referência os objetivos específicos da pesquisa. Para Bardin (2011), o conteúdo designa: um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Os aspectos éticos foram respeitados conforme consta na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012). O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Barriga Verde – Unibave (CAAE: 74044523.0.0000.5598; Parecer: 6.299.983).

Os participantes do estudo foram devidamente informados sobre os objetivos da pesquisa e forneceram seu consentimento mediante a assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, antes da condução das entrevistas. A confidencialidade e anonimato dos participantes foram rigorosamente mantidos, garantindo que seus nomes e dados pessoais não fossem revelados. Para preservar a privacidade dos envolvidos, optou-se por utilizar designações genéricas, tais como "enfermeira da unidade 1", "unidade 2" e assim sucessivamente.

## Resultados e Discussão

Os dados e informações coletadas foram descritos e analisados, a partir dos objetivos específicos da pesquisa.

### *Perfil dos participantes*

As características de cada profissional estão detalhadas na tabela 1, destaca-se que a maioria era do sexo feminino, com média de idade de aproximadamente 41 anos, tempo médio de atuação profissional de 13,8 anos e média de tempo de trabalho na Unidade pesquisada de 9,5 anos.

**Tabela 1** – Perfil dos enfermeiros de 6 ESFs e da Rede Feminina de Combate ao Câncer de um município do Sul de Santa Catarina

| <b>Características</b>                  | <b>N.</b> | <b>%</b> |
|-----------------------------------------|-----------|----------|
| <b>Sexo</b>                             |           |          |
| Feminino                                | 6         | 85,7     |
| Masculino                               | 1         | 14,3     |
| <b>Idade</b>                            |           |          |
| 35-40 anos                              | 3         | 42,8     |
| 41-50 anos                              | 4         | 57,2     |
| <b>Tempo de atuação como enfermeiro</b> |           |          |
| 11-15 anos                              | 5         | 71,4     |
| 16 – 20 anos                            | 2         | 28,6     |
| <b>Tempo de atuação na Unidade</b>      |           |          |
| 2 – 5 anos                              | 2         | 28,6     |
| 6 – 12 anos                             | 4         | 57,1     |
| 13 – 16 anos                            | 1         | 14,3     |

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Em um estudo realizado no estado de Tocantins sobre o perfil dos enfermeiros da Estratégia Saúde da Família, também foi observada a predominância do sexo feminino (85%), sendo 50% deles com idade entre 31 e 50 anos (Figueredo; Gonzales; Signor, 2022).

Dados semelhantes também foram visualizados na pesquisa de Pontes e colaboradores (2022), realizada em Recife. A faixa etária predominante dos enfermeiros pesquisados atuantes em uma ESF era de 30 anos ou mais e 95,4% era do sexo feminino. Quanto ao tempo de atuação como enfermeiros, 31% deles tinham 3 anos ou mais de experiência.



### ***Ações de sensibilização do rastreamento do câncer de colo de útero***

Com relação às respostas acerca das ações realizadas em cada ESF, todos os participantes referiram que realizavam busca ativa, por meio das agentes comunitárias de saúde. Outra ação é estender o horário no mês de outubro com atendimentos noturnos e por demanda espontânea. Na unidade 2 destaca-se a prática de decorar o ambiente como estratégia adicional para reforçar a divulgação e atrair o público feminino.

A unidade 2 refere que realiza ações em alusão ao Outubro Rosa, como estratégia para promover maior adesão. Durante este mês são realizadas palestras para a comunidade, a fim de informar as mulheres. Essa mesma unidade mencionou também, que são realizadas sessões de sensibilização na própria unidade, proporcionando assim, a retirada de dúvidas das clientes, para isso contam com a colaboração de uma psicóloga.

A Rede Feminina destaca que as voluntárias estão sempre engajadas na sensibilização, que envolve a realização de palestras, distribuição de panfletos nas escolas, empresas, supermercados e atividades de conscientização em diversos locais, com objetivo de atrair a atenção do público feminino para a promoção de saúde e prevenção contra o câncer.

Devido à importância do exame citopatológico do colo do útero, é essencial aumentar cada vez mais a adesão ao exame. Exemplos dessas ações, relatadas na literatura, são: realização de um café da manhã com palestra para as usuárias de uma ESF, abordando a importância do Papanicolaou (Lopes *et al.*, 2021); contato telefônico, carta-convite, atividades educativas, divulgação na mídia, agentes de saúde da comunidade, parcerias, rastreamento de base populacional (Maciel *et al.*, 2021; Soares; Silva, 2016).

No estudo de Silva (2018) a equipe de uma ESF de um município de Minas Gerais elaborou um plano de intervenção com ações educativas, para isso foi realizada uma capacitação com todos os profissionais de saúde, a fim de melhorar a abordagem das pacientes para aumentar a adesão das mulheres ao exame Papanicolaou tornando-o exame de rotina anual.

---

### ***Funções da equipe no processo de sensibilização***

Os enfermeiros e médicos das ESFs explicam detalhadamente a respeito do câncer do colo do útero, métodos de prevenção e benefícios do rastreamento durante a consulta e os exames ginecológicos regulares. Já os técnicos de enfermagem colaboram na realização do exame, quando enfermeiro do sexo masculino e em outros procedimentos relacionados ao rastreamento, também participam das campanhas de sensibilização fornecendo informações e esclarecendo dúvidas.

Os psicólogos oferecem suporte emocional durante o processo de rastreamento, a fim de reduzir as ansiedades e medos associados à realização do exame, também realizam palestras para abordar aspectos psicológicos relacionados ao câncer do colo do útero. Os agentes comunitários de saúde realizam visitas domiciliares, fazendo busca ativa, identificando assim, mulheres que ainda não participaram do rastreamento, fornecendo informações sobre a importância dos exames. A unidade 2 refere que o psicólogo da unidade realiza as divulgações por meio das mídias sociais.

A Rede Feminina relata que as palestras desempenham um papel significativo para sensibilização, em que todas as voluntárias estão envolvidas. Além disso, elas oferecem apoio emocional, fazem encaminhamento e orientações, participam de eventos de conscientização, arrecadação de recursos para a unidade, distribuição de materiais informativos e formação de redes de apoio.

Gomes (2011) descreve o papel das Agentes Comunitárias de Saúde para prevenção do CCU. Uma das ações dessas profissionais é a realização da busca ativa, visando identificar as mulheres que faltam ou que nunca realizaram o Papanicolaou. Deus (2011) em seu trabalho, conclui que o enfermeiro de uma Unidade Básica de Saúde tem papel importante nas ações de prevenção do CCU, uma vez que atua diretamente com as mulheres, é o profissional que realiza o preparo, coleta do material para o exame e acompanha as mulheres no território vinculado à ESF.

A relevância dos profissionais de enfermagem na prevenção precoce do CCU também é relatada por Santos; Almeida e Jesus (2022). Esses profissionais atuam na educação em saúde, por meio de ações educativas, palestras, tirando dúvidas e transmitindo todas as informações, fazendo com que as mulheres se conscientizem

---

com relação à importância do exame ginecológico e da detecção precoce de lesões que podem levar ao câncer cervical.

### ***Acolhimento e procedimentos no momento do exame***

O procedimento para realização do exame inicia-se pelo acolhimento, seguido da anamnese, para compreender as queixas da paciente. Os dados necessários para a coleta do exame são relatados no momento do exame, para que a paciente não se sinta desconfortável, após o exame são repassadas as informações de como está o colo do útero, se apresentava alguma lesão, e caso haja necessidade, é encaminhada para um médico ginecologista.

A unidade 5 refere que o acolhimento de enfermagem é muito bem planejado, para que possa atender todas as particularidades da paciente. A Rede Feminina aponta que a paciente passa pela recepção, é encaminhada para sala de triagem, em que são coletados os dados pessoais, após isso são direcionadas para enfermeira, que realiza a anamnese e a consulta de enfermagem, orientando, detalhadamente, como será realizado o exame e relata como se encontra o colo do útero e caso haja necessidade, faz encaminhamento ao médico especialista.

Nesse contexto, é de grande importância o acolhimento, com explicações de todas as etapas do exame. Isso fortalece um atendimento humanizado, mais qualificado e específico para cada paciente (Araújo; Carneiro, Sousa, 2023).

### ***Avaliação das ações***

Com o intuito de aprimorar o desempenho, a unidade 2 faz uso de tabelas no *Google Drive®* e do programa e-SUS. Isso permite que os profissionais monitorem individualmente, cada mulher que fez o exame, facilitando a posterior busca ativa realizada pela agente comunitária.

A Unidade 6 menciona que dispõe de gráficos para avaliar o percentual de mulheres que fazem o exame de forma regular. A Rede Feminina refere que possuem dados no sistema, que mostram as mulheres que realizam o exame anualmente, assim realizando a busca ativa caso seja necessário.

Os resultados do estudo de Silva e colaboradores (2022) mostram que o rastreamento para o câncer do colo do útero, da forma como vem sendo realizado no Brasil, não tem assegurado o controle da doença de forma efetiva. Verificaram

alguns problemas, dentre eles: queda na cobertura do exame e dificuldade no seguimento das mulheres que apresentam resultados alterados do exame citopatológico ou com diagnóstico confirmado de câncer do colo do útero. Sendo assim, os autores indicam que é preciso melhorar as estratégias de detecção precoce da doença e estabelecer mecanismos de avaliação e monitoramento constante das ações.

### **Considerações Finais**

Os dados apresentados revelam alguns padrões sobre o perfil dos enfermeiros que atuam nas Estratégias Saúde da Família e na Rede Feminina. A predominância do sexo feminino destaca a contribuição significativa das enfermeiras nesse contexto. A faixa etária predominante foi de 41-50 anos, estes dados fornecem resultados relevantes para entender a composição da força de trabalho na enfermagem.

A análise das práticas de sensibilização para o rastreamento do câncer do colo do útero nas ESFs e na Rede Feminina revela que são realizadas diferentes abordagens, demonstrando um compromisso significativo com a promoção da saúde feminina. As buscas ativas são as ações predominantes nos locais da pesquisa.

Os profissionais enfermeiros desempenham papel crucial ao fornecer informações detalhadas durante as consultas e exames, promovendo a conscientização sobre a prevenção e os benefícios do rastreamento. Os técnicos de enfermagem, por sua vez, auxiliam nos exames e participam ativamente de campanhas de sensibilização. Os psicólogos oferecem suporte emocional, a fim de reduzir ansiedades e receios no momento do exame. As agentes comunitárias exercem função muito importante na busca ativa, identificando e trazendo mulheres para a realização do exame, além de oferecer informações.

Na Rede Feminina destaca-se a dedicação notável das voluntárias, que desempenham diversas funções, desde campanhas de conscientização, apoio emocional e distribuição de materiais educativos. Essa colaboração eficaz da Rede tem o potencial de impactar significativamente para conscientização e participação das mulheres nos programas de prevenção.

A abordagem no momento do exame é um aspecto crucial na promoção de cuidados de saúde, pois mostra a preocupação em tornar a experiência da mulher

mais agradável possível, desde o acolhimento inicial até a conclusão do exame. A anamnese com intuito de compreender as queixas específicas da paciente demonstra uma abordagem que atende as necessidades individuais. O repasse detalhado dos dados necessários para a coleta do exame é uma prática importante para garantir que as pacientes estejam plenamente informadas e confortáveis durante o procedimento.

O uso de ferramentas tecnológicas, tais como tabelas no *Google Drive*® e programa e-SUS podem auxiliar no monitoramento das ações de prevenção do câncer do colo do útero, permitindo uma avaliação detalhada e individualizada do histórico de cada mulher, observando assim, quem necessita de busca ativa por parte das agentes comunitárias.

É evidente que o estudo apresenta algumas limitações por ter sido conduzido apenas com sete enfermeiras e dentro de um período curto. Portanto, seria pertinente realizar pesquisas adicionais em contextos diversos, especialmente em unidades de saúde com abordagens mais abrangentes no rastreamento do câncer do colo do útero. Isso permitiria a maior compreensão dos resultados, considerando as variações nas práticas realizadas pelas ESFs e Redes Femininas em diferentes realidades.

## Referências

ANDRADE, L. A. L. de A; PAULINO JÚNIOR, E.; PEDROSA, M. S. Sistema genital feminino. In: BRASILEIRO FILHO, G. **Bogliolo Patologia**. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. p. 609-658.

ARAÚJO, L.B. S. de.; CARNEIRO, I.S. de A.; SOUSA, S. da S. **Assistência de enfermagem na prevenção ao câncer do colo de útero na atenção primária de saúde: revisão narrativa da literatura**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem) - Faculdade Ages, Senhor do Bonfim, BA, 2023. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/33042/1/TCC%20FINALIZADO%20%281%29%20%281%29%20%281%29.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2023.

AZEVEDO, M.V.C. O papel do enfermeiro no rastreamento do câncer de colo uterino na atenção primária à saúde **Brazilian Journal Of Health Review**, [s.l.], v. 4, n. 4, p. 17490-17505, 16 ago. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.34119/bjhrv4n4-241>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Assuntos de saúde de A a Z – H- HPV**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, [2023a]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/h/hpv>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.412, de 10 de julho de 2013**. Institui o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB). Brasília-DF: Ministério da Saúde, [2013]. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt1412\\_10\\_07\\_2013.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt1412_10_07_2013.html). Acesso em: 11 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.979/2019**. Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/previne-brasil>. Acesso em: 07 de dez. 2023.

BRASIL. **Portaria Nº 399, de 22 de fevereiro de 2006**. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0399\\_22\\_02\\_2006.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0399_22_02_2006.html). Acesso em: 11 jul. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília – DF: CONEP, 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB). **Sobre o SISAB**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, [2023b]. Disponível em: <https://sisab.saude.gov.br/index.xhtml>. Acesso em: 11 dez. 2023.

CARVALHO, N. S. de *et al.* Protocolo brasileiro para infecções sexualmente transmissíveis 2020: infecção pelo papilomavírus humano (HPV). **Epidemiol. Serv. Saude**, Brasília, v.30, n.esp.1, e2020790, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/ress/2021.v30nspe1/e2020790/#>. Acesso em: 10 out. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN. **Resolução Nº 381/2011**. Normatiza a execução, pelo Enfermeiro, da coleta de material para colpocitologia oncótica pelo método de Papanicolaou. Brasília/DF: COFEN, 2011. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-n-3812011/>. Acesso em: 02 nov. 2023.

DEUS, Carla Aparecida de. **O papel do enfermeiro na prevenção do câncer do colo do útero em unidade básica de saúde com equipe de saúde da família**. Monografia (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família) - Universidade Federal de Minas Gerais, Uberaba, 2011. Disponível em: [https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/registro/O\\_papel\\_do\\_enfermeiro\\_na\\_prevencao\\_do\\_cancer\\_do\\_colo\\_do\\_uterio\\_em\\_unidade\\_basica\\_de\\_saude\\_com\\_equipe\\_de\\_saude\\_da\\_familia/459](https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/registro/O_papel_do_enfermeiro_na_prevencao_do_cancer_do_colo_do_uterio_em_unidade_basica_de_saude_com_equipe_de_saude_da_familia/459). Acesso em: 12 out. 2023.

DINIZ, A. S. *et al.* Assistência à saúde da mulher na atenção primária: prevenção do câncer do colo do útero. **Rev. APS.**, [s./l.], v.16, n.3, p.333-337, jul/set., 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/aps/article/view/15222/8033>. Acesso em: 13 ago. 2023.

ELLENSON, L. H.; PIROG, E. C. Sistema genital feminino. In: KUMAR, V.; ABBAS, A. K.; ASTER, J.C. **Robbins & Cotran: patologia: bases patológicas das doenças** 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023. p. 1024-1078.

FERREIRA, M. de C. M. *et al.* Detecção precoce e prevenção do câncer do colo do útero: conhecimentos, atitudes e práticas de profissionais da ESF. **Ciencia & saude coletiva**, v. 27, n. 6, p. 2291–2302, 2022. Acesso em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Z3tXcyhpMP6MLcJzTCmq9bn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2023.

FIGUEREDO, R. C. D. GONZALES, R. I. C.; SIGNOR, E. Perfil dos enfermeiros da Estratégia Saúde da Família e sua relação com o trabalho em um município do interior do Tocantins - Brasil. **Revista Cereus**, [s./l.], v. 14, n. 1, p. 259-273, 8 abr. 2022. Disponível em: <http://www.ojs.unirg.edu.br/index.php/1/article/view/3685>. Acesso em: 12 nov. 2023.

GOMES, A. F. **O papel do agente comunitário de saúde na prevenção e detecção precoce do câncer de colo de útero**. 2011. Monografia (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família) – Universidade Federal de Minas Gerais, Campos Gerais/MG, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/orleans/panorama>. Acesso em: 18 ago. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER- INCA. **Diretrizes brasileiras para o rastreamento do câncer do colo do útero**. 2 ed. Rio de Janeiro: INCA, 2016. Disponível em: [https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/diretrizesparaorastreamentodocancerdocolodoutero\\_2016\\_corrigido.pdf](https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/diretrizesparaorastreamentodocancerdocolodoutero_2016_corrigido.pdf). Acesso em: 20 jun. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER- INCA. **Diretrizes brasileiras para o rastreamento do câncer do colo do útero no Brasil**: sumário executivo para a atenção básica. Rio de Janeiro: INCA, 2018. Disponível em: [https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//sumario\\_executivo\\_em\\_portugues\\_-\\_ccu.pdf](https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//sumario_executivo_em_portugues_-_ccu.pdf). Acesso em: 15 nov. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER- INCA. **Estimativa 2023**: incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2022. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/estimativa-2023.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.



LOPES, O. C. A. *et al.* Competências dos enfermeiros na estratégia Saúde da Família. **Escola Anna Nery** [online]. v. 24, n. 2, e20190145, 2020, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2019-0145>. Acesso em 15 nov. 2023.

LOPES, E. M. F. *et al.* Projeto de intervenção para elevar a adesão ao exame citopatológico durante o internato em saúde. **Brazilian Journal of Health Review**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 4209–4222, 2021. DOI: 10.34119/bjhrv4n2-020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/25575>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MACHADO, H. M. B.; FERREIRA, K. S.; SOUSA, Y. J. Ações do enfermeiro na prevenção do câncer de colo uterino na atenção primária: revisão integrativa. **Revista Multidisciplinar Pey Këyo Científico**, [s. l.], v. 9, n. 2, 2023. Disponível em: <https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/pkcroraima/article/view/2172>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MACIEL, N. de S. *et al.* Busca ativa para aumento da adesão ao exame PBusca ativa para aumento da adesão ao exame Papanicolaou. **Rev enferm UFPE** [on line]. v.15, e 245678, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2021245678papanicolaou>. Acesso em: 12 out. 2023.

MARTINS, F. **Papanicolau**: câncer do colo do útero: exame para detecção é oferecido no SUS. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/setembro/cancer-do-colo-do-uterio-exame-para-deteccao-e-oferecido-no-sus#:~:text=Inicialmente%2C%20deve%20ser%20realizado%20uma,de%20um%20a%20tr%C3%AAs%20anos>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MASCARENHAS, M.S. *et al.* Conhecimentos e práticas de usuárias da atenção primária à saúde sobre o controle do câncer do colo do útero. **Revista Brasileira de Cancerologia**, [s. l.], v.66, n.3, e-011030, 2020. Disponível em: <https://rbc.inca.gov.br/index.php/revista/article/view/1030/664>. Acesso em: 10 ago. 2023.

MONTEIRO, A. G.P. *et al.* Exame citopatológico do colo do útero: faixa etária e resultados encontrados. **Rev Enferm Atenção Saúde** [online], v. 10, n.3, e202133, out/dez., 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1358179>. Acesso em: 19 ago. 2023.

MOURA, L. de L.; CODEÇO, C. T.; LUZ, P. M. Cobertura da vacina papilomavírus humano (HPV) no Brasil: heterogeneidade espacial e entre coortes etárias. **Revista brasileira de epidemiologia**, [s. l.], v. 24, e210001, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/TStbZmwdZTG3rmZZFsqvNFx/#>. Acesso em: 19 ago. 2023.

NOGUEIRA, I.A. **A. prevenção de câncer de colo uterino no contexto da estratégia de saúde da família**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família) - Universidade Federal

de Minas Gerais, Uberaba, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-9CXGG2>. Acesso em: 15 nov. 2023.

PONTES, A.F. *et al.* Perfil dos enfermeiros que atuam nas Unidades de Saúde da Família e a qualidade da assistência prestada. **Research, Society and Development**, [s. l.], v. 11, n. 10, e356111032705, 2022. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjN8L3iiceCAxWfp5UCHWWZBDwQFnoECAwQAQ&url=https%3A%2F%2Frsdjourn.org%2Findex.php%2Frsd%2Farticle%2Fdownload%2F32705%2F27868%2F370194&usg=AOvVaw3lumaMeUUJ6fiaylZDn4JY&opi=89978449>. Acesso em: 20 out. 2023.

REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE ORLEANS (RFCCO). Um pouco da nossa história. **Revista Rede Feminina em Foco**, Orleans – SC, v.1, n.1, p.6-7, 2021.

REDE FEMININA NACIONAL DE COMBATE AO CÂNCER – RFNCC. **Quem somos**. Brasília- DF: RFNCC, [2023]. Disponível em: <https://redefemininanacional.org.br/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SANTOS, M. N. de B.; ALMEIDA, M. E. A.; JESUS, M. P. S. de. **Cuidados de enfermagem na prevenção ao câncer do colo uterino na atenção básica**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem) – Centro Universitário Ages, Paripiranga/BA, 2022.

SANTOS, N. C. M. **Enfermagem em ginecologia e saúde da mulher**. São Paulo: Érica, 2019.

SILVA, G. A e. *et al.* Avaliação das ações de controle do câncer de colo do útero no Brasil e regiões a partir dos dados registrados no Sistema Único de Saúde. **Cad. Saúde Pública**, [s. l.], v.38, n.7, e00041722, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/fj5Q7hxCTBZyDLb68j4nqHR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 02 nov. 2023.

SILVA, P. **Projeto de intervenção para aumentar adesão ao exame Papanicolau na estratégia de saúde da família do município de Conceição de Ipanema, Minas Gerais**. 2018. Monografia (Especialização em Estratégia Saúde da Família) - Universidade Federal de Minas Gerais, Ipatinga/MG, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/31204>. Acesso em: 19 ago. 2023.

SOARES, M. B. O.; SILVA, S. R. da. Intervenções que favorecem a adesão ao exame de colpocitologia oncótica: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [s.l.], v. 69, n.2, p. 404-414, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/qyTmwyLJfk4n4XFd6fPHbzf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2023.

SOUSA, M. F. de. A enfermagem reconstruindo sua prática: mais que uma conquista no PSF. **Rev. Bras. Enferm**, [s.l.], v. 53, n. esp., p. 25-30, 2010. Disponível em:

---

<https://www.scielo.br/j/reben/a/QQQRXrGZ7qTLGzTXzZtkQHv/?lang=pt#>. Acesso em: 12 ago. 2023.

**Dados para contato:**

**Autor:** Thalia Schulz

**E-mail:** lia\_tms@hotmail.com

## CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

---

## LIBERDADE DE IMPRENSA: LIMITES DA MANIFESTAÇÃO DE PENSAMENTO NAS REDES SOCIAIS E SUAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS À NÍVEL NACIONAL E REGIONAL

Ciências Sociais Aplicadas

Artigo de Revisão

**Bruna Meurer<sup>1</sup>; Lara Niehues Cechetto<sup>1</sup>; Hermínio Antônio da Silva Filho<sup>1</sup>**

Centro Universitário Barriga Verde – Unibave

**Resumo:** O Presente artigo trata da liberdade de imprensa, destacando-se que é um princípio fundamental em uma sociedade democrática, previsto na nossa Constituição Federal e na Declaração Fundamental de Direitos Humanos. Tem o objetivo de estudar os limites da liberdade de imprensa, principalmente nas redes sociais e quais as consequências jurídicas quando extrapolados os limites. Para tanto, foi estudado o breve histórico do desenvolvimento da imprensa no Brasil e no mundo, o conceito de liberdade de imprensa com a sua previsão legal, ainda, como se dá a liberdade de imprensa nas redes sociais e suas problemáticas, os limites da liberdade de imprensa nas redes sociais, a fim de evitar os exageros e ilegalidades, para que não atinja os direitos individuais dos seres humanos, e por fim, quais as consequências jurídicas caso ocorra esses exageros. As principais contribuições apresentam-se na relevância do tema para o cenário brasileiro atual, vez que é muito recorrente os exageros de liberdade de expressão na liberdade de imprensa, desse modo, nota-se que a imposição de indenização material e moral, bem como, a instauração de processo crime é uma forma não só de se reparar os danos causados pelo ilegítimo exercício de tal liberdade de imprensa, mas também de se punir os agentes praticantes do fato danoso e de se levar o ocorrido à sociedade, isso se dá em âmbito nacional e regional.

**Palavras-chave:** liberdade de imprensa; redes sociais; limites; consequências jurídicas.

## PRESS FREEDOM: LIMITS OF EXPRESSION OF THOUGHT ON SOCIAL NETWORKS AND THEIR LEGAL CONSEQUENCES AT NATIONAL AND REGIONAL LEVEL

**Abstract:** This article deals with freedom of the press, highlighting that it is a fundamental principle in a democratic society, provided for in our Federal Constitution and the Fundamental Declaration of Human Rights. Its objective is to study the limits of press freedom, especially on social media, and the legal consequences when the limits are exceeded. To this end, the brief history of the development of the press in Brazil and the world was studied, the concept of press freedom with its legal provisions, as well as how press freedom occurs on social networks and its problems, the limits of freedom of the press on social networks, in

order to avoid exaggerations and illegalities, so that it does not affect the individual rights of human beings, and finally, what are the legal consequences if these exaggerations occur. The main contributions are presented in the relevance of the topic to the current Brazilian scenario, since exaggerations of freedom of expression in freedom of the press are very common, thus, it is noted that the imposition of material and moral compensation, as well as, the initiation of criminal proceedings is a way not only of repairing the damage caused by the illegitimate exercise of such freedom of the press, but also of punishing the agents carrying out the harmful act and of bringing what happened to society, this takes place within the scope national and regional.

**Keywords:** press freedom; social media; limits; legal consequences.

## Introdução

A Liberdade de Imprensa vem se desenvolvendo ao longo dos anos, atualmente está prevista na nossa Constituição Federal, no artigo 5<sup>a</sup>, inciso IX, como também, está prevista na Declaração Fundamental de Direitos Humanos, portanto, revela-se de grande e extrema importância. A presente pesquisa possui como intuito analisar como a liberdade de imprensa se dá nas redes sociais, e quais os parâmetros utilizados para se estabelecer os limites da liberdade de expressão da imprensa, a fim de evitar danos aos direitos fundamentais dos seres humanos, para que não tenham que arcar com as consequências. Mas no caso de extrapolarem os limites, é evidenciado ainda, quais as consequências jurídicas cabíveis aos casos, sendo eles em nível nacional e regional.

Muitas vezes são questionados os limites da liberdade de imprensa, vez que, como já dito, lhe é dado o poder da liberdade expressamente previsto em lei, contudo os limites não estão previstos na legislação, e o que acontece é que a liberdade de imprensa pode acabar colidindo com o direito da vida privada das pessoas, direito esse, que também é expressamente disposto em lei.

Então é necessário que os limites sejam estabelecidos para que a imagem das pessoas não acabe sendo denegrida, com invasão em suas vidas particulares, o que muitas vezes se trata de notícias inverídicas, causando todo um transtorno e violação de direitos, de forma desnecessária. Portanto, deve haver consequências jurídicas a quem causou referido transtorno.

Em um primeiro momento é exposto um breve histórico da evolução da liberdade de imprensa, importantíssimo para podermos analisar aonde chegamos

---

hoje, vez que, a liberdade de imprensa já passou por inúmeras fases, dentre elas, a censura que foi um período muito difícil para comunicação. Em seguida, é trazido o conceito de liberdade de imprensa com a previsão legal, demonstrando ainda a sua importância para uma sociedade democrática de direito.

Ainda, é demonstrada a liberdade de imprensa no meio das redes sociais e a sua principal problemática que se trata da famosa “Fake News” e os impactos que ela traz. A desinformação e instabilidade que essas informações falsas constituem, acabam gerando uma ameaça à democracia. É debatido também sobre a adoção de medidas, buscando mudanças para que haja redução dessa problemática.

Também são elucidadas as principais formas de se estabelecer limites à liberdade de imprensa, para que a ela se limite ao que verdadeiramente importa ao interesse público, respeitando sempre a intimidade e privacidade das pessoas e agindo de forma ética.

Por fim, são evidenciadas as principais consequências jurídicas quando extrapolados os limites da liberdade de expressão da imprensa, sendo por meio de indenização, na esfera do dano moral ou até respondendo pelos crimes que eventualmente acabam se cometendo quando atingido os limites, dentre eles, a calúnia, difamação e a injúria.

É importante ressaltar a relevância do tema para o cenário social e jurídico brasileiro. Essa pesquisa visa retratar quais as consequências da liberdade de imprensa quando extrapolados os seus limites, já que ela vem ganhando força com os avanços na área da comunicação, principalmente nas redes sociais, sendo assim é importante que imprensa haja de maneira ética, a fim de evitar constrangimento às pessoas ao publicar fatos irrelevantes ao interesse público, ou até mesmo inverídicos, o que acaba, contrariando a Constituição Federal e violando a intimidade dos seres humanos.

## **Procedimentos Metodológicos**

Quanto aos procedimentos metodológicos, o método será o dedutivo em que se inicia com uma premissa e a partir dela são trabalhadas as demais ideias. Quanto aos procedimentos técnicos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, ou seja, o artigo é desenvolvido a partir de um material já elaborado e disponível para



pesquisa. Os dados foram obtidos por meio de pesquisas documentais, em artigos, livros, legislações, dissertações, estudos e materiais disponíveis para leitura.

Posto isso, este trabalho buscou adquirir e demonstrar a dinâmica da imprensa, as dificuldades enfrentadas por ela, principalmente frente às “Fake News”, sua liberdade e seus limites impostos pela legislação.

## **Liberdade de Imprensa**

### ***Um breve Histórico***

A criação da imprensa se deu no ano de 1439, é atribuída ao gráfico alemão Johannes Gensfleisch zur Laden zum Gutenberg. Na época, informações sobre o mundo eram inacessíveis para a maioria das pessoas, pois o preço dos livros era muito elevado, vez que demoravam meses para serem preparados e eram escritos à mão, por monges, alunos e escribas. Foi um passo muito importante para a história da imprensa, pois possibilitou o surgimento de uma nova forma de comunicação, facilitando a divulgação da notícia com mais periodicidade (Moroni Filho, 2011).

Carlos Moroni Filho traz a primeira vez em que circulavam notícias nos países:

A partir do século XV, os novos acontecimentos políticos, econômicos e sociais do Ocidente passaram a ser registrados em papéis que circulavam nas áreas mais habitadas de cada país. Surgiram, pois, as primeiras impressões efêmeras da humanidade: as gazetas, com informações úteis sobre a atualidade; os pasquins, folhetos com notícias sobre desgraças alheias e os libelos, folhas de caráter opinativo (Moroni Filho, 2011, p. 8).

No início do século XIX, a falta de matéria prima, o baixo índice de alfabetização de grande parte da sociedade e o crescente nível de politização da população eram a realidade, com isso, a imprensa que dominava era a opinativa ou ideológica. Já no final do mesmo século, a imprensa se popularizou, os jornais ficaram mais baratos e mais acessíveis (Moroni Filho, 2011).

Os jornais passaram a ser objeto de lucratividades entre os comerciantes. Nessa época, eram utilizados gráficos e fotografias, enfatizou-se ainda, um jornalismo sensacionalista, pois, era comum já nessa época a invenção de fatos,

---

mesmo que às vezes, posteriormente, eram desmentidos, era chamado de jornalismo amarelo ou marrom (Moroni Filho, 2011).

De forma definitiva, a imprensa se instalou no Brasil em 1808, a iniciativa da corte portuguesa se deveu à vinda de D. João VI ao Brasil, começando aí a chamada Impressão Régia. O surgimento do Correio Braziliense, que se deu no início do século XIX, era o único veículo que mostrava as falhas da administração brasileira, diante disso, fez nascer as críticas da população contra o poder público (Moroni Filho, 2011).

Carlos Moroni Filho, ainda alude sobre a época da Proclamação da República:

Com a Proclamação da República, a grande imprensa manteve seu crescimento, agora com um pouco mais de prestígio, força e combatividade. Com a censura da corte, os jornais nasciam sempre controlados e, mesmo com a República, a imprensa não assumiu um papel mais evidente e contumaz de se posicionar acerca dos fatos (Moroni Filho, 2011, p. 10).

A primeira grande reportagem do jornalismo brasileiro foi o livro “Os Sertões” de Euclides da Cunha, que se deu em razão de uma grande luta pela posse de terras, na Guerra de Canudos (Moroni Filho, 2011).

A imprensa no século XX teve significativas mudanças no mercado jornalístico. As empresas jornalísticas tornaram-se dotadas de equipamentos gráficos mais avançados e mais voltadas para o comércio. Houve uma grande expansão de comércio nessa área, com uma consequente classe de trabalhadores voltados a ela. A imprensa operária se desenvolveu sob difíceis condições financeiras e políticas (Moroni Filho, 2011).

Quanto ao primeiro jornal impresso no Brasil existem dúvidas, alguns mencionam que o Correio Brasiliense é considerado o primeiro jornal brasileiro, que foi editado em Londres. Ele tratava de temas políticos e tinha como objetivo vencer a censura prévia que existia na época. Chegava no Brasil clandestinamente, mensalmente e deixou de circular em 1822, com a Independência. Se fala também que o primeiro jornal impresso no Brasil foi Gazeta do Rio de Janeiro, redigida por oficiais da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e de Guerra, deixou de circular em 31 de dezembro de 1823 (Moroni Filho, 2011).

---

Ainda, um marco histórico na imprensa Brasileira, foi na época da Independência, Carlos Moroni Filho menciona:

Durante o processo da independência foram feitas algumas concessões à liberdade de imprensa a partir da união de classes para a luta contra a dominação portuguesa. Referida liberdade, no entanto, findou-se com a coroação de D. Pedro, o qual, com poder irrestrito, acabou com o liberalismo e suspendeu a liberdade de imprensa (Moroni Filho, 2011, p. 11).

Com a República, o jornal chegou na sua fase industrial, em que a informação era vendida e a imprensa se consolidou (Moroni Filho, 2011). A censura também marcou a história da imprensa brasileira. Nos oito anos da ditadura Vargas o jornalismo político foi extinto. A partir de 1964, o controle de estatal de comunicação foi controlado por meio de leis instituídas com esse fim, como a Lei de Segurança Nacional, e em seguida o Ato Institucional nº 5 (Moroni Filho, 2011).

Um Decreto-Lei, instituído em 1970 pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, determinou a censura prévia de periódicos, visando proibir a publicação de obras que atentassem à moral e os bons costumes. Para reforçar o decreto, o artigo 9º do AI-5, previa a faculdade do Presidente da República de suspender a liberdade de reunião e associação e de censurar correspondências, a imprensa, as telecomunicações e as diversões públicas (Moroni Filho, 2011).

Ainda, existia um Conselho Superior da Censura, possuíam um “livro negro da censura”, onde se encontravam organizadas as regras do que podia e do que não podia ser publicado.

Sobre o posicionamento dos jornais desta época Carlos Moroni Filho elucidou:

Entre 1960 e 1980, vários jornais de oposição à ditadura foram publicados, como O Pasquim, Opinião, Movimento e Em tempo. Alguns jornais simplesmente aceitavam a censura e trocavam as matérias cortadas por outras, liberadas, enquanto em outros jornais, a censura de matérias dava espaço à ironia: no local de notícias censuradas eram 13 publicadas receitas de bolo, que não davam certo, e trechos de “Os Lusíadas”. Carlos Heitor Cony continuou a dizer piadas sobre o golpe ao qual chamava de “quartelada de 1º de abril” ou “a revolução dos caranguejos” (Moroni Filho, 2011, p. 12-13).

---

Sabe-se que hoje a liberdade de imprensa está lucidada na Constituição Federal e tomou grandes proporções em vários âmbitos do país (Moroni Filho, 2011).

### **Conceito**

A liberdade de imprensa é um princípio fundamental em uma sociedade democrática. No Brasil, é assegurada pelo artigo 5º, inciso IX, da Constituição Federal, em que desempenha um papel crucial na atualidade. Ela garante o direito dos jornalistas e dos meios de comunicação de expressarem suas opiniões e informações sem censura ou interferência governamental.

O artigo 5º, inciso IX da Constituição Federal, dispõe “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”.

Ao que se refere especificamente à liberdade de imprensa, a Constituição dispõe “nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, incisos IV, V, X, XIII e XIV”.

A liberdade de imprensa é um direito assegurado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), em seu artigo 19º, dispõe que todo indivíduo tem o direito de opinar, podendo compartilhar dados e informações, contudo, cabe ressaltar que a plena garantia não significa exercício absoluto e sem limitações.

Art. 19º Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

A liberdade de imprensa, de expressão e o direito à informação formam um pilar do desenvolvimento e da manutenção da democracia. A liberdade de expressão e informação, fundam uma das características das atuais sociedades democráticas. Essa liberdade é considerada, inclusive, como termômetro do regime democrático (Farias, 2000).

A imprensa está diretamente ligada à sociedade, é “a vista da Nação”, e, nesse sentido, representa mais que os olhos do governo. Ela é a responsável pela fiscalização da moral e da punição pública dos delitos, antes mesmos de irem ao

julgamento nos tribunais. A partir da exposição do conteúdo, a sociedade é capaz de formular a censura moral pública, a qual produz um sentido pedagógico e de efeitos coletivos (Silva, 2013).

Os veículos de comunicação, no contexto de uma sociedade plural e democrática, devem fazer jus aos direitos aqui tratados, exercendo-os de forma legítima e não abusiva. Como se sabe, nenhum direito é ilimitado. Portanto, em não havendo direitos absolutos, as liberdades de expressão, de imprensa e de informação poderão, em um caso concreto, encontrar limites nos direitos da personalidade, os quais também encontram fundamento no princípio da dignidade da pessoa humana e que serão estudados adiante (Ferreira, 2018, p. 16).

É de suma importância destacar que, embora a liberdade de imprensa seja um princípio vital para o funcionamento de uma sociedade democrática, ela não é absoluta, pois pode ser sujeita a limitações legais em casos de difamação, incitações à violência ou outras formas de abuso. Contudo, essas limitações devem ser definidas e aplicadas para assegurar que não sejam utilizadas de forma abusiva e reprimir a liberdade de imprensa de forma injusta. A população tem o direito de consumir informações do que ocorre no seu país e no mundo, assim exercendo seu papel de cidadão e se inteirando da vida pública.

Em um artigo intitulado de “A importância fundamental da liberdade de imprensa”, Celso de Mello discorre sobre a situações da imprensa no Brasil, destacando que:

A ampla difusão da informação, o exercício irrestrito de criticar e a possibilidade de formular denúncias contra o Poder Público representam expressões essenciais dessa liberdade fundamental, cuja prática não pode ser comprometida por interdições censórias ou por outros artifícios estatais utilizados para coibi-la, pois — cabe sempre insistir — esse direito básico, inerente às formações sociais livres, não constitui concessão estatal, mas representa, sim, um valor inestimável e insuprimível da cidadania, que tem o direito de receber informações dos meios de comunicação social, a quem se reconhece, igualmente, o direito de buscar informações, de expressar opiniões e de divulgá-las sem qualquer restrição, em um clima de plena liberdade (Mello, 2023, p.1).

A liberdade de imprensa cumpre um papel fundamental na divulgação da transparência, para que todos os cidadãos tenham acesso à informação correta, assim promovendo e desenvolvendo um Estado justo e democrático. A

transparência proporcionada pela liberdade de imprensa garante a sustentação da democracia, o acesso à informação de todos os campos da sociedade, mantendo uma sociedade livre e informada.

### ***Liberdade de imprensa nas redes sociais***

A internet tem sido uma ferramenta revolucionária para o mundo inteiro. A facilidade da disseminação de informações e o acesso à mídia se tornaram mais acessíveis e velozes, apresentando pontos positivos e negativos.

A internet e as redes sociais trouxeram novas oportunidades e meios para que a imprensa possa ampliar seu público, permitindo que qualquer pessoa, de qualquer lugar, bastando ter acesso a ela, consiga criar e compartilhar conteúdo de maneira rápida e global. Contudo, essa facilidade e velocidade que as informações circulam, também apresentam desafios, haja vista que com a quantidade massiva de informações diárias que são publicadas a cada minuto, facilita-se a disseminação de notícias falsas, conhecidas popularmente como “*Fake News*”, que se tornou um dos maiores desafios da imprensa relacionada à internet nos tempos atuais.

O conflito entre a liberdade de imprensa e as “*Fakes News*” se tornou objeto de muitos debates e discussões. O mundo vive sob a Terceira Revolução Industrial, a chamada “Revolução Tecnológica ou Digital”, iniciada nas décadas finais do século XX e que se caracteriza pela massificação dos computadores pessoais, telefones inteligentes e, muito notadamente, pela Internet, conectando bilhões de pessoas em todo o planeta.

Anteriormente à Internet, a difusão de notícias e de opiniões dependia, em grande medida, da imprensa profissional. Cabia a ela apurar fatos, divulgar notícias e filtrar opiniões pelos critérios da ética jornalista. Havia, assim, um controle editorial mínimo de qualidade e de veracidade do que se publicava. Não que não houvesse problemas: o número de veículos de comunicação é limitado e nem sempre plural, as empresas jornalísticas têm seus próprios interesses e, além disso, nem todos distinguem, com o cuidado que se impõe, fato de opinião. Ainda assim, havia um grau mais apurado de controle sobre aquilo que se tornava público. A Internet, com o surgimento de sites, blogs pessoais e, sobretudo, das mídias sociais, possibilitou a ampla divulgação e a circulação de ideias, de opiniões e de informações sem qualquer filtro. A consequência negativa, porém, foi que também permitiu a difusão da ignorância, da mentira e a prática de crimes de natureza diversa (Barroso, 2023, p. 37).

---

A insegurança formada pela desinformação e instabilidade que essas informações falsas constituem, acaba gerando uma ameaça à democracia. Esse cenário vem se agravando em nível mundial, tornando necessário que medidas governamentais sejam tomadas para tentar frear essa disseminação de notícias falsas que prejudicam a todos.

As dificuldades tecnológicas e econômicas desse cenário, a velocidade da disseminação de informações e os algoritmos das redes sociais são aspectos que precisam ser reanalisados para dificultar a propagação das *Fake News*. São extremamente necessárias adoções de medidas, tais como: educar o público sobre como identificar notícias falsas, destacando sinais de alerta, como fontes duvidosas, informações não verificadas e erros gramaticais e de ortografia; promover o uso de serviços de verificação de fatos confiáveis, que analisam a veracidade das informações; incentivar as pessoas a obter informações de fontes de notícias respeitáveis e confiáveis, em vez de depender de fontes não verificadas; apoiar medidas governamentais apropriadas para regulamentar e punir a disseminação de notícias falsas e promover a transparência em relação à origem e ao financiamento das fontes de notícias, de modo que os leitores possam avaliar a credibilidade.

Analisando esse aspecto, percebe-se que imprensa vive um momento delicado, tendo que tomar o dobro de cuidado e tentar educar os cidadãos sobre as *Fake News*. A credibilidade da imprensa com este cenário é afetada, porque inúmeras vezes informações falsas são compartilhadas e se espalham em uma velocidade inacreditável, e isso antes mesmo de saber se o fato é verdadeiro ou não. Por isso, a atenção e cuidado de todos os cidadãos é de extrema importância, garantindo assim, a formação de um corpo social integrado e informado.

### ***Limites da liberdade de imprensa***

Sabe-se que não é uma tarefa fácil distinguir os limites da liberdade de imprensa, pois como diz a sabedoria popular, não se sabe ao certo onde termina o direito de um e começa o direito do outro, Luiz Martins da Silva e Fernando Paulino (Silva; Paulino, 2005) nos trazem “[...] definir exatamente o que é estreitamente privado, pertencente ao âmbito da privacidade, e o que se desenvolve publicamente, pois a divisão, na maioria dos casos é dúbia e inexata”.



Nesse contexto várias são as dúvidas, mas a principal se dá no sentido de até onde vai o interesse público frente à intimidade e ao resguardo da vida privada prevista em lei. Esse cuidado na publicação de certos assuntos, fatos direcionados a pessoas nas quais pode ferir suas intimidades, está ligado à preservação da ética profissional, mas também em programáticos, vez que podem sofrer consequências indesejáveis, como processos por dano moral e material (Silva; Paulino, 2005).

Considerando que não existe uma delimitação exata em relação à liberdade de imprensa e os direitos da personalidade, é necessário sempre analisar caso a caso, de forma proporcional (Ferreira, 2018).

Gilberto Haddad Jabur, discorre sobre a liberdade de imprensa como garantia constitucional:

A liberdade de imprensa não é, a exemplo do direito que a institui (liberdade de pensamento), absoluta. O direito de informar não é maior que outros direitos de igual envergadura, os quais, de tal sorte, recebem o mesmo tratamento constitucional, que observa, decerto, temperamentos em prestígios dos valores sociais e éticos, e, em primeiro plano, a dignidade humana (Jabur, 2000, p. 336).

Desse modo, nota-se que a liberdade de pensamento, a liberdade de imprensa, o direito à informação, liberdade de expressão e o direito à privacidade estão no mesmo patamar, ou seja, tentando contornar a situação e estabelecer limites. Exige-se que as informações trazidas pelos canais de comunicação sejam verdadeiras e atenda ao interesse público, o qual não se confunde com interesse do público. Desse modo, a informação deve ter um caráter relevante, não é sobre o querer saber, mas sim ser importante saber (Ferreira, 2018).

Quanto à exigência de informações verdadeiras, essa não é tida como requisito absoluto, pois poderia limitar muitas vezes o trabalho da imprensa, vez que na maioria das vezes não se pode ter certeza da veracidade, mas que ao menos tenha seriedade na informação, com compromisso ético dos profissionais que levam a informação (Ferreira, 2018).

A imprensa em um estado democrático, tem o papel além de transcrever uma notícia recebida, verificar e investigar as informações, diante de um compromisso com a verdade, então é importante contrastar o depoimento de diversas fontes, checar os dados, procurar várias testemunhas de um fato, descobrir novas fontes,

indagar sobre os vários lados de uma questão, o jornalismo se torna legítimo e ético diante dessas práticas (Ferreira, 2018).

Bill Kovach e Tom Rosenstiel dispõem:

A disciplina de verificação é o passo mais importante que os jornalistas podem dar para aprimorar a qualidade da informação e a discussão pública. No fim, essa disciplina é o que separa o jornalismo de outros campos e cria uma razão econômica para sua sobrevivência. Uma disciplina mais consciente da verificação é o melhor antídoto para evitar que o velho jornalismo de verificação seja atropelado pelo novo jornalismo de afirmação, e forneceria aos cidadãos uma base para confiar nos relatos jornalísticos (Kovach; Rosenstiel, 2003, p. 122).

Diante disso, a publicação de uma notícia que diz respeito a vida privada das pessoas somente será legítima se tiver relevância pública. Nesse aspecto, o veículo de informação que deve agir com ética e profissionalismo ao analisar a importância e relevância social da notícia, prevalecendo a busca da verdade com verificações e investigações, a fim de que ninguém seja lesado injustamente ou injustificadamente (Ferreira, 2018).

Caso notar o irrelevante interesse social ou a inverdade na notícia, o melhor caminho é o silêncio, sendo a conduta constitucionalmente exigida, caso contrário sofrerá as consequências pertinentes ao caso concreto (Ferreira, 2018).

### **Consequências jurídicas quando ultrapassados os limites da liberdade de imprensa nas redes sociais**

Como já visto no capítulo anterior, quando ultrapassados os limites da liberdade de imprensa são sofridas as consequências ao caso concreto, portanto, ingressa-se, a partir de então, no campo da responsabilidade penal ou civil e faz nascer a obrigação de reparar e o direito de obter essa reparação (Stoco, 2004).

Os veículos de comunicação, ao ultrapassarem esses limites causam danos irreversíveis, ainda que haja imposição posterior de danos morais e/ou materiais, pois, as palavras quando ditas são irreversíveis, sem possibilidade de voltar atrás (Marques, 2018).

A Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso V dispõe “é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem”. Nesse passo, nota-se que o objetivo é repreender condutas

socialmente consideradas como danos, a fim de evitar novos casos e punir (Ferreira, 2018). Vejamos:

A vida em sociedade exige que os indivíduos respondam por seus atos, atitudes e reações ou por atos de terceiros a que possam estar ligados moralmente como seus auxiliares ou prepostos. Portanto, todo indivíduo tem o dever de não praticar atos nocivos, danosos ou prejudiciais a outro indivíduo, dos quais resultem ou possam resultar prejuízos, pouco importa que se origine de seu estado doentio em função de sua personalidade confusa, revoltada ou desordenada, do princípio do livre-arbítrio (Silva, 2002, p. 15).

Como forma de demonstrar casos reais, elucida-se jurisprudência, proferida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em que limites foram ultrapassados, vez que no caso em tela, foi exposto nas redes sociais, situação de caráter íntimo e particular, não havendo relevância de interesse público, como já exposto em capítulo anterior, por isso denegriu-se e violou-se o direito de personalidade, honra e imagem da parte autora, nota-se ainda, que foi fixado o *quantum* no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de indenização por danos morais. Vejamos:

**APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. INCONFORMISMO DE AMBAS AS PARTES. APELO DA RÉ. PRELIMINAR. SUSCITADA A ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. INSUBSISTÊNCIA. EMPRESA PRINCIPAL E INTEGRANTE DA CADEIA DE AFILIAÇÃO QUE SÃO LEGÍTIMAS PARA RESPONDEREM PELA DIVULGAÇÃO DE NOTÍCIAS EM QUE SE DISCUTE A VIOLAÇÃO AO DIREITO DE IMAGEM OU À LIBERDADE DE IMPRENSA. MÉRITO. VEICULAÇÃO DE REPORTAGEM JORNALÍSTICA EM TELEJORNAL. IMAGEM DA AUTORA UTILIZADA SEM AUTORIZAÇÃO E VINCULADA A MANCHETE SENSACIONALISTA QUE DIZIA RESPEITO A SUPOSTA PERSEGUIÇÃO REALIZADA PELO ENTÃO ESPOSO DA PARTE CONTRA TERCEIRA. MATÉRIA QUE REPERCUTIU NAS REDES SOCIAIS. OFENSA CARACTERIZADA. VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE, HONRA E IMAGEM DA AUTORA. ATO ILÍCITO EVIDENCIADO. EXEGESE DO ARTIGO 5º, INCISOS V E X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM COMPENSATÓRIO. RECURSO DE AMBAS AS PARTES NO PARTICULAR. VALOR DA CONDENAÇÃO QUE, TODAVIA, DEVE SER MANTIDO (R\$ 10.000,00), SOBRETUDO DIANTE DO GRANDE PORTE DA EMPRESA RÉ, POR UM LADO, E DA SITUAÇÃO NARRADA À INICIAL. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. (TJSC, Apelação n. 0304281-47.2019.8.24.0023, do Tribunal de**

Justiça de Santa Catarina, rel. Sérgio Izidoro Heil, Terceira Câmara de Direito Civil, j. 29-08-2023).

No mesmo sentido, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro já decidiu:

**EXCESSO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO - OFENSA EM REDE SOCIAL -- FACEBOOK -COMPROVAÇÃO - DANO MORAL MAJORADO.** Apelação. Ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais. Alegação autoral de violação de direito a honra em rede social - Facebook - veiculada pelo réu. A sentença acolheu o pedido do autor. Apelo das partes. Autor pela majoração do valor fixado de danos morais e réu pela improcedência do pedido. Ponderação de princípios constitucionais. Inviolabilidade da honra e imagem que limita o direito de expressão do pensamento. **Réu que com palavras ofensivas extrapolou seu limite constitucional.** Post que não se limita a externar indignação quanto ao comportamento do autor, mas efetua juízo de valor com expressões que denigrem a imagem. **Dano moral presente e majorado para R\$ 8.000,00 tendo em vista a projeção do autor no meio social.** Recurso do réu desprovido. Recurso do autor provido. (0007659-27.2019.8.19.0087 - APELAÇÃO. Des(a). NATACHA NASCIMENTO GOMES TOSTES GONÇALVES DE OLIVEIRA - Julgamento: 17/12/2020 - VIGÉSIMA SEXTA CÂMARA CÍVEL)

Nesse caso, o valor fixado pelo juiz *a quo* era de R\$1.000,00 (um mil reais) a título de indenização por danos morais, valor esse que foi majorado em R\$ 8.000 (oito mil reais) pelo juízo *ad quem* de sentença recorrida na primeira instância.

Ainda, vejamos Acórdão publicado pelo Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, que manteve sentença que fixou a título de indenização por danos morais o *quantum* indenizatório no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais):

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS – **PUBLICAÇÃO DE MENSAGENS OFENSIVAS EM REDE SOCIAL (FACEBOOK) – DANO MORAL CONFIGURADO – VALOR INDENIZATÓRIO MANTIDO EM R\$ 15.000,00 – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO IMPROVIDO.** I – **No caso em comento, tem-se que a parte apelante extrapolou em seu direito de expressão, pois ao exercê-lo, de forma equivocada, atingiu a honra e a imagem da autora, causando-lhe prejuízos comprovados, pois os fatos repercutiram em seu meio social.** II – Restando satisfatoriamente comprovado nos autos o conteúdo ofensivo das postagens realizadas pela parte apelante, com manifesta intenção de denegrir a imagem da autora, impõe-se pagamento de indenização por danos morais. III – Diante da situação narrada entendendo por justo e razoável o valor da indenização fixado na sentença em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), quantia que se

mostra suficiente para indenizar a parte autora pelo abalo sofrido sem implicar em enriquecimento sem causa, nem ônus excessivo ao devedor, além de comportar carga punitivo-pedagógica suficiente para elidir novas ocorrências da espécie. (TJMS. Apelação Cível n. 0809435-57.2021.8.12.0021, Três Lagoas, 2ª Câmara Cível, Relator (a): Des. Ary Raghiant Neto, j: 12/05/2023, p: 16/05/2023).

Nesse passo, o dever de ressarcimento está ligado a tutela da dignidade da pessoa humana para o sistema jurídico, formado em torno do dever de ressarcir centrado na vítima, a indenização é utilizada como uma maneira de recompensar o sofrimento causado (Ferreira, 2018).

Com o avanço tecnológico e o uso das redes sociais por exemplo, a probabilidade de causar danos nas pessoas aumentou significativamente, vez que tudo se expõe de maneira muito fácil e rápida (Ferreira, 2018). Os meios de comunicação tradicionais, isso é, os impressos, já permitiam “[...] exorbitância, excessos e abusos no exercício da liberdade de expressão” (Ferreira, 1997, p. 132).

A mídia tem grande relevância social e é responsável por sustentar os pilares da democracia, porém várias são as causas em que a mídia perde a sua legítima função social, sendo elas o descuido, interesses capitalistas e muitas vezes chega a agir por maldade (Jabur, 2000). Desse modo, os órgãos de comunicação que se preocupam exclusivamente com a audiência que alcançam, sendo mesquinhos, sem observarem a democracia podem acabar causando prejuízos e danos imensuráveis (Ferreira, 2018).

Porém, diante de tais prejuízos e danos deve-se impor aos órgãos de comunicação o dever de indenizar. Destacando que nem sempre que a esfera privada de alguém seja exposta haverá o dever de indenizar, existem os limites, como estudado em capítulo anterior (Ferreira, 2018).

Em se tratando de crimes contra a honra, os mais comuns são a difamação, injúria e calúnia, sendo os principais atos capazes de gerar dano moral (Ferreira, 2018).

Aproveitando o ensejo, cabe demonstrar jurisprudência proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, em que não restou caracterizado o *animus caluniandi*, *injuriandi* e *difamandi* pela parte demandada nas redes sociais, como alegou a demandante, vez que, conforme acórdão proferido, as informações expostas eram informações constantes em inquérito policial, assim, restou

desprovido o seu recurso. Desse modo, percebe-se que os casos são analisados conforme suas peculiaridades.

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM O **INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA.** INSURGÊNCIA DO AUTOR. ALEGADA EXISTÊNCIA DE ABALO ANÍMICO INDENIZÁVEL **EM VIRTUDE DE PUBLICAÇÃO REALIZADA PELA DEMANDADA EM SUAS REDES SOCIAIS. DIVULGAÇÃO DE IMAGENS E INFORMAÇÕES SOBRE O DEMANDANTE NO SENTIDO DE QUE TERIA COMETIDO DELITOS DE CUNHO PATRIMONIAL. INACOLHIMENTO. INFORMAÇÕES ACERCA DE INVESTIGAÇÃO POLICIAL NOTICIADA PELA MÍDIA. INEXISTÊNCIA DE ANIMUS CALUNIANDI, INJURIANDI E DIFAMANDI DA EMPRESA JORNALÍSTICA. DEVER DE INDENIZAR AFASTADO.** SENTENÇA MANTIDA. "Quando as matérias jornalísticas são circunscritas a mera reprodução de investigação criminal, evidenciam apenas o exercício da liberdade de imprensa e não dão ensejo ao dano moral, já que cumprem a função inerente à atividade jornalística de informação à opinião pública" (Apelação Cível n. 2010.061417-8, rel. Des. Jairo Fernandes Gonçalves, j. 10-5-2011) (Apelação Cível n. 2013.071828-6, de Palhoça, rel. Des. Henry Petry Júnior, Quinta Câmara de Direito Civil, j. 5-12-2013). **FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. ART. 85, §§ 2º E 11, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015. SENTENÇA PUBLICADA APÓS A VIGÊNCIA DO ATUAL DIPLOMA PROCESSUAL CIVIL. MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA QUE SE IMPÕE. EXIGIBILIDADE SUSPENSÃO. AUTOR BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ART. 98, § 3º, DO MESMO DIPLOMA LEGAL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.** (TJSC, Apelação Cível n. 0301080-40.2018.8.24.0166, de Forquilha, rel. Carlos Roberto da Silva, Sétima Câmara de Direito Civil, j. 17-09-2020).

Nos casos em que realmente cabe dano moral, o juiz pode determinar a retratação e o direito de resposta. Porém, a retratação apenas não é o suficiente e não afasta o dever de reparação pecuniária ao lesado moralmente. Rui Stoco aduz “a modificação fática do mundo exterior com reação à honra e o conceito das pessoas nem sempre se recompõe ou restaura com a mera retratação ou arrependimento” (Stoco, 1999, p.428).

Quanto ao arbitramento do valor do dano, é importante destacar que inexistem parâmetros legais, é sempre analisado caso a caso (Ferreira, 2018). Os critérios a serem utilizados, segundo Maria Celina Bodin de Moraes são “a individualização do fato; os atributos existenciais envolvidos; a gravidade dos danos

reparáveis; a repercussão social do caso; e a existência de contumácia do lesante” (Moraes, 2003, p.332).

Destarte, o juiz faz uma análise minuciosa caso a caso, levando em consideração “o ambiente cultural dos envolvidos, as exatas circunstâncias do caso concreto, o grau de culpa do ofensor, a situação econômica deste e da vítima, a gravidade e a extensão do dano” (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo 677.505-SP. Segunda Turma. Relator(a): Ministro Joaquim Barbosa. Brasília. Agravante: Jair Martineli. Agravado: Banco Santander (Brasil) S/A. Brasília, 15 de maio de 2012).

Visto isso, tem-se que o juiz sempre se utilizará do princípio da proporcionalidade, para que o valor a ser indenizado seja proporcional ao dano causado diante do caso concreto. Diante disso, é vedada a determinação de valores muito excessivos a título de danos morais, visto que pode ocasionar a inibição da própria liberdade de imprensa e como já visto, a liberdade de imprensa se trata também de um direito previsto na Constituição Federal (Ferreira, 2018).

Como falado anteriormente, existem os ilícitos penais relacionados ao excesso da liberdade de imprensa, como os crimes de calúnia, difamação e injúria, mas além disso, nesse mesmo contexto, existem os excessos cometidos pela mídia ao anunciarem os crimes, eles passam a sugerir a prisão, como se operadores do direito fossem. Acabam também por acusar, condenar com provas e muitas vezes sem provas também. Diante disso, expõem os sujeitos e destroem a sua imagem, afetando ainda, a sua família (Freitas, 2018).

Atrelados às redes sociais, nota-se um crescente número de crimes envolvendo a honra da pessoa humana. Sobre a honra:

A honra nada mais é do que o conjunto de qualidades físicas, morais e intelectuais do ser humano, que o faz credor de respeito no meio social em que vive, a honra é um sentimento natural, próprio a todo ser humano, cujo agravo produz um significativo problema psicológico, um abalo moral, geralmente acompanhado de atos de repulsão ao ofensor (Freitas, 2018, p.38).

Como citado anteriormente, alguns dos crimes que envolvem a honra são a difamação disposta no artigo 139 do Código Penal que prevê “Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação”. Guilherme de Souza Nucci nos ensina



que difamar alguém é “desacreditar publicamente uma pessoa, maculando-lhe a reputação” (Nucci, 2005, p. 564). Na difamação, a ofensa deve chegar ao conhecimento de terceiros, a intenção de ofender também é requisito, não importa se o fato se trata de veracidade ou inveracidade, vez que o crime é imputar má fama a alguém (Freitas, 2018).

Ainda, o crime de injúria é tipificado no artigo 140 do Código Penal que prevê “Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou decoro”. Para Jesus (2010, p.261) “é a ofensa à dignidade ou decoro de outrem [...] protege a honra subjetiva, que constitui o sentimento próprio a respeito dos atributos físicos, morais e intelectuais de cada um”. Nesse caso da injúria, não há necessidade da ciência de uma terceira pessoa para configuração do crime, basta que ataque negativamente as qualidades da pessoa (Freitas, 2018).

Por fim, o crime de calúnia está disposto no artigo 138 do Código Penal, que nos traz “Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime”. O cometimento desse crime pela mídia é comum, exemplo disso é o tratamento que a mídia costuma fazer das favelas e periferias das grandes cidades brasileiras, as quais são caracterizadas como lugares ruins pela mídia (Freitas, 2018).

Pois bem, com o crescimento das redes sociais, nota-se que o cometimento desses crimes, se fazem cada vez mais presentes, principalmente por meio dos aplicativos Facebook, Instagram e WhatsApp, junto com esse crescimento, cresce também as respectivas ações judiciais (Freitas, 2018).

Através desses aplicativos se torna muito fácil e rápido difamar, injuriar ou caluniar uma pessoa, tanto é que o artigo 141, §2º do Código Penal prevê “Se o crime é cometido ou divulgado em quaisquer modalidades das redes sociais da rede mundial de computadores, aplica-se em triplo a pena”. Sabe-se que autores dos crimes não podem ficar impunes, diante disso a justiça lhes atribui a devida punição, sendo penal ou indenizatória. É importante ressaltar que a mesma pena é imposta a quem propaga ou divulga as informações (Freitas, 2018).

Um fator positivo para a propagação de crimes dessa natureza é o anonimato, vez que facilita ainda mais o cometimento do crime, pois acabam sentindo, ainda, uma certa impunidade em razão da dificuldade que a polícia que investiga e o judiciário tem em achar o autor do fato (Freitas, 2018).

Conclui-se que a fama é patrimônio moral do indivíduo e ela deve ser respeitada, sendo assim, a liberdade de expressão deve lidar com as limitações, todos tem a sua própria opinião, porém, será responsável pela exteriorização desta (Freitas, 2018).

As opiniões que extrapolam o limite e caracterizam crimes, como conteúdos ofensivos, são objeto de ações judiciais, sejam pela indenização de cunho moral ou ações criminais, diante dos excessos indevidos da liberdade de expressão e à proteção que a lei assegura à honra do indivíduo (Freitas, 2018).

### **Considerações Finais**

A liberdade de imprensa está prevista na Constituição Federal, no artigo 5º, inciso IX, e na Declaração Fundamental de Direitos Humanos, demonstrando assim, a sua importância perante a sociedade.

A presente pesquisa demonstrou que apesar da disseminação de informação ser de extrema importância para a formação de uma sociedade justa e democrática, deve haver limites que não podem ser ultrapassados, com o intuito de cessar informações falsas e proteger a integridade de todos os cidadãos. A liberdade de imprensa também proporciona a transparência na tomada de decisões do poder público, o que colabora para que os cidadãos possam acompanhar o rumo do país e proteger seus direitos.

Evidencia-se no decorrer da pesquisa que a imprensa vem tomando espaço e aumentando suas maneiras de disseminar informações para todo o mundo, contudo junto com as facilidades, veem as dificuldades. Entre elas, as “*Fake News*”, abordadas anteriormente, que na atualidade tornou-se uma das maiores dificuldades dos profissionais da área, tendo a vista a velocidade que as informações são compartilhadas.

Os usuários que propagam essas informações falsas ou provocam uma exposição demasiada nas redes sociais, sofrem consequências jurídicas, respondendo sobre seus atos, no campo da responsabilidade penal ou civil e faz nascer a obrigação de reparar e o direito de obter essa reparação. Essas informações dissipadas erroneamente ou de má-fé, podem também atingir a honra do cidadão, envolvendo crimes como a difamação, injúria e a calúnia, sendo os principais atos capazes de gerar dano moral.

A importância desta temática nos tempos atuais, em que a maioria das informações são veiculadas de maneira digital, faz jus aos debates que são levantados, visando a conscientização e expondo os limites e as consequências se ultrapassados. No presente momento, o comprometimento com informações verídicas, torna-se de grande relevância e a informação para que todos estejam cientes de seus atos e das consequências deles.

## Referências

BARROSO, Luís Roberto. **Liberdade de expressão, imprensa e mídias sociais: jurisprudência, direito comparado e novos desafios**. Revista Jurídica da Presidência, Brasília, v. 25 n. 135, p. 20-48. jan./abr. 2023. Disponível em: <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/3015/1445>. Acesso em: 12 out. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 1 out. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm). Acessado em 01 de outubro de 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm). Acessado em 01 de outubro de 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo 677.505-SP**. Segunda Turma. Relator(a): Ministro Joaquim Barbosa. Brasília. Agravante: Jair Martineli. Agravado: Banco Santander (Brasil) S/A. Brasília, 15 de maio de 2012. Disponível em <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=2121915>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Ação de Reparação Por Danos Morais nº 0809435-57.2021.8.12.0021. Sonia Fatima Leal de Souza. Meriele Jane Faria dos Reis. Relator: Desembargadora Ary Raghiant Neto. Campo Grande, MS, 12 de maio de 2023. **Apelação Cível**. Campo Grande, 16 maio 2023.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Ação de Reparação Por Danos Morais nº 0304281-47.2019.8.24.0023. Ivone Jesus dos Santos e Radio e Televisão Record S.A. Ivone Jesus dos Santos e Radio e Televisão Record S.A. Relator: Desembargador Sérgio Izidoro Heil. Florianópolis, SC, 29 de agosto de 2023. **Apelação**. Florianópolis, 29 ago. 2023.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Ação Ordinária de Obrigação de Fazer Cumulada Com O Indenização Por Dano Moral. nº 0301080-40.2018.8.24.0166. Relator: Desembargador Carlos Roberto da Silva. Florianópolis, SC, 17 de setembro de 2020. **Apelação Civil**. Florianópolis, 17 set. 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Ação de Obrigação de Fazer C/C Indenização Por Danos Morais nº 0007659-27.2019.8.19.0087. Moacir Campos dos Santos e Anderson Medeiros Coutinho. Moacir Campos dos Santos e Anderson Medeiros Coutinho. Relator: Desembargadora Natacha Nascimento Gomes Tostes Gonçalves de Oliveira. Rio de Janeiro, RJ, 17 de dezembro de 2020. **Apelação**. Rio de Janeiro, 18 dez. 2020.

FARIAS, Edilsom Pereira de. **Colisão de direitos**: a honra, a intimidade, a vida privada e a imagem versus a liberdade de expressão e informação. 2. ed. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2000.

FERREIRA, Aluizio. **Direito à informação, direito à comunicação**: direitos fundamentais na constituição brasileira. São Paulo: Celso Bastos Editor, 1997.  
FERREIRA, Raphaella Bernardes. **Publicar ou não publicar, eis a questão**: os limites da liberdade de imprensa. 2018. 42 f. Monografia (Especialização) - Curso de Jornalismo, Departamento de Jornalismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/21862>. Acesso em: 05 out. 2020.

FREITAS, Vytória Mylena Fernandes de. **A Liberdade de Imprensa e o poder da Mídia em face ao direito à privacidade no Brasil**. 2018. 46 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais - Ccjs, Universidade Federal de Campina Grande – Ufcg, Sousa, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/VYT%C3%93RIA%20MYLENA%20FERNANDES%20ODE%20FREITAS%20-%20TCC%20DIREITO%202018.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

JABUR, Gilberto Haddad. **Liberdade de pensamento e direito à vida privada**: conflitos entre direitos da personalidade. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

JESUS, Damásio De. **Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 2010.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração, 2003.

MARQUES, Andréa Neves Gonzaga. **Direito à intimidade e privacidade**. Revista Jus Vigilantibus, 23 fev. 2008. Disponível em: <http://jusvi.com/artigos/31767>. Acesso em 07 out. 2023.

MELLO, Celso de. **A importância fundamental da liberdade de imprensa**. [S.l.]: Consultor jurídico, 18 mar. 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-mar-18/celso-mello-importancia-fundamental-liberdade-imprensa?imprimir=1>. Acesso em: 10 out. 2023.

---

MORAES, Maria Celina Bodin de. **Danos à pessoa humana**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

MORONI FILHO, Carlos. **Imprensa: liberdade ou anarquia?** a necessidade da criminalização dos excessos. 2011. 51 f. Monografia (Especialização) - Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Pucsp, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/36133>. Acesso em: 01 out. 2023.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 10 out. 2023.

SILVA, Americo Luiz Martins da. Imprensa, ética e silicone. **Observatório da Imprensa**, [S.l.], 738 ed., 19 mar. 2013. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/educacao-e-cidadania/caderno-da-cidadania/ed738-imprensa-etica-e-silicone/>. Acesso em: 07 out. 2023.

SILVA, Americo Luiz Martins da; PAULINO, Fernando O. Em nome da responsabilidade social da mídia. **Observatório da Imprensa**, [S.l.], 346 ed, 12 set. 2005. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/em-nome-da-responsabilidade-social-da-midia/>. Acesso em: 01 out. 2023.

SILVA, Américo Luís Martins da. **O dano moral e sua reparação civil**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

STOCO, Rui. **Responsabilidade civil e sua interpretação jurisdicional**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

STOCO, Rui. **Tratado de Responsabilidade Civil**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

#### **Dados para contato:**

**Autor:** Hermínio Antônio da Silva Filho

**E-mail:** [herminio.filho@trt12.jus.br](mailto:herminio.filho@trt12.jus.br)